

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE HUMANIDADES E DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

O COMPROMISSO E O CUIDADO COM A VIDA NAS
ORIGENS HISTÓRICAS E NOS DOCUMENTOS
OFICIAIS DA IGREJA METODISTA NO BRASIL.
SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA A INCLUSÃO DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.

Por

Sandra Helena Manduca Monteiro

São Bernardo do Campo, janeiro de 2009.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE HUMANIDADES E DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

SANDRA HELENA MANDUCA MONTEIRO

**O COMPROMISSO E O CUIDADO COM A VIDA NAS
ORIGENS HISTÓRICAS E NOS DOCUMENTOS
OFICIAIS DA IGREJA METODISTA NO BRASIL.
SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA A INCLUSÃO DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.**

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof^o. Dr. Ronaldo Sathler-Rosa

São Bernardo do Campo, janeiro de 2009.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Prof^o. Dr. Ronaldo Sathler-Rosa
(UMESP)

Prof^o. Dr. Cláudio de Oliveira Ribeiro
(UMESP)

Prof^a. Dra. Márcia Mello Costa De Liberal
(MACKENZIE)

Ao Deus que me criou e a Jesus Cristo que me salvou . Ao Espírito Santo que distribui os dons sem diferenciação para que todas as pessoas tenham igual valor e possam receber e contribuir na vivência da diversidade humana.

AGRADECIMENTOS

Primeiro a Deus que me faz milagrosamente "caminhar" sempre.

Ao meu amor Dennys que vivenciou junto comigo cada etapa deste Mestrado, minha companhia incentivadora, paciente e sempre presente.

A minha linda família que mesmo de longe de alguma forma participou. Em especial minha mãe com suas palavras divinas com perfume de amor materno. A qual iniciou no primário comigo e foi renovada com a força da água pelo Senhor.

Ao meu pai que sempre chorou no telefone ao ouvir minha voz, mas, sempre orgulhoso da filha.

Ao Beto que fez por mim o que eu sempre achei lindo entre irmãos.

A Prof^a. Elizabete e ao Prof. Helmut pelo incentivo e crédito em mim.

A Gláucia, o meu vale transporte do mestrado. Seu gesto me comoveu, sentia o amor de Deus através de sua vida.

A Bia "a outra moradora" da casa do estudante... Quantas histórias hein?

Ao meu orientador Prof^o. Ronaldo Sathler-Rosa pela paciência e muitas e muitas contribuições...

Ao IEPG pela bolsa de estudo que tanto me ajudou, pois, sem ela não daria para continuar... Em especial a Ana e o Prof. Antônio Carlos com todo o seu carinho e respeito por mim.

A UMESP pela bolsa funcional que chegou quando achei que teria que parar.

Aos moradores da casa do estudante: Rogério, Toninho, Ozéas, Cleber, Cristina, Mairolet, Fernanda pelas muitas risadas e "momentos" (de tão curtos) de café.

Aos colegas de Mestrado e Doutorado por termos aprendido juntos. Aos professores por contribuírem com a minha formação.

A todos da Biblioteca Central que vivenciaram todo este processo comigo inclusive meu estresse...

A todos que acompanharam durante o tempo todo, a todos que acompanharam por algum tempo, mas, que com certeza marcaram minha vida, marcaram este processo de formação.

Não precisamos de assistencialismo, precisamos de oportunidade.

(Mara Cristina Gabrielli)

SUMÁRIO

Resumo.....	9
Abstract.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - RESPONSABILIDADE SOCIAL NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO METODISTA.....	13
1.1 A GÊNESE SOCIAL DO METODISMO.....	15
1.1.1 SOCIEDADE EM OXFORD: O ATIVO INTERESSE PELA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E PELO PROGRESSO DOS NECESSITADOS DA CIDADE.....	23
1.1.2 METODISMO NA GEÓRGIA: SOCIEDADE RELIGIOSA EM SAVANNAH E A OPOSIÇÃO DE JOHN WESLEY AO TRATAMENTO DESUMANO.....	26
1.1.3 A SOCIEDADE UNIDA EM LONDRES: O PRÓXIMO ESTÁ AO LADO NOS BANCOS DA FUNDIÇÃO.....	28
CAPÍTULO 2 - OS DOCUMENTOS OFICIAIS DA IGREJA METODISTA NO BRASIL E A RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS: DIÁLOGO ENTRE EVANGELHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	32
2.1 O DIREITO À VIDA: DIREITOS FUNDAMENTAIS E DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	33
2.2 A DIGNIDADE HUMANA NA CONSCIÊNCIA DA IGUALDADE DOS DIREITOS DE SER PESSOA.....	41
2.3 A DIGNIDADE HUMANA NA LIBERDADE DE PENSAMENTO, CONSCIÊNCIA E RELIGIÃO.....	47
2.4 A DIGNIDADE HUMANA NO DIREITO À PARTICIPAÇÃO COMO AGENTE E SUJEITO LIVRE EM COMUNIDADE.....	52
CAPÍTULO 3 - A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA METODISTA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	57
3.1 O CREDO SOCIAL: IGUALDADE DE DIREITOS NA DIVERSIDADE DE REALIDADES.....	57
3.2 O PLANO PARA A VIDA E A MISSÃO DA IGREJA: A MISSÃO REVELADA NO CUIDADO COM A VIDA INTEGRAL.....	70
3.3 REGRAS GERAIS: A HUMANIDADE PLENA E PRESENTE NO TRATAMENTO DAS RELAÇÕES VITAIS.....	80
CAPÍTULO 4 - A IGREJA METODISTA: COMUNIDADE MISSIONÁRIA A SERVIÇO DO POVO E A PESSOA DEFICIENTE FÍSICA.....	92

4.1 O SER HUMANO E SEUS RELACIONAMENTOS: BUSCANDO AFIRMAÇÃO NA VIDA EM COMUNIDADE.....	96
4.2 AS BARREIRAS ATITUDINAIS EXISTENTES: A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, COMO PARTE OU À PARTE?.....	110
4.3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E O REINO DE DEUS: HÁ LUGAR PARA TODOS NESTA COMUNIDADE.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	130
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	134

MONTEIRO, Sandra Helena Manduca. *O compromisso e o cuidado com a vida nas origens históricas e nos documentos oficiais da Igreja Metodista no Brasil*. Subsídios teóricos para a inclusão da pessoa com deficiência física. São Bernardo do Campo, janeiro de 2009, 135 p., Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo.

Resumo

A necessidade de estudos mais aprofundados sobre o que a Igreja Metodista tem a oferecer para que se transforme a realidade atual da pessoa com deficiência física no meio onde vive, tanto na sociedade, como no que diz respeito à participação na vida eclesial é o que justifica a presente dissertação. Serão analisadas, primeiramente, as práticas sociais presentes na história do movimento metodista em suas origens. Em seguida serão examinadas as relações e correspondências entre os documentos da Igreja Metodista e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual é recomendada e reconhecida pela Igreja Metodista. Serão levantados elementos nos documentos oficiais da Igreja Metodista no Brasil, dentre eles *Cânones*, *Plano para a Vida e a Missão*, *Credo Social*, *Regras Gerais* e outros que demonstrem o compromisso desta Igreja junto a pessoas com deficiências físicas. Enfim, este estudo demonstrará, mediante os aspectos abordados que, tanto em sua origem histórica como nos documentos oficiais da Igreja Metodista são encontrados subsídios que fundamentam a responsabilidade social da Igreja, especificamente pela inclusão social da pessoa com deficiência física, o que faz da comunidade metodista acessível a todas as pessoas.

Expressões chaves: Igreja Metodista, responsabilidade social, direitos humanos, deficiência física, inclusão.

MONTEIRO, Sandra Helena Manduca. Commitment To And Care For Life In The Historical Origins And In The Official Documents Of The Methodist Church in Brazil: Theoretical Bases For The Inclusion Of Persons With Physical Limitations. São Bernardo do Campo, January, 2009, 135 p., Master Theses in Sciences of Religion, Post-graduation program in Religion Sciences, Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista in São Paulo.

Abstract

The need for deeper studies regarding what the Methodist Church has to offer for the transformation of the lived reality of persons with physical limitations in the context in which we live, within society as well as in ecclesiastical life, is the fundamental justification of this research. In first place, the research analyses social practices in the history of the Methodist movement, beginning with its origins. In second place, the relations between official Methodist documents and the Universal Declaration of Human Rights will be examined, a document that is recommended and recognized by the Methodist Church. Specific elements in the official documents of the Methodist Church in Brazil are researched, among them the *Institutes*, *Plan for Life and Mission*, *Social Creed*, and *General Rules*, among others, which demonstrate the commitment of this Church to persons with limitations. Finally, this study demonstrates, within the context presented, that both in its historical origins as well as in the current official documents of the Methodist Church can be found bases that support the social responsibility of the Church for the inclusion of all persons in the Methodist community, specifically in terms of the social inclusion of persons with physical limitations.

Key-Words: Methodist Church, social responsibility, human rights, physical limitations, inclusion.

INTRODUÇÃO

A pessoa com deficiência física ainda se encontra sem a igualdade de direitos de cidadania, desde o direito de liberdade de locomoção como a participação em todos os âmbitos da sociedade. Pois, a sociedade em seus diversos setores não fornece a acessibilidade necessária à participação em relação às diversas deficiências físicas existentes.

Desta forma, o problema que será examinado é primeiro, a questão da inclusão na prática das religiões, da Igreja Metodista em particular, das pessoas com deficiência física. Seu desenvolvimento será mediante a análise da gênese social do movimento metodista, sua relação com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documentos sobre a ação social como expressão de fé, para obter subsídios que comprovem o compromisso histórico da Igreja Metodista com a inclusão social. Segundo, a educação para a diferença é tema e desafio fundamental para a atualização e transformação da práxis da Igreja Metodista.

A dissertação é pertinente à área de pesquisa da Práxis Religiosa na sociedade. A ausência de subsídios teóricos que contribuam para a conscientização dos participantes da Igreja Metodista para atuar na promoção da dignidade humana, tanto internamente na comunidade da igreja local, como na sociedade, justifica esse estudo. E também a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o que a Igreja Metodista tem a oferecer para que se transforme a realidade da pessoa com deficiência física no meio onde vive, tanto na sociedade, como no que diz respeito à participação da vida eclesial.

O método de pesquisa será o bibliográfico. A abordagem se dará a partir do levantamento dos principais pontos na história da origem do metodismo que demonstrem a responsabilidade social do movimento metodista em seus primórdios e a sua evolução pelos tempos. Especial atenção será dada à análise de documentos oficiais da Igreja Metodista no Brasil, na atualidade na busca de subsídios que justifiquem uma práxis religiosa que demonstre acolhimento, cuidado e espaço de inclusão da pessoa com deficiência física.

No primeiro capítulo faremos uma investigação das origens do movimento metodista. Tal investigação visa colher dados históricos que demonstre qual era o espírito que envolvia os corações dos primeiros fundadores e seguidores do movimento metodista em relação às pessoas que, por muitas vezes, eram

desfavorecidas em relação ao direito de serem aceitas como seres humanos e de possuírem uma vida mais digna. Os referenciais teóricos principais deste capítulo serão Richard P. Heitzenrater, Paul Eugene Buyers, James Richard Joy, Francis Gerald Ensley, Mateo Lelievre.

No segundo capítulo da dissertação será abordada a evolução histórica dos Direitos Fundamentais dos seres humanos. Abordagem esta que terá como intuito compreender como originou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual é reconhecida e recomendada pela Igreja Metodista. Neste mesmo capítulo será realizada uma comparação entre valores que envolvem a dignidade humana e seus direitos fundamentais à vida presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos e os documentos oficiais da Igreja Metodista, dentre estes, o Credo Social, o Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista, as Regras Gerais e algumas Cartas Pastorais. Ao tratar do assunto sobre direitos fundamentais, Declaração Universal dos Direitos humanos, torna-se relevante à utilização de alguns autores dentre estes, Alexandre Moraes, José Murilo de Carvalho.

O terceiro capítulo estará correlacionando os valores retratados nos documentos oficiais da Igreja Metodista como direcionamento da missão da mesma frente à sociedade no que concerne a realidade da pessoa com deficiência física. A pesquisa documental amplamente baseia-se nos *Cânones da Igreja Metodista 2007*, onde se encontram editadas a Constituição da Igreja Metodista e a Lei que regulamenta e complementa todo o funcionamento da respectiva igreja, inclusive seu Credo Social (Doutrina Social da Igreja Metodista), o Plano para a Vida e a Missão bem como as Regras Gerais. E ainda ao tratar-se da teologia wesleyana, recorreremos aos autores Walter Klaiber e Manfred Marquardt e Theodore Runyon.

O quarto capítulo tem como objetivo identificar elementos que contribuam para a prática educativa da Igreja visando à inclusão social. Os referenciais teóricos principais são o manual da Campanha da Fraternidade 2006 da CNBB, na área de direitos das pessoas com deficiência física recorreremos à autora Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Francisco Núncio Cerignoni e Iara Muller.

A presente dissertação não buscará avaliar a prática da Igreja Metodista em relação à pessoa com deficiência física, mas, sim subsídios que a mesma possui desde suas origens aos seus documentos oficiais da atualidade que contribuam a uma práxis inclusiva.

CAPÍTULO 1 - RESPONSABILIDADE SOCIAL NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO METODISTA

Um movimento religioso com o intuito de trazer avivamento espiritual cristão para a Inglaterra do século XVIII enfatizando a relação íntima do indivíduo com Deus, iniciando-se com uma conversão pessoal e seguindo uma vida de ética e moral cristã. São estas as características principais do movimento metodista. O metodismo foi liderado por John Wesley, eclesiástico da Igreja Anglicana, e seu irmão Charles Wesley, conforme Collins e Price (1994, p.164), “os nomes mais importantes na fundação do metodismo foram os irmãos Wesley, John (1703-1791) e Charles (1707-1788)”.

O metodismo teve seu início em meados do século XVIII na Inglaterra. Price e Collins (1994, p.164) afirmam que “assim como pietismo buscou resgatar a Igreja Luterana de seu formalismo espiritual, o movimento metodista tentou transformar a estagnação em que tinha caído a Igreja da Inglaterra”. A sociedade inglesa estava vivenciando transformações. Milhares de pessoas saíam da zona rural, que era controlada por grandes proprietários, para procurar trabalho nas novas indústrias das cidades. Chegando lá encontravam uma realidade de exploração, maus tratos, e uma forma desumana de lutar pela sobrevivência.

Na metade do século XVIII John Wesley e Charles Wesley, William Morgan (1750 – 1833) e Robert (Bob) Kirkham (1708 – 1767) começaram a reunir-se em Oxford para estudar juntos e organizaram uma pequena sociedade. E segundo Collins e Price (1994, p. 164) “em consequência de sua piedade e de sua zelosa devoção à vida religiosa, o grupo foi apelidado jocosamente pelos colegas de Santo Clube”. Seus membros mais tarde foram chamados de metodistas por sua adesão metódica a regras e ordens pessoais. Segundo Hellern; Notaker e Gaarder (2005, p. 206):

O metodismo tem uma tendência puritana que requer de seus adeptos uma vida disciplinada, que rejeite os prazeres mundanos. Em paralelo, há um amplo engajamento social que desde o início foi dirigido para os operários pobres da Inglaterra. Orfanatos, lares para idosos e ajuda a alcoólatras sempre foram parte desse programa, e continuam sendo nas missões metodistas pelo mundo afora.

Esforçavam-se por levar uma vida devocional disciplinada e regularmente realizavam obras de caridade em orfanatos, prisões e escolas onde se dedicavam a ensinar os órfãos, cuidar dos pobres e idosos. Boisset (1971, p. 96) expõe que “o metodismo se alastrava por todas as classes sociais”.

Ao pesquisar-se a história do início do movimento metodista, nota-se com clareza o grande envolvimento dos metodistas no cuidado com as pessoas. “O metodismo e o evangelismo exerceram uma grande influência no âmbito social, particularmente no ensino, abrindo inúmeras escolas nas regiões industrializadas; no âmbito das missões, sua ação se estendeu à evangelização dos negros” (BOISSET, 1994, p. 96).

Na busca pela espiritualidade sempre esteve o desenvolvimento crescente de uma vertente social, revelada num grande cuidado e compromisso com a vida. Conforme Josgrilberg (2005, p. 41), “Wesley alcança uma consistente síntese teológica mediante uma práxis pessoal e social do movimento wesleyano”. A pesquisa histórica fornece bases para a compreensão do pensamento, da teologia que permeava a prática daqueles que faziam parte deste movimento. Conforme Josgrilberg (2005, p. 38), “a análise do discurso wesleyano permite verificar, reforçando as análises históricas, que a preocupação com as construções conceituais foi para ele uma preocupação subordinada à prática”. John Wesley, desde o princípio do movimento metodista, começou a lidar com os problemas sociais. Buyers (1944, p. 41) afirma:

O evangelho social em si não pode resolver os problemas sociais, se os corações dos homens não forem transformados pela graça e pelo amor de Deus. O evangelho individualista também não pode resolver os problemas sociais em si. Os dois evangelhos têm de andar juntos para conseguir os resultados desejados na solução dos problemas sociais do mundo.

A fé dos primeiros metodistas apresentava uma prática de grande amor às pessoas que sofriam, por não terem a possibilidade de uma vida melhor, ou, por serem tratados de forma desumana, sem a oportunidade de terem supridas as suas necessidades básicas. Conforme Arias (2008, p. 37):

Isso tem um resultado especialmente significativo se levarmos em conta que esta ênfase wesleyana, sobre o valor de cada criatura humana e seu chamamento à vida plena e ativa, era uma resposta, a partir do campo religioso, a uma situação de anomia, marginalização e massificação produzida no coração da Revolução Industrial do século XVIII, na qual emergiu o avivamento evangélico. No movimento metodista, homens e mulheres descobriam e recuperavam sua dignidade como filhos de Deus e participantes ativos do plano de Deus para o mundo.

O metodismo, já em seu início, buscava expressar a fé mediante a junção da experiência religiosa pessoal, íntima, mais a responsabilidade social.

1.1 A GÊNESE SOCIAL DO METODISMO

No século XVIII a Inglaterra foi marcada pela Revolução Industrial, em que ocorre uma transformação na forma de produção artesanal e agrária para a industrial e mercantil, fazendo da população de trabalhadores alvo de grande exclusão social. Do trabalho manual ao das fábricas, a produção se torna mecanizada, em troca de salário. Segundo Bastos, (2005, p. 79), “nos tempos em que viveu John Wesley e surgiu o Metodismo, a pobreza açambarcava níveis escandalosos: nada menos que 90% da população”.

Segundo Heitzenrater (2006, p. 3), até o fim do século XVIII a Reforma da Inglaterra vivia uma série de estágios. Estágios estes que sofriam grande influência e até dependiam muito da posição e do apoio ou não da monarquia. A identidade nacional que estava sendo desenvolvida de forma centralizada na monarquia, contribuía para a formação de uma religião nacionalista de caráter antipapal, dando ênfase ao monarca. Neste período é dado destaque à monarquia na evolução histórica inglesa. Henrique VIII deu um grande passo “separando a Igreja Inglesa da Igreja de Roma, estabelecendo-a sob a monarquia”. Com o decorrer do tempo, Henrique VIII declarou-se chefe da Igreja da Inglaterra. “O defeito original do protestantismo na Inglaterra consistia na aceitação incompleta dos princípios da Reforma. Esta teve a infelicidade de ter como patrocinador Henrique VIII, o qual não quis romper com o passado, mas só se interessou pela questão da supremacia que negou ao papa, a fim de atribuí-la a si mesmo” (LELIÈVRE, 1997, p.7). De 1532 a 1535 o Parlamento da Reforma também proclamou Henrique VIII como líder tanto da Igreja como também do Estado mediante o Ato de Supremacia. Então, mediante estas mudanças a Igreja da Inglaterra foi constituída como parte da estrutura política e religião oficial do Estado. “As duas mudanças mais notáveis na transição da Igreja na Inglaterra para a Igreja da Inglaterra foram: a forma de estruturação e na liturgia – o monarca e não mais o Papa, era o cabeça da Igreja, e os cultos teriam que ser em inglês e não mais em latim” (HEITZENRATER, 2006, p. 5). Com o decorrer do tempo surgiram no país sentimentos não conformistas que levantaram várias questões. Dentre elas a da realidade de uma Igreja nacional a qual deveria estar aberta à variedade de opiniões teológicas; ou em outra opção seria mantê-la sendo nacional, com uniformidade na doutrina e liturgia, mas, “com a permissão da existência de outros grupos religiosos

na Inglaterra”. Esta opção permaneceu, e foi legalizada pelo “Ato de Tolerância” em 1689, trazendo a possibilidade de os não-conformistas com a religião oficial existirem legalmente sob algumas orientações, fazendo com que a liberdade de doutrina, política, religiosa e a de estrutura fossem obtidas com muitas privações (HEITZENRATER, 2006, p. 16-17).

Num crescente processo histórico e teológico, em meio a tantas diferenças teológicas surge a oportunidade de aliança entre muitos puritanos não conformistas e arminianos com a preocupação de melhorar tanto espiritualmente como moralmente a sociedade, “como reação à letargia espiritual e devassidão moral daquela época”, segundo Heitzenrater (2006, p. 19). Os não conformistas seriam tolerados sob algumas condições: as casas das reuniões precisavam ser registradas, licenças para os pregadores, e os cultos só podiam ser em casas registradas e não em particulares (HEITZENRATER, 2006, p. 17). Pequenos grupos de cristãos se reuniam, os quais davam ênfase à vida santa e à piedade. Os pequenos grupos que se reuniam, espalhavam estas ênfases pela Inglaterra para trazer restauração, através do rejuvenescimento da vida religiosa, como solução para os males da sociedade da época que se manifestavam na imoralidade e irreligiosidade. Conforme Heitzenrater, (2006 p. 17) por diversas maneiras, a não conformidade agora “significava a privação de direitos”.

As condições sociais da Inglaterra eram deploráveis, pois, haviam classes de operários que obtinham pouco para o seu próprio sustento; os impostos eram altos e se tornavam pesados. Já a classe de ricos não se importava com a situação das outras classes sendo indiferentes ao bem-estar de seus semelhantes. Bastos (2005, p.79) ressalta que:

As condições de trabalho (quando se conseguia um) eram as piores possíveis. A insalubridade era tamanha que o reumatismo se tornou doença corriqueira entre operários. As jornadas de trabalho alcançavam em média quinze horas. As mulheres, que trabalhavam seminuas nas minas de carvão estavam submetidas às mesmas privações que os homens. Quando grávidas, se viam obrigadas a seguir trabalhando até ao último dia da gestação, retornando à rotina de trabalho um dia depois do parto.

O empobrecimento era enorme e havia um ambiente de muita brutalidade. As condições morais, assim como as sociais, eram precárias. “A embriaguez era um dos males que revelava a condição moral do povo” (BUYERS, 1945, p. 18). A nação

inglesa era bastante rude, impiedosa, praticando muitas maldades, ocasionando à grande parte da população cada vez mais uma grande miséria, um grande contraste social. Havia classes trabalhadoras dos tipos tanto da lavoura, como da indústria. Devido aos salários baixos, a migração era bem comum para os centros urbanos, para as minas de carvão em busca de melhor oportunidade de serviço, e melhoria de condições de vida. Mas, a realidade destes lugares não era assim como o esperado, pois, eram lugares que até possuíam possibilidade de serviço, porém, as condições de vida eram desumanas. Em relação à vida religiosa, a Igreja não estava tendo forças para combater o mal daquela época. O clero também estava corrompido. Gozava privilégios do governo e considerava o ministério um meio de sobrevivência e não uma vocação, faltando pregadores que proclamassem as verdades do Evangelho. (BUYERS, 1945, p. 19). E ainda Camargo afirma:

Efetuada sua separação da Igreja Católica Romana no século XVI, a Igreja da Inglaterra havia caído em um estado de rigidez cerimonial, ritualismo e sequidão espiritual. As condições das igrejas chamadas dissidentes ou não conformistas não pareciam ser melhores. Uma e outra tinham, segundo a expressão metodista que se tornaria famosa, a forma, mas não a experiência da piedade (CAMARGO, 1985, p.15).

Havia neste período pessoas que buscando mudanças na moral, na vida religiosa e se preocupando com a situação social da Inglaterra, chegaram até mesmo a se organizarem em sociedades. “A organização de pessoas interessadas em sociedades religiosas na Inglaterra seguiu alguns padrões básicos evidentes em certas tendências pietistas e místicas que se conheciam no continente” (HEITZENRATER, 2006, p. 21).

Uma das características de muitos não conformistas, era a mesma dos pietistas, os quais davam ênfase à promoção da piedade de vertente mais individual, tipicamente calvinista. Diferente do moralismo comum, que enfatizava o fato de se ser uma boa pessoa, e ambos eram acusados de serem disseminadores da salvação pelas obras. Mas, na realidade os calvinistas defendiam que as pessoas eleitas evidenciavam estas obras em suas vidas como resposta à graça divina. Já os grupos com ênfase arminiana, também não enfatizavam as obras como meio de salvação, mas, davam ênfase no fato de que as boas obras eram a oportunidade humana de aceitar a capacitação da graça de Deus para exercê-las. No entanto, Heitzenrater afirma:

As controvérsias que se desenvolveram sobre esse assunto, pelo final do século dezessete, levaram a alguns interessantes xingamentos que são importantes para se entender o nome metodista. Desde a década de 1670, tanto nos Países baixos como na Inglaterra, uns poucos calvinistas ortodoxos começaram a escrever energicamente contra os arminianos e seu novo método de fazer teologia, especialmente em relação às suas idéias sobre a justificação e santificação (2006, p.18)

Segundo Heitzenrater (2006, p. 19), mesmo com diferenças teológicas era possível acontecer uma aliança entre puritanos não conformistas e arminianos para melhoria da sociedade tanto no temperamento espiritual como na moral. Eram grupos leigos preocupados com a promoção real de santidade no coração e na vida. Paralelo a estes acontecimentos, na Alemanha desenvolvia-se o pietismo, numa tentativa de renovar a Igreja Luterana, tendo destaque Philipp Jacob Spener pioneiro na criação de programas para a Reforma. Heitzenrater (2006, p. 19) afirma que para a renovação acontecer era preciso dar maior ênfase ao estudo das Escrituras, necessitava do envolvimento ativo e consciente dos leigos. Era necessário dar importância ao zelo evangélico e não a debates intelectuais, e a salvação não deveria ter caráter apenas de instrução, mas, se direcionar a salvação do ouvinte. Também tornara-se necessário enfatizar também o viver cristão; sendo a teologia alemã, como segundo Heitzenrater, a “teologia do coração”. Para que se colocasse em prática o plano de renovação de Spener, ele utilizou pequenos grupos de leigos, os quais se reuniam nas casas para estudo da Bíblia e oração, segundo Heitzenrater, (2006, p. 20) “escolas de piedade”. A comunidade de sustento na fé cristã que se desenvolveu desse modo tornou-se a base para que esses grupos continuassem com o tipo de missão que preocupava os cristãos em relação aos pobres, ignorantes, doentes, idosos (HEITZENRATER, 2006, p. 20). Já para os ingleses, as sociedades religiosas trabalhavam nesta direção e despontaram no período que se seguiu à Restauração. Modelos de sociedades religiosas européias foram se adaptando à vida e pensamento da Igreja da Inglaterra, pois, o interesse de pessoas inglesas por sociedades religiosas foi aumentando.

Após aproximadamente vinte anos, conforme Heitzenrater (2006, p. 21), esta forma de organização religiosa em sociedades se estabeleceu dentro da estrutura da Inglaterra com uma expressão viável de piedade cristã e de preocupação social.

A sociedade não apenas apoiava a educação cristã, mas, também exercia a disciplina: aqueles que eram descobertos andando desordeiramente deveriam ser admoestados particularmente por um ou mais membros ou, se necessário, reprovado por toda a sociedade. Esta inclinação para

reprimir a imoralidade se estendia, ocasionalmente, para fora dos limites da pequena reunião da sociedade, passando para o domínio público. Cada membro da sociedade de Cripplegate deveria estar preparado para fazer aquilo que fosse recomendável para a punição de profanação pública (HEITZENRATER, 2006, p. 22).

Desta forma, as sociedades tentavam espalhar sua influência por toda a sociedade inglesa, sendo que a motivação do surgimento e obras das mesmas deveria ser o reflexo do puro amor a Deus e amor a demais pessoas, resultando em caridade. A prática da caridade deveria ser demonstração de interesse e compromisso com o próximo. Resta dizer que um número bem limitado de pessoas sabia ler, e, quanto a escrever, isso era considerado um luxo dos senhores grã finos (LELIEVRE, 1997, p. 14).

Bem no começo de seu desenvolvimento as sociedades começaram a demonstrar um interesse especial pelas necessidades dos pobres e desamparados, dando-lhes dinheiro e alimento, visitando os doentes e os prisioneiros, e ensinando as crianças dos desafortunados (HEITZENRATER, 2006, p. 23). Muitas vezes devido aos salários serem tão baixos, os operários obrigavam toda a sua família trabalhar, inclusive as crianças, os quais tornavam-se força produtiva para que a família não padecesse de fome e conseguissem suprir suas necessidades de sobrevivência. Conforme Bastos (2005, p. 80):

Em meio a tanta desgraça social as crianças não foram poupadas, pelo contrário, em alguns casos eram exploradas pelos proprietários de minas de carvão em regimes de trabalho tão ou mais extenuantes que os adultos. Era comum trabalharem desde os seis anos de idade por um período de quatorze a dezoito horas, tendo um intervalo para a única refeição do dia de vinte minutos.

Na Inglaterra o desequilíbrio do quadro social era agravante, o analfabetismo, e a pobreza aumentavam rapidamente, não trazendo esperança alguma para o futuro de outras gerações. Tamanha era a violência que disseminava na Inglaterra, que fazia dela um solo fértil para a violação dos direitos fundamentais da vida humana como o trabalho, moradia, educação, saúde e outros.

“As diversões consistiam em jogos grosseiros, brigas e visitas assíduas às tabernas. Por todas as partes reinavam a intemperança e a imoralidade” (LELIEVRE, 1997, p. 13). A imoralidade, vícios, agravava ainda mais a situação das classes empobrecidas. Conforme Lelievre:

O vício da embriaguez era notório no meio da classe popular. Meio século depois de ter sido introduzido o gim, os ingleses consumiam mais de 30 milhões de litros por ano. Nos cartazes à entrada das tabernas, as pessoas eram convidadas a entrar e embebedar-se por duas moedas e a beber até cair no chão por quatro; e recebiam gratuitamente a palha para dormirem. Os vendedores de gim costumavam levar aos sótãos que ficavam embriagados, sem possibilidade de caminhar, para dormirem até passar a crise do álcool (1997, p. 13).

As crianças destas classes não tinham perspectiva de receberem educação e de melhorarem a situação de futuras gerações. Conforme Bastos (2005, p. 80), “os índices de atendimento escolar oferecido pelo poder público eram assustadores: somente uma a cada vinte e cinco crianças tinha acesso às escolas. O restante, ou se submetia a um regime brutal de trabalho, ou perambulava pelas ruas das cidades”. As sociedades religiosas tentavam através de programas contribuir para o desenvolvimento das escolas de caridade promovendo instrução para estas classes desfavorecidas. Reily (2008, p.15), enfatiza que:

Com o dinheiro deles e com alguma ajuda de fora, pagavam a professora, e até ajudavam a vestir as crianças. Numa época, quando não existiam escolas públicas e quando os pobres eram esquecidos pela Igreja, Wesley e seus companheiros se mobilizaram para ensinar as primeiras letras para os pobres da redondeza, proporcionando-lhes, também os rudimentos da religião, como então a compreendiam.

Desde o princípio juntamente com a maneira regular e sistemática de promoção recíproca do crescimento intelectual, moral, espiritual, aliada à leitura do Novo Testamento em grego, mais os clássicos gregos e latinos, bem como de leituras de teologia, a nascente sociedade metodista começou a se expressar por outros canais. Despertaram-se para ajudar pessoas que sofriam e que por vários motivos não lhes era permitido ter uma vida comum com as principais necessidades supridas. Bem como também aquelas, que devido à escassez de recursos eram excluídas da vivência social comum a todos. Os primeiros metodistas demonstrando seu amor e compromisso com a vida preocupavam-se em desdobrar-se com tudo que pudessem oferecer para que estas pessoas tivessem uma vida melhor, conforme Reily (2008, p. 14):

Isso foi o começo de um serviço social de considerável alcance, inclusive a visita aos pobres, a educação dos seus filhos, etc. Entre as regras do clube santo constam as seguintes na forma de perguntas: Será que não podemos tentar fazer o bem para os que estão famintos? Não podemos contribuir o pouco que temos para que teus filhos tenham roupa e sejam

ensinados a ler? Não podemos ver se são ensinadas, sem catecismo, as orações curtas para a manhã e a noite?

Então os filhos desta classe tinham a oportunidade de terem uma religião, de não se tornarem viciados, desempregados, mendigos, mas, teriam temor a Deus e desenvolveriam virtudes para melhoria de suas próprias vidas e das futuras gerações, e de como seriam mais úteis ao seu país, segundo Heitzenrater (2006, p. 24).

Guilherme Morgan era um dos metodistas mais envolvidos em proporcionar o crescimento das crianças pobres, o qual segundo Reily (2008, p. 14), “entrava nas casas pobres das vilas, reunia as crianças e as instruía em relação aos deveres delas com Deus, com o próximo e consigo mesmas, mesmo sabendo que o resultado mais eficaz dependeria da boa vontade delas”. Estas obras e foco de preocupação demonstram o caráter inclusivo revelado no cuidado e compromisso com a vida das pessoas, independentemente da situação social, idade e sexo, pois a preocupação deles se estendia a todos os seres humanos sem distinção. Inclusive os que tivessem necessidades não supridas e carecessem de apoio para que pudessem se desenvolver como pessoa na sociedade e, respectivamente, suas famílias. Os metodistas se preocupavam em dar-lhes novas condições de vida e protegê-las do sofrimento ocasionado pela exclusão. Conforme Reily (2008, p. 16), Wesley teve uma atitude diante de uma situação que vivencia os alunos mais pobres que demonstra bem a essência do compromisso em fazer o bem às pessoas: “na escola, os alunos mais pobres iam descalços, e os outros os viam com desdém. Para livrá-los desse orgulho, o próprio Wesley foi por algum tempo descalço”.

John Wesley tinha um coração extremamente voltado para os sofrimentos das pessoas, mas, buscava meios para sanar estes sofrimentos. Buyers (1944, p. 41) cita parte do diário de John Wesley:

Como Wesley viajava e visitava diversas cidades, conhecia bem as necessidades do seu povo. Tomaram-se medidas a fim de arranjar emprego. Citaremos um trecho do seu diário: Sexta-feira, 1º de maio de 1741. Chamei a atenção das sociedades unidas para o fato de que muitos dos nossos irmãos e irmãs necessitavam de comida; de que muitos não tinham roupa; de que muitos não tinham emprego, e isso não era culpa sua; e muitos estavam doentes e corriam o perigo de morrer; de que eu tinha feito o possível para alimentar os famintos, vestir os nus, empregar os que estavam sem emprego e visitar os doentes; mas, tudo o que tinha feito não era o suficiente e, portanto, queria que todos aqueles cujo coração estava com o meu coração procurassem: 1º) Trazer toda a roupa que pudessem dar, para ser distribuída entre os mais necessitados. 2º) Dar um penny por semana, ou o que pudessem dar, para atender às

necessidades dos pobres e doentes. Meu intuito, disse-lhes eu, é empregar, por enquanto, todas as mulheres desempregadas, e os homens que desejarem, no fabrico de meias

Ensley (1992, p. 16) ressalta que o reavivamento metodista foi como uma tentativa constante, de remediar a culpa, o sofrimento físico das pessoas, a degradação social. Produziu um tipo de filantropia que reformou prisões, infundiu clemência nas leis penais, aboliu o tráfico de escravos e deu um grande impulso à educação. Foram quatro fatores, conforme o autor, que levaram João Wesley a uma transformação e ao crescimento do movimento metodista. Um destes foi à descoberta da redenção bíblica, a qual reafirma a salvação do ser humano, o qual pode experimentar a possibilidade de uma vida diferente, recuperando a imagem divina. A redenção se torna, então, uma oportunidade para uma vida plena em Deus, igual para todos. E esta mesma redenção, para Ensley (1992, p.37), segundo Wesley, envolve toda a vida e impulsiona a uma completa santificação, de dedicação envolvendo-se no cuidado com o próximo. E esta santificação, esta integridade resumem-se em três formas: fé, obras e a Igreja. Para Wesley, a salvação e santidade incluem não somente a disposição religiosa, mas, as atitudes sociais também. (ENSLEY, 1992, p. 37)

Os primeiros metodistas criaram albergues para ensinar tanto o trabalho como para investir na educação. Ensley (1992, p. 53), também expõe que Wesley expandiu seu evangelismo com métodos que combinavam a expansão com intensidade, dando ênfase ao “construir”, ou seja, deixar as pessoas se sentindo cada vez melhor, aceitas e amadas por Deus e pelo grupo de cristãos. Pessoas melhores, mais humanas, onde o resultado disso era a expressão da fé, expandindo na forma de influência no mundo, na sociedade.

Segundo Heitzenrater (2006, p. 29), cinco das catorze regras da sociedade se referiam à caridade. Dentre elas a de criar escolas para pobres, tanto crianças como adultos; e a de cuidar de enfermos e outros pobres, auxiliando-os tanto espiritualmente e corporalmente. Sobre o projeto das sociedades Heitzenrater afirma:

O projeto das sociedades religiosas do início do século dezoito para promover a real santidade do coração e da vida foi caracterizado por uma religiosidade da *high-Church*, que dependia de um intenso estudo das Escrituras e de outras obras de teologia prática, que exigia uma disciplina moral pessoal, e que se expressava em atos de caridade para com as pessoas desprotegidas da sociedade (2006, p. 30).

No início do século XVIII já havia se originado sociedades para a promoção do conhecimento cristão, a qual teve Samuel Wesley, pai de John Wesley, bem como o próprio John Wesley, como envolvidos neste movimento trazendo algum tipo de influência relevante para as origens do movimento metodista segundo Heitzenrater (2006, p. 21). Wesley tinha grande interesse nos problemas sociais sem esquecer a realidade da transformação necessária no coração das pessoas e trabalhava estas duas vertentes com as pessoas com as quais ele se reunia. Segundo James Richard Joy (1996, p. 99), “o evangelho de Wesley era o remédio para aquele século enfermo”. Porque construiria o Reino de Deus através das vidas transformadas dos indivíduos, cuja santidade coletiva devia operar a salvação da sociedade. Seu remédio iria à fonte de infecção e destruiria o próprio germe. Joy (1938, p. 18) se refere ao objetivo do chamado “Clube Santo” “como um movimento para aperfeiçoar as almas de seus membros na piedade e nas boas obras para conhecer e fazer a vontade de Deus”. Ele buscou, segundo o autor, ensinar às pessoas sem oportunidades de ter as suas necessidades básicas supridas, a compreenderem que eram filhos de Deus mesmo pecadores e com recursos financeiros escassos. Segundo Souza (2005, p. 152), “Wesley não se limita a apontar os problemas, indica também soluções”. O ensino de Wesley abrasava corações e estimulava o amor ao próximo (JOY, 1996, p. 99). Wesley foi criado e instruído por seu pai e sua mãe na teologia tradicional aliando fé às boas obras, o que influenciou e muito sua vida e seu ministério.

1.1.1 SOCIEDADE¹ EM OXFORD: O ATIVO INTERESSE PELA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E PELO PROGRESSO DOS NECESSITADOS DA CIDADE.

Quando John Wesley estava na Universidade de Oxford (1729-1730) procurou unir-se com seu irmão Carlos Wesley e outros amigos, dentre estes, Robert Kirkham e Willian Morgan formando uma pequena sociedade. Não demorou muito para se tornar então líder da mesma. Segundo Heitzenrater (2006, p. 39), o grupo se reunia primordialmente apenas para estudar os clássicos. Com o passar do tempo

¹ Conforme Heitzenrater (2006, p. 327), sociedade era a expressão para designar, de modo geral, a todos os metodistas de um determinado local os quais, quando se reuniam, evitavam utilizar o termo “igreja” a fim de não darem a impressão de que estavam competindo com a Igreja paroquial da localidade. Dos membros da sociedade se exigia obediência a três regras: 1) evitar o mal; 2) praticar o bem; 3) usar os meios da graça, públicos e particulares.

outros foram unindo-se a esse grupo. Alguns anos mais tarde vários destes tornaram-se nomes célebres e de distinção, já outros não continuaram, traindo a esperança daquele grupo que tinha como intuito inicial desenvolver a piedade e o saber. Os demais estudantes, por não ser comum naqueles dias ver-se jovens se unindo em contexto de grande incredulidade os apelidavam de “Clube Santo” e de “metodistas” conforme Lelievre (1997, p. 42). Os então jovens metodistas de Oxford, sob a influência de seu líder John Wesley, procuravam dedicar-se a boas obras, visitando famílias pobres, presídios, inclusive realizando culto nos cárceres. De seus próprios sustentos eles contribuía trimesalmente e compravam livros, remédios e o que mais precisassem aqueles que se encontravam no presídio. Inclusive ajudavam a pagar as dívidas de alguns. Conforme Camargo, lutar pela humanização dos presídios, fazia parte das obras de Wesley no decorrer da história:

Outra grande causa social que Wesley começou a agitar, e em que teve brilhantes continuadores, atuando em grande parte debaixo de sua direta inspiração, foi à humanização dos presídios e do sistema penal em geral. Wesley havia trabalhado pessoalmente com pleno denodo nesse sentido (CAMARGO, 1986, p. 59).

Em todo o tempo envolvendo-se com o auxílio financeiro na educação primária e preocupando-se com todos os tipos de necessitados. Conforme Luccock (s.d. p. 16) descobriu-se um novo meio de “fazer o bem”, porque os membros do clube santo estavam empenhados nisto, tanto quanto na salvação de suas almas. William Morgan estava já envolvido com muitas atividades beneficentes, ensinando crianças órfãs, cuidando de pobres, idosos e visitando prisões. Sugeriu, segundo Heitzenrater (2006, p. 40), que o grupo visitasse os presos. Os irmãos Wesley assim o fizeram, e satisfeitos com a experiência, decidiram voltar sempre uma vez por semana.

Os primeiros metodistas davam cada vez mais importância em aproximar-se da realidade destas pessoas e conforme Souza, (2005, p. 150), “o encontro com o outro vis-à-vis, como sujeitos, é transformador, quer no sentido social, quer pessoal”. Segundo Souza (2005, p. 150), no sermão 98 de John Wesley sobre a importância da visitação, é enfatizada a necessidade de um envolvimento mais presente, mais pessoal com as pessoas. Envolver este mais além da assistência material, mas, a assistência da presença, da importância que se é dada a alguém independentemente da sua situação social, das circunstâncias da vida. Demonstração de amor que vai ao encontro do doente fisicamente, como também de pessoa com qualquer tipo de

aflição da mente e que enfrentavam situações difíceis da vida. A indiferença ou o cinismo, conforme Souza (2005, p. 150), Wesley atribuía à ausência de convivência daqueles que não passavam por necessidades como estas pessoas visitadas. Quando se aproximassem, reconheceriam e teriam a oportunidade de eliminar as fronteiras discriminatórias existentes. Referindo-se a Wesley, Souza (2005, p. 151) ressalta que “o encontro face a face com presos, doentes e pobres fazia parte do seu cotidiano e ele esperava o mesmo dos membros das sociedades metodistas”. Souza ainda se refere (2005, p. 151), a um trecho do *Diário de John Wesley* (8 de fevereiro de 1753):

Na sexta e no sábado eu visitei tantos quanto pude. Encontrei alguns em seus cubículos subterrâneos, outros em seus sótãos, a metade deles padecendo frio e fome, além da fraqueza e de dor. Mas, não encontrei um único desempregado, que fosse capaz de rastejar pelo quarto. Tão maldosa e diabolicamente falsa é aquela objeção comum: “eles são pobres somente porque são preguiçosos”. Se visses com teus próprios olhos, conseguirias desperdiçar dinheiro em ornamentos e coisas supérfluas.

Aqui estava um tipo de serviço completamente negligenciado em relação aos cárceres, possivelmente porque estes eram horrivelmente repulsivos. Segundo Bastos, (2005, p. 82):

O sistema carcerário inglês não era outro senão uma das muitas formas com que a brutalidade da exclusão social se revelava no cotidiano da vida dos mais pobres. A insalubridade dos cárceres, onde se amontoavam homens, mulheres e crianças, fazia proliferar doenças as mais diversas. Ali não havia alimentação adequada, nem cobertores, sendo os presos obrigados a dormirem em chão frio.

Os metodistas de Oxford alçavam de seus próprios sustentos e dividiam com estas obras. Não demorou muito e os metodistas estavam passando muitas horas por semana com os pobres e necessitados da cidade. Conforme Luccock:

Deus uniu o cultivo da vida interior do espírito e a expressão dessa atitude em serviço ao próximo. Essa união é belissimamente interpretada no registro de Wesley, em seu diário, em treze de maio de 1739: “todas as manhãs, eu oro e prego em Newsgate. O metodismo, como um todo, não perdeu aquela união da piedade com serviço, e nunca deverá perdê-la (s.d. p. 16).

O grupo expandiu suas atividades, incluindo as pessoas encarceradas na prisão da cidade no North Gate (HEITZENRATER, 2006. p. 40). Eles se abstinham de tudo que lhes era supérfluo limitando ao que era necessário e dedicando tudo o

mais aos pobres e necessitados. Segundo Luccock (s.d. p. 16), a grande e perdurável influência veio da união da fé às obras, depois que Morgan iniciou o trabalho no cárcere e bairros necessitados da cidade. O jovem irlandês Morgan, segundo Heitzenrater (2006, p. 40 – 41), começou a trabalhar na educação das crianças das famílias pobres. Quando ele teve de deixar a cidade, Wesley percebeu que precisava de uma organização bem rápida e urgente sobre esse assunto. Contrataram até mesmo uma pessoa para que tomasse conta das crianças para dar continuidade ao trabalho e para contribuir para o progresso educativo das mesmas.

Outro exemplo dessas atividades, o trabalho com enfermos das paróquias de Oxford, subsidiado com recursos do próprio grupo que, a exemplo de John Wesley, economizavam seus poucos recursos para poder contribuir para o trabalho. Notavam também a necessidade de atender “os meninos e meninas de rua” que vagavam pelas ruas sem cuidados ou escola. Contratavam então professoras, que eram pagas com as economias dos Metodistas de Oxford. (REILY, 1991, p. 27).

1.1.2 METODISMO NA GEÓRGIA: SOCIEDADE RELIGIOSA EM SAVANNAH E A OPOSIÇÃO DE JOHN WESLEY AO TRATAMENTO DESUMANO.

Segundo Heitzenrater, a sociedade em Oxford, além de ter um bom êxito, estimulou o início de interesse pela colônia em Geórgia (HEITZENRATER, 2006, p. 44).

Wesley havia se dirigido à Geórgia para pregar aos indígenas (HEITZENRATER, 2006, p. 61). Mas, já no navio percebeu claramente que estava errado na forma em que imaginava esta missão. John Wesley e seu irmão Charles Wesley foram convidados a visitarem a nação de Savannah. Alguns líderes estavam resistindo a serem batizados, pois, haviam sofrido muito com a forma de evangelização dos franceses, espanhóis, ingleses, matando até o pai do cacique. Tudo isso causou uma barreira grande em relação à Palavra, ao cristianismo (HEITZENRATER, 2006, p. 61). Tomochichi, um cacique, deixou claro que eles queriam uma forma diferente de aprendizado da Palavra: primeiro ser instruídos e depois batizados (HEITZENRATER, 2006, p.61). Mas, em Savannah não encontraram nenhum líder indígena. Mesmo assim a estada em Savannah tomou uma outra direção. Lá havia se formado uma pequena sociedade religiosa, onde Wesley, com o passar do tempo, pode contribuir na sua direção, ajudando-a em seu progresso.

Wesley procurou agrupar as almas piedosas que encontrava (da mesma maneira que fazia em Oxford), em pequenas sociedades, as quais deviam

reunir-se uma ou duas vezes por semana, a fim de se examinarem, instruírem e exortarem mutuamente. Essas reuniões, que mais tarde desempenharam um papel tão importante na organização do Metodismo, surgiram das necessidades de sua obra missionária (LELIEVRE, 1997, p. 57).

Wesley ainda tentou trabalhar com outros indígenas, mas, não teve sucesso. Parecia que Wesley, segundo Heitzenrater (2006, p. 67) se “sentia melhor com sua missão entre os negros americanos, com propósito de conversão dos escravos negros”. Tanto que ele chegou a propor desenvolver um plano de instrução para os negros americanos. “A oposição de Wesley ao tratamento desumano, entretanto, era persistente e se estendia também a muitos casos de escravidão branca que vieram ao seu conhecimento, incluindo casos tristes de Rachel Uré e David Jones, o suicídio do último resultando dos maus tratos nas mãos do capitão Williams, um notadamente cruel dono da fazenda” (HEITZENRATER, 2006, p. 68). Assim como em Oxford o interesse pela educação das pessoas também permaneceu em Geórgia, bem como a atenção em desenvolver trabalho religioso com colonos, negros, escravos e com índios, para elevá-los à instrução que lhes proporcionaria um nível social de vida melhor. Além de John Wesley pregar o arrependimento e a graça redentora de Deus em Jesus Cristo, ele não se conformava com as injustiças e pecados sociais de sua época. Buyers (1944, p. 42), retrata que “tanto a escravidão como a temperança preocuparam o espírito de Wesley.

Lançou um livro com o título “Pensamentos sobre a escravidão”. Neste, demonstrava seu posicionamento claro em relação à abolição da escravidão e insistia que a liberdade é um direito de todo ser humano. Segundo Baez Camargo (1986, p.53), o qual ainda cita expressões utilizadas por Wesley:

Todo este tráfico de escravo, afirmava, teria o único fim de fazer dinheiro, e suas escusas eram vazias e hipócritas. E como para manter esse sistema alegavam interesses coloniais do país, sobretudo em suas possessões das Antilhas, o reformador declarava sem rodeios: É melhor que todas essas ilhas fiquem para sempre sem cultivar; sim seria mais desejável que todas elas afundassem completamente no fundo do mar, do que ser cultivada a preço tão elevado como a violação da justiça, da misericórdia e da verdade.

John Wesley lutava contra a exploração destas pessoas, inclusive de crianças e mulheres. Lutava por um tratamento mais humano nas fábricas, por saneamento, pela redução da jornada de trabalho, e aumento dos salários (Camargo, 1986, p. 55).

No entanto, sua preocupação tanto em Oxford, quanto em Savannah, se direcionava aos menos favorecidos/as, os enfermos, as crianças, as quais eram alvo

de sua atenção. Demonstrou grande consideração e preocupação com os negros escravos, esforçando para uma melhoria de vida para eles. Tanto que segundo Buyers (1945, p. 249), “Wesley taxou a escravidão como execrável cúmulo de todas as vilanias”. A sua estada na Geórgia não foi como ele esperava, pois, o rumo de sua missão foi diferente. Mas, mesmo assim serviu para que amadurecessem alguns pontos de sua teologia, para levantar questionamentos sobre a fragilidade de sua fé, e em sua relação com os morávios o despertou a buscar respostas para sua vida que mais tarde o influenciaram para encontrar o equilíbrio nas obras de piedade e misericórdia, tão presente na declaração de fé do metodismo atual.

1.1.3 A SOCIEDADE UNIDA EM LONDRES: O PRÓXIMO ESTÁ AO LADO NOS BANCOS DA FUNDIÇÃO.

Há notas no diário de John Wesley as quais demonstram a grande preocupação que existia nas sociedades em relação ao cuidado com as pessoas mais necessitadas de auxílio. Dentre estas notas encontramos declarações de que mediante coletas e contribuições foram arrecadadas importâncias para socorrer pessoas e para melhoria da vida dos prisioneiros franceses. Conforme trecho do diário de John Wesley:

Fiquei horrorizado; à tarde preguei sobre Êxodo 23:9: “Não oprimirás o peregrino; vós conheceis o coração do peregrino, visto que fostes peregrinos na terra do Egito”. Levantou-se uma coleta que rendeu dezoito libras, e no dia seguinte chegou a vinte quatro. Com esta quantia compramos roupa de cama, cobertores e pano, que foi convertido em camisas e calças; compraram-se também algumas dúzias de meias, e tudo isto foi distribuído entre aqueles mais necessitados. Logo depois a Congregação de Bristol mandou um grande número de colchões e cobertores; e não demorou a chegar de Londres outras contribuições; e ainda mais vieram contribuições de várias partes do reino. Portanto, creio que daqui em diante os soldados serão mais bem servidos (BUYERS, 1965, p. 109).

Estas sociedades também se preocupavam com o cultivo da vida piedosa de seus membros. Segundo Camargo:

Para Wesley e os metodistas primitivos não havia tal separação entre evangelismo e obra social. Para eles, a obra de evangelização era tanto social como individual. No prefácio do primeiro Hinário Metodista (1739), Wesley escreveu: “o evangelho de Cristo não conhece outra religião que a social. Este mandamento temos de Cristo, que o que ama a Deus, ame também a seu irmão. As sociedades no tempo de Wesley eram

organizadas onde ele pregava. Como eram vários os lugares que assim o faziam, elas estavam cada vez mais se multiplicando (1986, p. 53).

John Wesley demonstrava em suas ações que seu intuito foi sempre o de melhorar a qualidade de vida das pessoas que precisavam de auxílio para viver de forma mais digna. Tanto que no grande inverno extremamente severo de 1740, Wesley atuou em prol dos pobres, conforme Lelievre (1997, p.105):

Em virtude de o inverno de 1740 ter sido extraordinariamente severo, Wesley apelou aos seus amigos de Bristol em favor dos pobres que careciam de sustento, e com o produto das suas contribuições conseguiu alimentar diariamente cem pessoas, e algumas vezes até 150, enquanto duraram as grandes geadas.

Em Londres preocupado com a grande quantidade de pessoas necessitadas de auxílio, pessoas empobrecidas, Wesley organizou uma mesa diaconal, em que seus membros teriam responsabilidades distribuídas por distritos para levantar recursos.

Cada membro tinha um distrito a seu cargo, onde era seu dever visitar os necessitados e repartir entre eles a ajuda levantada com esse objetivo, além de atender de modo especial os enfermos. Uma vez por semana, deviam reunir-se para informar sobre tudo quanto haviam feito, e debater o que precisava ser realizado. Para proporcionar os meios de levar a efeito essa obra, cada membro da sociedade tinha de contribuir com um determinado valor por semana e ceder todas as peças de vestuário que lhe fossem dispensáveis (LELIEVRE, 1997, p. 105).

Conforme seu diário: “Na reunião da nossa Sociedade à noite, levantou-se outra coleta que importou em catorze libras, e foram aplicadas para socorrer os necessitados da nossa sociedade” (BUYERS, 1965, p. 109).

Utilizou a medicina popular, criou escolas para os filhos dos mineiros, conforme em seu diário: “Neste lugar se iniciou a construção dum prédio grande, tendo quatro salas pequenas, em cada lado, para moradia dos professores e, se agradar a Deus, para algumas crianças pobres” (BUYERS, 1965, p. 64).

Organizou e apoiou albergues para crianças, preocupando-se com o tratamento das mesmas como se fosse casa de família. Em seu diário: “Visitei o albergue de Londres, e vi tudo no andar térreo e no sobrado. Há cerca de cem crianças ali, e são bem tratadas, como se em casa particular de família” (BUYERS, 1965, p.110). Conforme Lockmann, (2008, p. 46) “Wesley sempre era motivado por um profundo amor pela vida humana como resultado do amor de Deus em seu coração”. Segundo Camargo:

Seu amor pelas almas ardeu com tão viva chama que foi muito além da tarefa de resgatá-la uma por uma. Considerando o homem em sua totalidade, interessou-se também pelo bem estar material, econômico e social dos deserdados. E sem vacilação alguma se defrontou com uma sociedade em que privavam instituições, sistemas e práticas de iniquidade e lutou com empenho irreduzível pela reforma delas e, em caso necessário, ainda por sua exterminação (1986, p. 52).

John Wesley e mais alguns companheiros fundaram em maio de 1738 a Sociedade Unida de Fetter Lane em Londres em conjunto com os morávios. Uma cisão neste pequeno grupo levou-o a comprar, em 1740, o velho arsenal real perto de Moorfields, o qual tinha sido danificado por uma explosão e abandonado 20 anos depois. Este edifício foi reparado e usado como casa de pregação e como casa de Wesley em Londres. Foi onde sua mãe passou os últimos anos e morreu. A sua sepultura pode ser vista no cemitério. "A Fundação", como tem sido conhecida esta primeira casa de pregação, foi substituída pela Capela de Wesley, em City Road, inaugurada em 1778. Tinha a função de “proporcionar ambiente onde pudessem se apropriar da dádiva da fé que Deus oferece a toda pessoa arrependida e, com ela o perdão, a transformação da vida e a santificação progressiva. Tudo na sociedade visava a realização desses alvos” (REILY, 1991, p. 42). Os adeptos da Fetter Lane tinham como direcionamento algumas regras que se desdobravam em algumas observações. Uma delas era evitar o mal, a outra era praticar o bem e a terceira dava ênfase à participação dos cultos e ceias. A segunda regra, “praticar o bem”, ressaltava que os metodistas deveriam praticar o bem primeiramente aos corpos dos outros, vestindo, alimentando os necessitados e visitando encarcerados. Mas, não se esquecendo, também, da alma. Esta fundição, a Fetter Lane, acabou por se tornar um lugar de misericórdia com as viúvas, escola de crianças, banco de empregos, local de empréstimo, sala de leitura, e, inclusive, era igreja também. Muitas crianças por serem pobres, não recebiam nenhum tipo de instrução, aprendendo todo o tipo de vício e vida imoral. John Wesley dentre toda a estrutura de obras sociais que abrigava a Fundação, decidiu abrigar e ensinar crianças que não tinham oportunidade na vida. Fundação era local de esperança e de transformação, conforme Joy (1938, p. 104):

As sociedades metodistas fruto do evangelismo paciente das estradas, entre mineiros, tecelões, carvoeiros, fundidores, camponeses, criados e pequenos comerciantes, salvos assim de uma vida frívola e viciada e inspirados da consciência do valor de suas próprias almas à vista de Deus, tornaram-se cidadãos úteis, morais, dignos e econômicos. Abriam-se escolas para seus filhos ao lado das capelas de tijolo, de aparência

modesta, oferecendo à segunda geração de metodistas, mais oportunidades, do que tiveram seus pais. Nas sociedades metodistas e classes de jovens, em vez de perderem tempo e dinheiro em diversões públicas, aprendiam a raciocinar e a se expressarem de modo que influíssem sobre seus companheiros. Destes grupos saíram muitos homens e não poucas mulheres que se tornaram gigantes na luta pela democracia na política e na indústria.

Então, ao mesmo tempo em que as pessoas que se reuniam na Fetter Lane, trocavam experiências, edificavam-se mutuamente e tinham a chance de ajudarem-se uns aos outros. Conforme parte de seu diário: “Notando a pobreza profunda de muitos dos nossos irmãos, resolvi fazer o que podia para aliviá-los” (BUYERS, 1965, p. 111). Pois, por muitas vezes o alvo de fazer o bem estava bem próximo nos bancos da Sociedade.

Nos três momentos do princípio do desenvolvimento da história do movimento metodista, houve sempre a união da fé e a prática desta fé. Tal prática era voltada para o cuidado com a vida das pessoas e suas necessidades visando melhoria da qualidade de vida de forma integral. O ambiente de grande hostilidade e violência na Inglaterra do século XVIII era propício à violação dos direitos fundamentais à vida. Aliado ao grande zelo pela vida piedosa, a missão dos primeiros metodistas foi direcionada a transformação da realidade de violação dos direitos fundamentais que cada ser humano sofria.

CAPÍTULO 2 - OS DOCUMENTOS OFICIAIS DA IGREJA METODISTA NO BRASIL E A RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS: DIÁLOGO ENTRE EVANGELHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O tema da responsabilidade social dos (as) cristãos (ãs) esteve presente desde o início do movimento metodista. Conforme o primeiro capítulo, o então grupo wesleyano, desde o princípio, envolveu-se com atividades beneficentes, dentre estas, ensinando crianças órfãs, cuidando de pobres, de idosos, visitando prisões. Com o passar dos tempos os metodistas foram desenvolvendo interesse e grande participação visando o progresso social, e o bem estar dos seres humanos que se encontravam desfavorecidos em relação ao direito de terem supridas as necessidades básicas, fundamentais para ter-se uma vida digna.

Na realidade contextual anterior ao surgimento do movimento metodista, as sociedades religiosas da Inglaterra de 1670, segundo Heitzenrater (2006, p. 21), estavam mais interessadas na qualidade das vidas de seus participantes do que com a quantidade dos mesmos, demonstrando um grande interesse pela educação e não apenas pela conversão. O propósito declarado das sociedades era promover a verdadeira santidade do coração e da vida (HEITZENRATER, 2006, p.21). No entanto, duas décadas mais tarde esta forma de organização religiosa dentro da estrutura da Igreja na Inglaterra desenvolveu grande expressão de piedade cristã aliada à preocupação social, preocupação integral com o bem estar do ser humano.

Esta preocupação com a responsabilidade social, no decorrer dos anos, acompanhou as formulações dos documentos oficiais da Igreja Metodista no Brasil. A Igreja Metodista recomenda como uma das bases de sua atuação a Declaração Universal dos Direitos Humanos e busca conscientizar seus membros acerca do exercício da cidadania plena para servir ao país mediante participação ativa do povo metodista para formar uma sociedade consciente de suas responsabilidades, dos direitos e deveres de cada cidadão e cidadã. No segundo capítulo torna-se relevante conhecer a evolução histórica da luta e da compreensão no que refere-se os direitos fundamentais dos seres humanos. Nesta evolução histórica dos direitos fundamentais, surge em 1948, como maior conquista dos mesmos a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, que em seu teor demonstra a defesa pela vida. Defesa esta que também é promovida pelo Cristianismo, mais especificamente pelo cristianismo metodista. O direito a vida envolve o empenhar-se pela luta do suprimento dos

direitos fundamentais necessários a vida de todo ser humano sem distinção ou discriminação. Quando se tem o direito à vida demonstrado na igualdade de direitos respeita-se a dignidade humana. Na igualdade de direitos, a qual se opõe a exclusão, há a possibilidade de desenvolvimento e crescimento como seres humanos mesmo com suas limitações variadas, mas, também possuidores de potencialidades. Todas as pessoas em seus direitos fundamentais devem ter liberdade de pensamento, de consciência e de expressarem-se religiosamente, não podendo ser impedidas de nenhuma forma, por nenhum tipo de barreira ao exercício desta liberdade. A liberdade de cada ser humano para desenvolver as suas potencialidades, de expressar seus pensamentos e vivenciar a sua religião, revela-se também na relação com o outro. A dignidade humana manifesta também no respeito ao direito de que cada pessoa tem de viver em comunidade numa interdependência relacional, contribuindo e cooperando com a mesma.

Direito a vida, dignidade humana, igualdade de direitos, liberdade de expressão e ênfase no valor de viver-se em comunidade presentes na evolução histórica dos direitos fundamentais dos seres humanos, e enfatizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, são valores defendidos na origem histórica do movimento metodista e presentes no teor dos documentos metodistas para direcionar a prática da Igreja Metodista na atualidade.

2.1 O DIREITO À VIDA: DIREITOS FUNDAMENTAIS E DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Segundo Moraes (2005, p.7), a origem e a evolução histórica dos Direitos Fundamentais, a se deu desde o Antigo Egito e Mesopotâmia, sendo o Código de Hammurabi como uma suposta primeira codificação de direitos comuns a todas as pessoas, sendo estes o direito à vida, à propriedade, à honra, à dignidade, à família. Ferreira Filho (2004, p. 9) referindo-se a evolução dos direitos fundamentais, ressalta: “remoto ancestral da doutrina dos direitos fundamentais é, na Antiguidade, a referência a um Direito superior, não estabelecido pelos homens, mas, pelos deuses”.

O intuito já em seus primórdios é a proteção dos indivíduos em relação aos governantes e ao Estado. Posteriormente, na Grécia, surgem estudos, segundo Moraes (2005, p.7), sobre a igualdade e liberdade dos seres humanos, bem como a participação política dos cidadãos. Mas, foi então o Direito Romano que estabeleceu a diferenciação e o limite de respeito entre os direitos individuais e os arbítrios

estatais. A Lei das Doze Tábuas pode ser considerada a origem dos textos escritos consagradores da liberdade, da propriedade e da proteção aos direitos do cidadão (MORAES, 2005, p. 7). Mas, a forte concepção posteriormente trazida pelo Cristianismo, ou seja, concepção esta da igualdade de todas as pessoas sem diferenciação da origem, raça, sexo ou credo, influenciou diretamente a consagração dos Direitos Fundamentais como de grande relevância na luta pela dignidade de vida da pessoa humana.

Durante a idade média apesar da organização feudal e da rígida separação de classes, com a conseqüente relação de subordinação entre o suserano e os vassallos, diversos documentos jurídicos reconheciam a existência de direitos humanos jurídicos sempre com o mesmo traço básico: limitação do poder estatal. O forte desenvolvimento das declarações de direitos humanos fundamentais deu-se, porém, a partir do terceiro quarto do século XVIII até meados do século XX (MORAES, 2005, p. 7).

É interessante ressaltar que historiadores afirmam que foi no século XVIII o início do movimento metodista. Bem como os antecedentes históricos das declarações dos direitos fundamentais também ocorreram na Inglaterra, considerado o berço do início do metodismo. Mas, segundo Moraes (2005, p. 7), a *Magna Charta Libertatum* de 15 de junho de 1215 na Inglaterra, outorgada por João-Sem Terra é um dos documentos mais importantes que antecede historicamente, as declarações de direitos fundamentais. “Destaque especial, todavia, merece a Magna Carta, de 21 de junho de 1215. Esta é peça básica da constituição inglesa, portanto de todo o constitucionalismo” (FERREIRA FILHO, 2004, p. 11).

Esta carta foi confirmada seis vezes por Henrique IV, por Eduardo I três vezes, por Eduardo III catorze vezes, por Ricardo II, por Henrique VI seis vezes, e uma vez por Henrique V e Henrique VI. Esta carta previa liberdade para a Igreja da Inglaterra, também concedia restrições tributárias, proporcionalidade entre delitos e sanções, previsão do devido processo legal, oferecia liberdade de locomoção, bem como entrada e saída livre do país. Concedia também o direito de que cada ser humano não fosse detido ilegalmente.

No decorrer da história dos direitos fundamentais dos seres humanos ressaltam-se, também, outros documentos de grande relevância: Declaração de Direitos da Virgínia em 16 de junho de 1776; Declaração de Independência dos Estados Unidos da América em 04 de julho de 1776; a Constituição dos Estados Unidos da América, de 17 de setembro de 1787. Estas tiveram grande importância,

pois estão diretamente relacionadas à evolução dos direitos humanos e são oriundas da Revolução dos Estados Unidos da América. A Declaração de Direitos da Virgínia, proclama em uma de suas seções o direito à vida, à liberdade, à propriedade, o devido processo legal, estabelece o Tribunal de Júri, o princípio do juiz natural e imparcial, liberdade de imprensa e a liberdade religiosa.

Na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, segundo Moraes (2005, p. 10), documento produzido por Thomas Jefferson, dava ênfase maior na limitação do poder estatal. Assim, também, a Constituição dos Estados Unidos da América e suas dez primeiras emendas tentam limitar o poder estatal, com intuito de separar os poderes estatais e os direitos fundamentais humanos dentre estes a liberdade religiosa, a inviolabilidade de domicílio; e proibia as penas cruéis ou aberrantes.

Segundo Moraes (2005, p. 9), em uma das seções da Declaração de Direitos da Virgínia em relação à liberdade religiosa encontra-se o seguinte:

Só a razão e a convicção, não a força ou a violência, podem prescrever a religião, e as obrigações para com o Criador e a forma de as cumprir; e por conseguinte, todos os homens têm igualmente direito de livre culto da religião, de acordo com os ditames da sua consciência.

Foi na França onde se deu a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 26 de agosto de 1789, na Assembléia Nacional. Segundo Ferreira Filho (2004, p. 19), “a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789, é a mais famosa das declarações”.

Foi considerada a consagração normativa. Com 17 artigos Moraes (2005, p. 10) destaca dentre esses: “princípio de igualdade, liberdade, propriedade, segurança, resistência a opressão, associação política, princípio da legalidade, princípio da reserva legal e anterioridade em matéria penal, princípio da presunção da inocência; liberdade religiosa, livre manifestação de pensamento”. Esta Declaração por mais de um século se tornou modelo das declarações. Conforme Ferreira Filho (2004, p. 19):

Sua primazia entre as Declarações vem exatamente do fato de haver sido considerada como o modelo a ser seguido pelo constitucionalismo. Daí a sua incontestável influência sobre as declarações que seguindo essa orientação, se editaram pelo mundo afora até a primeira Guerra Mundial.

A efetivação dos direitos humanos fundamentais continuou durante o contexto do constitucionalismo liberal do século XX com a Constituição Espanhola em 19 de março de 1812, a Constituição de Cádiz em 1812, a Constituição

Portuguesa em 1822, a Constituição Belga de 07 de fevereiro de 1831 e a Declaração Francesa de 04 de novembro de 1848.

A Constituição de Cadix previa restrições aos poderes do rei, enfatizando os direitos humanos fundamentais do princípio do juiz natural, impossibilidade de tributos arbitrários, direitos de propriedade, desapropriação mediante justa indenização, liberdade, mas inexistia a liberdade religiosa, pois, a mesma declarava que a religião da nação espanhola era a católica apostólica romana.

A Constituição Portuguesa de 1822, deu ênfase ainda mais aos direitos individuais. Dentre outros destacam-se: igualdade, liberdade, segurança, propriedade, liberdade de comunicação, bem como liberdade de imprensa. Mas, também previa a censura pelos bispos de escritos que fossem publicados sobre dogmas e moral. A Constituição Belga de 7 de fevereiro de 1831, além de enfatizar os direitos individuais, ainda estabeleceu a liberdade de culto religioso.

A Declaração de Direitos da Constituição Francesa de 4 de novembro de 1848 ampliou os direitos fundamentais com ênfases mais sociais, como a liberdade do trabalho e da indústria, a assistência aos desempregados, às crianças abandonadas, aos enfermos e aos idosos sem recursos e sem auxílio familiar. Ferreira Filho (2004, p. 45) em relação à importância desta Declaração na evolução histórica dos direitos fundamentais, afirma que o “principal documento da evolução dos direitos fundamentais para a consagração dos direitos econômicos e sociais foi a Constituição Francesa de 1848”.

Mais adiante foram formuladas constituições marcadas por preocupações sociais como: a Constituição Mexicana em 31 de janeiro de 1917, a qual é considerada segundo Ferreira Filho (2004, p. 46) o marco consagrador da nova concepção dos direitos fundamentais”, a qual enfatizou a necessidade de se garantir direitos fundamentais mais sociais. Como exemplo, o contrato de trabalho, a garantia à educação primária gratuita pelo Estado. Declara Ferreira Filho (2004, p. 46): “Trata-se, pois, de um documento que inegavelmente antecipa alguns desdobramentos típicos do direito social”.

A Constituição de Weimar² de 11 de agosto de 1919 trazia os direitos sobre a vida social, mais concernente à religião e às igrejas e, também, novamente, a ênfase à necessidade de educação. Moraes (2005, p. 12) afirma que:

A liberdade de crença e culto foi consagrada pela Constituição de Weimar na Seção III em seu art. 135, que expressamente afirmava: Todos os habitantes do Império gozam de plena liberdade de crença e consciência. O livre exercício da religião é garantido pela Constituição e está sob proteção do Estado.

A Declaração Soviética dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado em 17 de janeiro de 1918 demonstrava seu caráter mais social quando enfatizava a supressão da exploração e a abolição das divisões da sociedade em classes. Juntamente com estas ênfases, foi abolido o direito à propriedade privada e todas as terras passaram a ser propriedade nacional e entregue aos trabalhadores.

A Lei Fundamental Soviética de 10 de julho de 1918 continuou demonstrando o caráter social e a preocupação e respeito por todas as pessoas e seus direitos fundamentais. Dentre estes, novamente o princípio de igualdade, assistência de apoio aos operários e camponeses pobres com o intuito de prezar pela igualdade dos direitos das pessoas como seres humanos. A Carta do Trabalho em 21 de abril 1927, também trouxe avanços aos direitos sociais dos trabalhadores tendo em vistas a melhoria de suas condições sociais.

Já no Brasil a declaração dos Direitos Fundamentais já se encontrava presente na Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824, pois a mesma possuía um extenso rol de direitos humanos fundamentais. Dentre estes direitos novamente verifica-se o direito à liberdade, à igualdade, à liberdade religiosa, de manifestação de pensamento, liberdade de locomoção, abolição de açoites e torturas, marca de ferro quente e todo o tipo de disposições e garantias de direitos civis e políticos e ainda gratuidade do ensino público primário. Concedeu aos (as) brasileiros (as) o direito de se tornarem cidadãos, segundo Murilo de Carvalho (2004,

² Instituidora da primeira república alemã, a Constituição dita de Weimar, cidade da Saxônia onde foi elaborada e votada, surgiu como um produto da grande guerra de 1914-1918, que encerrou o “longo século XIX”. Promulgada imediatamente após o colapso de uma civilização, ela ressentiu-se desde o início, em sua aplicação, dos tumultos e incertezas inerentes ao momento histórico em que foi concebida. A estrutura da Constituição de Weimar é claramente dualista: a primeira parte tem por objetivo a organização do Estado, enquanto a Segunda parte apresenta a declaração dos direitos e deveres fundamentais, acrescentando às clássicas liberdades individuais os novos direitos de conteúdo social. (Fonte: <http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/alema1919.htm>)

p.32). Cidadãos estes que durante três séculos de colonização haviam vivido sem condições de poderem desempenhar com liberdade sua cidadania. Os direitos e garantias individuais presentes nesta declaração continuaram presentes nas constituições posteriores.

No decorrer dos anos os Direitos Fundamentais foram repetidos e reformulados sem perderem sua essência, na 1ª Constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891, na Constituição de 10 de novembro de 1937.

Na Constituição de 18 de setembro de 1946, além de defender os direitos e garantias individuais, também continha artigos específicos sobre diversos direitos sociais em defesa de trabalhadores e empregados, e também deu ênfase à proteção da família, à educação e cultura. O artigo 141 desta Constituição deu respaldo à reformulação da redação das Constituições posteriores, inclusive a atual. “A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes (MORAES, 2005, p. 15)”. A Constituição de 24 de janeiro de 1967 tinha como objetivo a melhoria das condições sociais dos trabalhadores.

Mas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 10 de dezembro de 1948, assinada em Paris, é considerada a maior conquista no que diz respeito aos direitos humanos fundamentais em nível internacional. Os trinta artigos da mesma validam e confirmam os princípios da igualdade e dignidade humanas. Esta Declaração foi elaborada à partir da Carta da ONU de 1944 que, em um de seus artigos, ficou estabelecida a necessidade dos Estados-partes.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem afirmou que o reconhecimento da dignidade humana inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, bem como que o desprezo e o desrespeito pelos direitos da pessoa resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que as pessoas gozem de liberdade de palavra, de crença e de liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade tem sido a mais alta aspiração do homem comum. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução nº 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10-12-1948, reafirmou a crença dos povos das Nações Unidas nos Direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher, visando à promoção do progresso social e à melhoria das condições de vida em uma ampla liberdade (MORAES, (2005, p. 18).

Os trinta artigos desta Declaração confirmaram a ênfase da defesa dos princípios da igualdade e dignidade humanas, a não discriminação de raça, sexo, língua, religião, opinião, origem tanto nacional como social, o direito à vida, a liberdade, segurança, a não tortura, escravidão, a inviolabilidade à honra, à imagem, à vida privada, liberdade de locomoção, liberdade de pensamento, religião, expressão e outras defesas reveladas nos artigos compatíveis com a luta pela dignidade humana sem discriminações. A mesma considera a família como núcleo natural e fundamental da sociedade e do Estado e defende o direito a um padrão de vida que assegure saúde, alimentação, vestuário, segurança. Os direitos fundamentais existem para defender a vida humana, proibindo tudo o que destrói a mesma. Isto inclui a proibição da pena de morte, pois, todos têm direito à vida, também o direito à liberdade e à manifestação do pensamento os quais estão correlacionadas ao desenvolvimento de uma personalidade sadia e uma vida plena. O professor Vicente Paulo (2003, p. 7) afirma que “os direitos fundamentais têm o seu surgimento ligado à necessidade de limitação e controle dos abusos do poder do próprio Estado e de suas autoridades constituídas. Representam, nesse primeiro momento, um conjunto de restrições impostas à ingerência do Estado na esfera individual do cidadão”.

Sobre a Declaração Universal, Moraes menciona que “apesar da inexistência de força jurídica obrigatória e vinculante, a mesma vem atestar o reconhecimento universal de direitos humanos fundamentais, consagrando um código comum a ser erguido por todos os Estados” (PIOVESAN, *apud* MORAES, 2005, p. 18). O Brasil adotou esta Declaração na mesma data de sua proclamação, 10 de dezembro de 1948.

O rol dos Tratados Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos assinados pela República Federativa do Brasil é completado pelos seguintes documentos: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 16-12-1966; Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, de 18-12-1979; Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, de 10-12-1984; Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, de 9-12-1985; Convenção sobre os Direitos da Criança de 20-11-1989; Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 6-6-1994, e ratificada pelo Brasil em 27-11-1995 (MORAES, 2005, p. 20-21)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é uma proteção institucionalizada que visa fazer respeitar a dignidade humana protegendo-a contra à arbitrariedade do excesso de poder do Estado, para oferecer condições mínimas de

vida, no caso, os direitos fundamentais e favorecer o desenvolvimento da personalidade de cada ser humano.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Título II, aparecem os direitos e garantias fundamentais divididas em cinco capítulos: os direitos individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos. Moraes (2005, p. 28) cita o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988: “ Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Conforme Ferreira Filho (2004, p. 100) no capítulo sobre os direitos e deveres individuais e coletivos (onde não se encontram deveres) estão os direitos da primeira geração, mais as garantias; os quais também conforme Paulo e Alexandrino (2003, p.11) são:

Os direitos de primeira geração são aqueles que buscam valorizar o homem individualmente considerado, assegurando-lhe o direito à liberdade na vida civil e política do Estado. São os direitos e garantias individuais clássicos – direitos de defesa contra o poder Público – há mais tempo reconhecidos ao homem (direitos civis e políticos). Decorrem da ideologia do Liberalismo, cujos pilares fundamentais são a autonomia da vontade, a liberdade negocial e a não intervenção do Estado nos negócios particulares.

No capítulo seguinte, estão os direitos de segunda geração, os direitos econômicos e sociais.

Os direitos de segunda geração acentuam o princípio de igualdade entre os indivíduos (igualdade material, apenas jurídica ou formal), compreendendo os direitos sociais, econômicos e culturais, que exigem prestações por parte do Estado para se concretizarem. Estes direitos foram reconhecidos a partir do primeiro quartel do século XX (Constituição do México, de 1917, e Constituição de Weimar, 1919), especialmente com o surgimento dos direitos sociais (direito ao trabalho, previdência social, amparo à doença etc.) (PAULO e ALEXANDRINO, 2003, p. 11-12).

Quanto à terceira, esta se faz representar pelo solitário direito ao meio ambiente (art. 225). Ou seja, Ferreira Filho sugere uma classificação relacionada ao objeto dos direitos fundamentais; liberdades: poder para fazer ou não algo, como a liberdade de locomoção, greve; direitos de crédito: poder para reclamar, como exemplo os direitos trabalhistas; direitos de situação: poder de exigir um *status* como

exemplo um meio ambiente equilibrado; direitos-garantia: poder de exigir o não sofrer censuras. Para Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2003, p. 12):

Os direitos de terceira geração realçam o princípio da fraternidade (ou da solidariedade), visando a proteger a coletividade, visando a todo gênero humano, de modo subjetivamente indeterminado, e não especificamente os interesses de um indivíduo identificado em sua singularidade ou de um grupo determinado de indivíduos. Representam uma nova relevante preocupação com as gerações humanas, presentes e futuras, que têm direito à proteção da integridade dos bens de uso comum do povo. São exemplos de direitos fundamentais de terceira geração: o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao patrimônio comum da humanidade, à comunicação, à paz, ao progresso etc.

Moraes afirma que “a primeira geração seria a dos direitos de liberdade, a segunda dos direitos de igualdade, a terceira, assim, complementar o lema da Revolução Francesa: liberdade, igualdade, fraternidade” (FERREIRA FILHO, *apud* MORAES, 2005, p. 28).

A evolução da supremacia dos direitos humanos fundamentais assim como na Declaração Universal dos Direitos Humanos é demonstrada na essência das Constituições, no presente caso, a Constituição da República Federativa do Brasil. Mas, encontrou o seu coroamento na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1948. Os direitos fundamentais expressos no teor desta declaração servem para defender e promover a dignidade humana em meio a todo tipo de violação do direito à vida. Dentre estas violações, estão as desigualdades de oportunidades de terem supridos os direitos fundamentais que algumas pessoas enfrentam por não corresponderem aos padrões erigidos pela sociedade.

2.2 A DIGNIDADE HUMANA NA CONSCIÊNCIA DA IGUALDADE DOS DIREITOS DE SER PESSOA.

Segundo Baumann (1998, p. 27), as sociedades produzem suas espécies de estranhos, pois, erguem fronteiras e traçam padrões estéticos, cognitivos, morais, sociais e outros. Então estranhas são as pessoas que não se encaixam aos padrões erigidos e as barreiras levantadas. Os seres humanos que transgridem os padrões se convertem em estranhos. A política de exclusão, o desencaixe ocorre com os estranhos quando lhes são negados os recursos de construção de identidade, os instrumentos de cidadania, o direito de individualidade. Podem se tornar estranho à sociedade as crianças órfãs, as pessoas idosas sem recursos, as pessoas com deficiência física sem capacitação profissional, os desempregados sem formação

escolar. Enfim, os que não se encaixam aos padrões, ou não produzem lucro na sociedade e experimentam privações quanto ao nível de vida e oportunidades. Segundo Clodovis Boff (1997, p. 101), “hoje a exclusão é um processo estrutural e massas inteiras jogadas à margem do mercado formal, da sociedade oficial e finalmente da vida”.

Mas, na realidade todas as pessoas possuem algum tipo de limitação e todas precisam de oportunidades para desenvolver-se como seres humanos. Conforme Boff (1997, p. 103) “o novo rosto do pobre não é mais o explorado ou empobrecido, mas, o dispensado, o inútil, o jogado fora, justamente o excluído”. Segundo Kappaun (2008, p. 20) denomina-os como “massa sobrante”. Esta exclusão violenta a vida das pessoas, a consciência de dignidade, exclui da vida, exclui dos direitos e da chance de se sentir alguém no mundo. Boff (1997, p. 102) acrescenta:

Junto com a exclusão econômica, melhor, com base nela, cresce a exclusão social. Os excluídos econômicos são também excluídos da sociedade oficial, da legalidade formal, da sociedade política. Portanto, são excluídos dos direitos. Os excluídos fazem figura de gente à margem da lei ou contra a lei. Por isso, o marginalizado equivale a um marginal, real ou potencial. Daí a necessidade de reprimi-lo e mesmo suprimi-lo.

O Plano para a Vida e a Missão da Igreja (PVMI, 1996, p. 50) sobre a salvação e a relação com a revelação do Reino de Deus, afirma que:

A salvação é o processo pelo qual somos libertados por Jesus Cristo para servir a Deus e ao próximo e para participar da vida plena no Reino de Deus. A revelação do Reino de Deus em Jesus Cristo é motivo de esperança para todos nós. O Reino se realiza parcialmente na história por meio de sinais, que apontam para a plenitude futura. Ele é o modelo permanente para a ação do povo de Deus criando em nós consciência crítica capaz de desmascarar todos os sistemas de pensamento que se julgam donos exclusivos da verdade.

Kappaun (2008, p. 54) destaca que “a práxis de Jesus é referência fundamental para a práxis cristã”. E acrescenta que a mesma se revelou mediante um tríplice ofício: profeta, sacerdote e rei. “Ele não é apenas mais um profeta, mas, é aquele que vem para anunciar a chegada do Reino de Deus, de solidariedade, amor e justiça (KAPPAUN, 2008, p. 61)”. Este tríplice ofício deve ser expresso pela Igreja mediante a função pastoral, profética do anúncio do evangelho, na liturgia e na caridade, em suas práticas cotidianas.

Igreja se apresenta no mundo como o lugar por excelência do serviço, da fraternidade, do significado, da festa, em correspondência com quatro categorias antropológicas na base: o pensamento, a ação, a relação e a celebração. São modos equivalentes de sublinhar a complementaridade e o significado destas quatro formas de ser no mundo signo eclesial do Reino (E. ALBERICH *apud* KAPPAUN, 2008, p. 55).

A Igreja Metodista (CÂNONES, 2007, p. 51-52), afirma em seus documentos que o culto verdadeiro é o que inclui a manifestação de uma vivência da prática da justiça e no caminho da humildade com amor que gera cuidado. Esta prática da justiça remete ao compromisso de cuidar da vida, cuidar de pessoas, de suas necessidades. Mas, não se cuida apenas de pessoas, sem considerar o contexto no qual elas se encontram inseridas, ainda mais, quando este ambiente pode ser o causador de diferenciação, exclusão e ignorância dos direitos fundamentais que devem ser acessíveis a todas as pessoas indistintivamente. “A esperança no Reino permite que participemos de projetos históricos que visam à libertação da sociedade e do ser humano” (PVMI, 1996, 50).

A Igreja Metodista é desafiada em seus documentos a manifestar atuação mediante a vivência prática desta justiça diante das necessidades da sociedade. Pois conforme Bosch (2002, p.29):

A igreja-em-missão – como será sustentado mais detalhadamente abaixo – pode ser descrita em termos de sacramento e sinal. Ela é um sinal no sentido de indicação, símbolo, exemplo, ou modelo; é sacramento no sentido de mediação, representação ou antecipação. Não é idêntica ao reinado de Deus, mas, também não deixa de estar relacionada com ele; é um antegosto de sua vinda, o sacramento de suas antecipações na história. Vivendo na tensão criativa de, ao mesmo tempo, ser chamada para fora do mundo e ser enviada ao mundo, ela é desafiada a ser o jardim experimental de Deus na terra, um fragmento do reinado de Deus, tendo as primícias do Espírito (Rm. 8.23) como penhor do que há de vir (2 Co. 1.22).

A prática da missão deve envolver toda a vida de quem professa a fé em Jesus Cristo, o qual doou toda a vida e ministério em prol da justiça, conforme atestam os autores neotestamentários. Jesus Cristo olhava para as pessoas com infinita misericórdia, pois além de serem desprezados pelos outros, eram excluídos radicalmente por estes da oportunidade de salvação. Jesus ensinava que a salvação de Deus é para todas as pessoas. Conforme Bosch (2002, p. 54):

Assim, no ministério de Jesus não há tensão entre salvar do pecado e salvar da enfermidade física, entre o espiritual e o social. O mesmo aplica-se ao termo usado para designar perdão (em grego: *aphesis*); ele

inclui uma ampla gama de acepções, desde a libertação escatológica e o perdão dos pecados. Todas as nuances de sentido desses termos expressam a natureza onibrangente do reinado de Deus; visam dissolver todas as formas de alienação e derrubar muros de hostilidade e exclusão.

Esta forma de agir, ou seja, este tratamento com dignidade é o direcionamento para a missão da Igreja. A Igreja Metodista, que declara em seu PVMI (1996, p. 51) que:

O Reino de Deus alcança qualquer tipo de pessoa, quaisquer que sejam suas idéias, suas condições sociais, culturais, políticas, econômicas ou religiosas. Alcança igualmente a pessoa como um todo: corpo mente e espírito, com todas as suas exigências. Os atos de Deus, através dos quais ele revela e inaugura o seu Reino, nos ensinam também como devemos agir, e são o critério para a ação missionária da Igreja.

Conforme um consenso geral de vários autores neotestamentários, no sistema de pureza dos judeus, os leprosos eram excluídos por serem contagiosos e eram considerados impuros; os doentes mentais eram considerados como possuídos por demônios e também eram excluídos; as mulheres passavam por exclusões sociais. As crianças também não eram tratadas como seres humanos; e também haviam aqueles que eram tratados com desprezo devido às suas profissões, eram afastados da vida social, como sujeitos e impuros conhecidos como pecadores. Bosch afirma (2002, p.54) que “é particularmente as pessoas na periferia da sociedade que ele comunica a possibilidade de vida nova com base na realidade do amor de Deus”. Jesus Cristo acolhia os leprosos dando-lhes saúde e dignidade, devolvendo-lhes mediante seu gesto o convívio social sadio.

A ação de Deus atinge, transforma e promove as pessoas, na medida em que as desafia a um relacionamento pleno e libertador com Deus e o próximo, para o serviço concreto na comunidade. A natureza do Reino exige compromisso do novo homem e da nova mulher e sua sociedade, na direção da vida abundante da justiça e liberdade oferecidas por Cristo (PVMI, 1996, p. 51).

“Como acontece em nossa própria época, a aflição de muitas pessoas que vivem na periferia da sociedade é causada por repressão, discriminação, violência e exploração. Eles são no sentido pleno da palavra, vítimas da sociedade da época” (BOSCH, 2002, p. 47). Eram considerados pequenos, últimos, ovelhas perdidas da casa de Israel. Jesus colocava-se ao lado destas pessoas que eram colocadas à parte, e por muitas vezes eram alvo de caridade apenas. Por estas pessoas Jesus doou sua vida, seu ministério.

A missão profética da práxis cristã é acompanhada pela esperança e o amor provenientes da fé em Deus, que ofereceu a própria vida como sacrifício vivo por seu povo, a saber, o sacrifício oferecido por Cristo na

cruz do calvário. Esse sacrifício apresenta uma missão, lembrada constantemente na matriz protestante do cristianismo (KAPPAUN, 2008, p. 59).

A fé precisa ser instrumento para que mediante uma análise crítica, os cristãos possam atuar superando os preconceitos e valores presentes na sociedade injusta e excludente. Conforme Williams (1968, p. 89) “a igreja é simplesmente uma parte do mundo, parte que está consciente do senhorio de Cristo sobre o mundo, e assim está pronta a reconhecer o que Deus está fazendo nele e a cooperar com Ele nessa ação”. Sendo assim, a igreja é como um sinal do propósito de Deus ao mundo inteiro. “A vida desafortunada dos pobres é contrária aos propósitos de Deus, e Jesus veio para pôr fim à sua miséria (BOSCH, 2002, p.48)”.

A igreja existe para se inserir na sociedade como parte dela, no mundo como parte dele, educando, construindo virtudes morais, pessoais, sociais, que venham contrastar com a massificação, exclusão, desrespeito e desamor presentes na atualidade.

Na essência de seus documentos oficiais, a Igreja Metodista revela uma consciência de sua responsabilidade como Igreja com o bem estar integral do ser humano, como decorrência das Escrituras do Antigo e do Novo Testamento, e também é uma parte preciosa da herança recebida de sua história de origem. Ao analisar a realidade do sistema produtivo da sociedade, há de se observar que existem “centenas e centenas de pessoas que este mesmo sistema conduziu à miséria, à desgraça, vivendo em condições precárias de vida” (IGREJA METODISTA, 1988, p. 19)

A realização da responsabilidade de amar, servir, defender e promover a vida humana e apoiar as iniciativas que preservem e valorizem a vida humana (CANONES, 2007, p.91) estão presentes na essência dos documentos doutrinários da práxis da Igreja Metodista. O Credo Social (CÂNONES, 2007, p. 51), da Igreja Metodista afirma que “a segurança, o pleno desenvolvimento humano e ordens sociais só serão alcançados quando tanto os recursos técnicos e econômicos estiverem voltados ao serviço da dignidade humana e da justiça social”.

A mensagem de Jesus Cristo anunciava a chegada do Reino de Deus, tempo de salvação, de transformação, novas perspectivas, novas formas de agir. Um dos alvos da mensagem de Jesus, de sua práxis, era os enfermos. Os fariseus não tocavam nos enfermos, num doente, num deficiente, situações estas que tornavam

tais pessoas mais pobres entre os pobres e rejeitadas, gerando grande violência no ser destas pessoas. Conforme Bosch (2002, p. 46) o “mais importante do que o apelo que Jesus dirige aos fariseus, porém, é sua contestação coerente de atitudes, práticas e estruturas que tendiam arbitrariamente a restringir ou excluir membros em potencial da comunidade israelita”. Se tocassem em tais pessoas, deveriam passar por uma série de rituais de purificação. O alvo de Jesus era transformar esta distância entre o cumprimento de dogmas, leis, ordenanças e o amor que deveria ser evidenciado nas relações. No PVMI (CÂNONES, 2007, p. 74) há a seguinte afirmativa:

Certamente aqui estamos diante da necessidade de revisarmos profundamente nossa prática de piedade pessoal e a necessidade de revermos nossos atos de misericórdia, entendidos como ação concreta de amor e a favor dos outros. Estes são os dois caminhos que traduzem a visão de Wesley sobre a santificação na Bíblia.

A mensagem de Jesus Cristo era direcionada aos rejeitados, considerando a dignidade humana na consciência da igualdade dos direitos de ser pessoa; e para os que rejeitavam as pessoas e eram zelosos na Lei, entendessem sobre o amor de Deus que não faz acepção e coloca a dignidade da vida em primazia. Bosch (2002, p. 48) expõe:

O que nos assombra reiteradamente é a inclusividade da missão de Jesus. Ele abarca tanto os pobres quanto os ricos, tanto os oprimidos quanto os opressores, tanto os pecadores quanto os devotos. Sua missão consiste em desfazer a alienação e em derrubar muros de hostilidade, em cruzar fronteiras entre indivíduos e grupos.

Contrariando as práticas de religiosos, Jesus Cristo ia ao encontro destas pessoas confrontando a expressão prática de fé desumana dos líderes religiosos e políticos de sua época, que possuíam prática e leis que atuavam contra a vida e não promoviam a igualdade de direitos a todo ser humano independente de sua situação física ou social.

O Credo Social (CÂNONES, 2007, p. 56), assim como nos Direitos Fundamentais dos seres humanos expressos também na Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirma que “os quesitos bem estar social, os quais envolvem saúde, segurança educação, e outros direitos essenciais à vida devem ser garantidos a todas as pessoas”. Diante destas necessidades, a Igreja Metodista têm a oportunidade de desenvolver a sua missão. Conforme PVMI (CÂNONES, 2007, p.

83), “há a necessidade de apoiar todas as iniciativas que preservem e valorizem a vida humana; há a necessidade de denunciar por palavras e pela prática, todas as forças e instrumentos que oprimem e destroem a vida humana”. Uma pessoa excluída e tratada como ser humano inferior aos demais, é profundamente violentada emocionalmente, e com isso poderá afetar-lhe sua consciência de dignidade, sua saúde emocional e vivência social.

Conforme expresso na Carta Pastoral sobre Dons e Ministérios da Igreja Metodista (2001, p. 19):

Um dos problemas mais graves é a falta de diálogo e de contato humano. Sim, mais e mais, tal sociedade absorve as pessoas, isolando-se umas das outras. Com isso, aumentam as doenças emocionais, e destas surgem outras doenças como: úlceras, doenças do coração, ou mesmo desequilíbrios nervosos e tantos outros, que fazem a infelicidade de muitas famílias.

Segundo as doutrinas metodistas expressas em seus documentos, todo ser humano, além de possuírem direitos, têm o dever de administrar a terra e os seus recursos lutando pela participação de todos na elaboração de políticas justas. Lutar é mais do que proclamar, é investir e insistir no cumprimento dos Direitos Fundamentais, assim como afirma Bobbio, “mas, uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efetivamente (2004, p. 29)”. Assim, também, se encontra na Declaração Universal dos Direitos Humanos no Artigo I: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir umas às outras com espírito de fraternidade (CESE, 2003, p. 15)”. Enfatizam estes documentos que todas as pessoas, sem distinção, merecem respeito em sua convivência bem como em suas necessidades, respeitando e fazendo respeitar.

2.3 A DIGNIDADE HUMANA NA LIBERDADE DE PENSAMENTO, CONSCIÊNCIA E RELIGIÃO.

Diante dos desafios que surgem no mundo em que vivemos a ansiedade, a insegurança a desconfiança, a necessidade de se produzir mais para se sobreviver, a competição, desemprego, as impermanências, requisitos de normalidade do corpo impostos pela cultura dominante e tantas outras violências que agredem o ser de cada pessoa. Surge então, à necessidade de se ter sentido para a vida, para crer na vida. E nesta busca pelo sentido da existência, os seres humanos anseiam por algo que transcenda tudo isto, que traga esperança, que traga segurança, em meio à cultura de aparências e do prazer. A qual domina comportamentos ditando regras

que escravizam o corpo e agridem o ser. Nestas inquietudes e questionamentos o ser humano busca a Deus, como resposta à saúde integral, equilíbrio e o despertador e incentivador de nossa criatividade. O ser humano espera encontrar sentido para que o seu ser tenha uma existência livre, que se expressará na relação com Deus, consigo mesmo, com o mundo, e com o seu próximo de forma saudável. É preciso ter a liberdade religiosa para buscar a Deus e se expressar livremente nesta busca. Em meio à despersonalização, onde pensamentos, desejos, atitudes são influenciados pelo meio e até manipulados, o ser humano busca um encontro com a sua existência e seus valores transcendentais. Na realidade, baseado na essência da fé cristã onde Cristo vocaciona à liberdade destes desejos e atitudes, um dos princípios da educação cristã é a liberdade, ou seja, conduzir as pessoas à liberdade de suas consciências, seus pensamentos, suas expressões de fé, sua forma de ser no mundo. Tirando esta liberdade é destruir a expressão individual do ser tão peculiar a cada pessoa, é violentar, é contrariar a vida. Sobre esta posição sobre a luta pela vida, no PVMI (CÂNONES, 2007, p. 82):

A Igreja Metodista no Brasil é parte da Igreja Metodista na América Latina e no mundo, ramo da Igreja Universal de Nosso Senhor Jesus Cristo. Sensível à ação do Espírito Santo, reconhece-se chamada e enviada a trabalhar com Deus neste tempo e lugar onde ela está. Neste tempo, fazemos uma escolha clara pela vida, manifesta em Jesus Cristo, em oposição à morte e a todas as forças que a produzem.

A liberdade do ser humano é dom de Deus, mas precisa ser aprendida, buscada, uma superação de si mesmo em meio às barreiras sociais, culturais, religiosas e outras do sistema onde o ser humano encontra-se inserido. Por muitas vezes as pessoas até sabem o que devem fazer, sabem o que é bom, mas não o fazem. Portanto a educação cristã deve se pautar na formação de pessoas que além de ter noção de ação correta, possam agir. Não apenas transmitir conhecimentos, mas agir, e agir de forma livre na vida real, enxergando o mundo, os outros, a si mesmo como um dom de Deus. Conforme o PVMI (CÂNONES, 2007, p. 88-89):

Nosso trabalho tem sua raiz e força na confiança de que Deus está conosco, vai à frente e é a garantia da concretização do Reino de Deus no presente e no porvir. Ainda que as forças do mal e da morte lutem para dominar o nosso mundo, nossa esperança reside naquele que as venceu, Jesus Cristo, que tornou real a ressurreição e a vida eterna. A vitória da vida já pode ser percebida na luta que travamos contra as forças da morte pois já temos os primeiros frutos do Reino (primícias) que nos nutrem e nos levam a perseverar na caminhada orando “VENHA O TEU REINO”

A religião por muitas vezes em decorrência das interpretações pessoais no que se refere às leis e dogmas pode acarretar sérias lesões à vida humana, interferindo na sua liberdade pessoal, influenciando as pessoas de alguma forma a agir ou não pela vontade alheia, impedindo o desenvolvimento, incentivando por muitas vezes a fraqueza e a incapacidade de tomar suas próprias decisões.

O evangelho é este: “Cristo nos libertou para que vivêssemos em liberdade (Gl. 5,1)”. “Foi para a liberdade que vocês foram chamados” (Gl. 5,13). Deus é liberdade e nos criou para a liberdade. Esta é a nossa vocação humana. O sentido da nossa vida é construir e conquistar a liberdade. Eis a maneira pela qual Paulo tornou compreensível para os gregos e para nós o evangelho do Reino de Deus, que na sua formulação nos sinóticos permanece incompreensível (COMBLIN 1998, p. 11).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como as diversas Constituições e Declarações sobre os Direitos Fundamentais em suas evoluções históricas, sempre se preocuparam em enfatizar a necessidade de cada ser humano ter liberdade religiosa e liberdade de pensamento, expressão, comunicação, como parte da formação de identidade de cidadão livre e da dignidade da qual cada ser humano tem o direito e necessidade de se ter reconhecida o atendimento das necessidades humanas para sentido e dignidade na vida (JOHNSON, 1964, p. 258).

O ser humano busca um significado para a sua existência, e na espiritualidade encontra ajuda, força para enfrentar as frustrações da vida. A liberdade de se lutar pelo que se quer, para vencer algum obstáculo é direito de cada pessoa. As pessoas buscam em Deus o sentido da existência. A vida pode ser reorientada e recriada, no encontro da realidade que ele denomina Deus. Encontrando Nele a força para impulsionar cada ser humano a ser o que se é, tendo coragem de ser integralmente pessoa, amadurecendo como ser humano, se descobrindo e abrindo portas através da fé para sua auto-aceitação, intimidade com Deus e seus semelhantes apesar das diferenças, sejam elas físicas, sociais, culturais ou outras. Segundo Johnson (1964, p. 166), o motivo dominante em toda religião é a procura de Deus, como supremo interesse, pelo significado e objetivo da vida.

Os seres humanos possuem necessidades específicas peculiar a cada um e procuram satisfazê-las, portanto, os atos de adoração podem ser formas de expressar tais necessidades e ao mesmo tempo buscar satisfação. “Qualquer necessidade, ansiosamente desejada, pode ser procurada por meios religiosos, na adoração e oração (JOHNSON, 1964, p. 170)”.

Através de sua vida e suas ações, Jesus Cristo trouxe uma ressignificação para a vida, ou seja, a entrega do ser humano ao ser humano. Não apenas cada ser e sua liberdade e sua própria vida com Deus através das práticas rituais, sacrificiais, litúrgicas, ou através da rígida observância da Lei, pois assim ocorreria uma liberdade e uma vida que renega a si mesma, se autodestrói e destrói o (a) outro (a) se predispondo a eliminação do (a) outro (a) quando não se age com responsabilidade diante das necessidades das pessoas. Segundo o Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista (CÂNONES, 2007, p.80-81):

O propósito de Deus é reconciliar consigo mesmo o ser humano, libertando-o de todas as coisas que o escravizam, concedendo-lhe uma nova vida à imagem de Jesus Cristo, através da ação e poder do Espírito Santo, a fim de que, como Igreja, constitua neste mundo e neste momento histórico, sinais concretos do Reino de Deus.

Todo ser humano precisa de liberdade, mas, a mesma precisa ser exercida com responsabilidade, com respeito pelo limite do outro. Conforme Bosch (2002, p. 47) atuar em favor da vida, para o bem de todos (as), era um marco no ministério de Jesus Cristo, este era um apelo urgente contra tudo o que ameaça à vida das pessoas quando esta atravessa situações frágeis, quando se deparava com tudo o que contradizia aos valores e dignidade da pessoa. Ele lutou para mudar a idéia dos mais privilegiados, ou daqueles que julgavam que só através deles as pessoas teriam acesso a Deus. Abriu a possibilidade para que todos (as) participem com direitos iguais à vida, ao amor de Deus e ao bem estar participando da vida religiosa, tendo liberdade de expressá-la, num real culto a Deus em Espírito e em verdade e em compromisso, como sinal de uma vida que manifesta a graça de Deus.

As pessoas nos dias atuais encontram cada vez mais dificuldades diante dos desafios de seus problemas, e estes em todas as áreas: econômica, social, familiar, afetiva, inclusive no que se trata da área relacional, consigo mesma, com as pessoas, com Deus. Tornam-se até mesmo doentes por falta de esperança. Na *Carta Pastoral sobre Dons e Ministérios* (2001, p.20) destaca-se a questão da necessidade de se ouvir o clamor destes desafios, mediante uma atuação eficaz:

Hoje, diversas leis conspiram contra a vida. Carecemos de ministérios proféticos como o de Jesus, que colocava frontalmente contra tais leis, as quais não promovem o direito do pobre, da viúva, da criança, e do adolescente, dos sem terras. Deus chama e dá o tom de profecia para

declarar, no presente, o seu juízo sobre as instituições injustas, estabelecendo justiça entre os seres humanos. Precisamos como Jesus, ferir a terra com a vara da nossa boca, ou seja, os desígnios justos de Deus dados por Ele mesmo aos seus profetas.

John Wesley incentivava a participação ativa do povo através dos dons e ministérios em prol da missão em prol do povo, não somente realizada pelo povo, mas para o povo. Por isso o surgimento de tantas escolas, ambulatórios, orfanatos, fundos de empréstimos, centros de saúde, luta contra a escravidão, movimentos sindicais e outros, para dar as pessoas uma vida mais saudável de forma integral, através da atuação da igreja e suas multiformes expressões de fé. Pois, a mesma tem um compromisso profético na sociedade, na história. A Igreja Metodista crê de acordo com seus documentos que os seres humanos foram criados para serem filhos (as) de Deus e como parte da família de Deus. E o valor da humanidade é compreendido mediante esta imagem e semelhança de Deus que possibilita a continuidade para se caminhar nos caminhos divinos. Então, os (as) cristãos (ãs) tendo em Jesus o Cristo o parâmetro de valorização da dignidade humana, bem como a tolerância com as fraquezas e diferenças humanas devem declarar a dignidade do ser humano e valorizar, pois, foi Deus quem os criou como seres viventes mediante o Espírito vivente Divino.

As marcas, os traços expostos nos textos oficiais metodistas devem ser valorizados, mas principalmente os valores do evangelho devem ser aquilo que norteiam as ações da igreja no tempo presente, conhecendo os sinais da época, buscando compreendê-los, com vistas ao presente e futuro. Curar a alma ferida, nutrir e sustentar a fé, mas cuidar do indivíduo é essencial, mas não suficiente, pois é preciso cuidar da casa, dos sistemas que estruturam a vida das pessoas em sociedade. Para que todas as pessoas possam experimentar a comunhão com Deus, consigo mesmo, com as pessoas, como espaço de respeito e de manifestação da vida. Cada pessoa deve compreender e vivenciar sua dignidade humana na liberdade de pensamento, consciência e religião. Todas as pessoas podem colaborar na transformação da realidade, dos valores corrompidos, da desumanização das pessoas, na eliminação de qualquer barreira que surgir impedindo estes direitos. Estas barreiras precisam ser combatidas para que se promova a vida em todas as dimensões possíveis, social, espiritual, emocional, relacional.

Esta é uma das principais fontes da oposição metodista a tudo aquilo que

desumaniza as pessoas. Uma fonte igualmente importante da nossa paixão metodista é melhorar a sorte de todos, incluindo, especialmente, os mais necessitados. E é a razão pela qual nos sentimos chamados a nos envolvermos na interminável luta contra a ignorância, a pobreza, a injustiça e a desumanidade (STOKES, 1992. p. 66).

Em seus documentos, no presente caso o CS, a Igreja Metodista, demonstra consciência de sua responsabilidade civil, reafirmando que sua missão “é capacitar seus membros a uma maior vivência do exercício de sua cidadania” (CÂNONES, 2007, p. 55). Quando refere-se à responsabilidade civil da Igreja Metodista do Brasil perante a sociedade, o Credo Social divide assim essas responsabilidades: a responsabilidade da comunidade como um todo perante seus membros; a responsabilidade para com a justiça e ordem pública; e a responsabilidade dos (as) que exercem o governo. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou particular (CESE, 2003, p. 31). Assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

A “Igreja adota e defende a liberdade de escolha de governo para o povo; a proteção jurídica em relação a atos que firam os direitos humanos fundamentais; o não controle estatal na vida interna da família, da igreja, associações, universidades e associações com fundamentos próprios; e a liberdade de expressão legítima de convicções religiosas, éticas e políticas” (CESE, 2003, p. 25).

Estas afirmações tanto no âmbito da Igreja Metodista como a proteção dada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, fornece à igreja o direito de poder assumir a responsabilidade da fé cristã, tendo inclusive a liberdade de criticar se necessário for sobre o não cumprimento dos direitos e deveres de cidadão (ãs) diante dos poderes governantes.

2.4 A DIGNIDADE HUMANA NO DIREITO À PARTICIPAÇÃO COMO AGENTE E SUJEITO LIVRE EM COMUNIDADE.

Devido ao cansaço do dia a dia, a sensação de erro, as culpas, os conflitos, bem como as frustrações, as decepções, rixas, perturba e esgota, levando a necessidade de constante renovação. E no ato de oferecer, que é o que se faz na adoração a Deus quando as pessoas se reúnem em comunidade, demonstra, “uma

atitude de dar alguma coisa de valor a alguém, e este dar é um valor em si mesmo (JOHNSON, 1964, p. 174)”. Este doar-se faz torna a vida mais digna de ser vivida. Recitar um credo é declarar uma fé com convicção, como um código pelo qual se vive e se morre. Ler as Escrituras em comunidade é descobrir novas visões interiores e recuperar um tesouro perdido. É fácil esquecer e até mesmo as maiores experiências enfraquecem com o tempo. “Somente as introspecções renovadas sobrevivem (JOHNSON, 1964, p. 175)”.

A oração diária constante compõe a melhor preparação psicológica para a adoração pública. Por conseguinte a adoração transforma-se num crescendo de finalidades supremas, originando-se genuína experiência interna do encontro com o Tu. As atitudes mais profundas da fé religiosa, esperança e amor, que procuram a reação responsiva do Tu, são causas e efeitos básicos do culto. Quando tais atitudes impregnam a personalidade integral, existe coragem serena para as experiências ásperas da crise ou para a rotina cansativa da vida (JOHNSON, 1964, p. 184).

Há de se considerar também que diante das experiências ásperas e cansativas do viver de cada ser humano, o mesmo busca em Deus sentido e forças para vencer e viver com esperança. Por muitas vezes as relações interpessoais são grande motivos de ansiedades emocionais, temores, culpas, sentimentos de inferioridade que influem em grande variedade de doenças, e para que haja cura a pessoa precisa ter suas relações múltiplas funcionando de forma harmoniosa. Têm extrema significação, neste mundo, as pessoas com as quais encontramos, em relações interpessoais. Nenhum ser humano pode tornar-se mais pessoa sem a relação com o outro. As pessoas precisam viver em associação e cooperação, em comunidade para a realização de suas potencialidades.

Segundo Baumann (2003, p. 21) “comunidade é o tipo de mundo que não está ao nosso alcance, é nos dias de hoje o outro nome do Paraíso Perdido”. Na necessidade de viver em comunidade, o ser humano pode ser motivado à procura religiosa.

O que observamos nessa tendência social é a reunião das pessoas em grupos religiosos. Podem voltar para uma congregação negligenciada ou tentar uma nova igreja em que as relações pareçam ser mais adequadas e vitais. Quando se sentem indesejadas ou desconfortáveis, em igrejas estabelecidas, formam novas seitas, para possuir uma comunidade religiosa (JOHNSON, 1964, p. 287).

O cristianismo segundo Johnson (1964, p.257) “contribui para a saúde do corpo e da mente, pois valoriza cada pessoa de forma peculiar”, fazendo cada um

sentir-se aceito, compreendendo o valor pessoal, bem como o valor de sua existência; inclusive na oportunidade em fazer parte de uma comunidade onde deve ser cultivada a sua integridade pessoal e coletiva, com devoção leal recíproca, agindo como organismo terapêutico. No presente caso, a comunidade “igreja”. Toda pessoa precisa tomar parte numa convivência em que seja bem conhecida e amada, e onde se espera que faça o que lhe for possível para todos (JOHNSON, 1964, p. 257).

O corpo é o nosso modo de ser no mundo, nos conferindo uma identidade no lugar e no tempo, é vontade livre, é capacidade de amar, revelando nossas energias, emoções e capacidades, pulsa a vida. Toda espiritualidade e mística passam pelo corpo, um não está completo sem o outro, é preciso haver harmonia entre a mente, corpo e espírito. Requerendo aceitação de nós mesmos como somos e com as diferenças que temos, pois, quando um ser humano é acolhido e amado por outro ser humano é desenvolvida uma capacidade extraordinária de superar seus próprios limites.

Em meio a uma tensão de valores onde é necessário avaliar as oportunidades e perigos de experiências passadas para que de alguma forma encontre-se a resposta a esta busca. Busca esta, por comunidade num mundo que se encontra em grande crise entre individualismo e comunitarismo. A auto-suficiência e a valorização do outro reconhecendo o limite próprio e do outro. A Igreja Metodista (1998, p. 25) afirma:

A consideração e valorização do outro significa o reconhecimento da incompletude. Significa a consciência plena da necessidade do outro, envolvendo sentimentos de reconhecimento e gratidão. Somente em um contexto assim é possível o desenvolvimento das relações que proporcionam companheirismo e possibilitam o clima de segurança e intimidade que levam ao enriquecimento da relação.

Somos todos interdependentes neste mundo que rapidamente se globaliza, e devido a essa interdependência nenhum de nós pode ser senhor de seu destino por si mesmo, pois, há tarefas que cada indivíduo enfrenta, mas com as quais não se pode lidar individualmente. Sendo que tudo o que nos separa e nos leva a manter distância uns dos outros, acaba por estabelecer limites e barricadas, tornando a administração dessas tarefas mais difíceis. Conforme Bauman (2003, p. 134):

Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e

responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e termos igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos. Precisamos ganhar controle sobre as condições e desafios que enfrentamos na vida, mas, muitos deles se tornam necessário o enfrentamento coletivo, acima das diferenças.

É no acolhimento e na misericórdia que se encontra a nova possibilidade de vida, a ênfase do amor de Deus apresentada por Jesus o Cristo. E neste ato acolhedor é que se vive a suma de toda a Lei, porque amando a Deus há o compromisso com sua causa, e se busca vivenciar o amor ao próximo como se o Tu fosse Eu. “A vida desafortunada dos pobres é contrária aos propósitos de Deus, e Jesus veio para pôr fim à sua miséria (BOSCH, 2002, p. 48).

Todo o ser humano é membro do corpo social, faz parte do mundo, é um ser único, possui direitos que precisam ser respeitados. Mas, possui deveres no limite em que inicia os direitos do próximo. Há uma correlação, cada ser humano sendo membro da sociedade se torna agente e sujeito na mesma em igualdades com os demais semelhantes. Tem o direito de ter os recursos e os valores da sociedade convergidos para si e de ter vida comunitária onde possa desempenhar sua solidariedade e responsabilidade social. A Declaração Universal dos Direitos Humanos demonstra que as pessoas possuem o direito de terem vida comunitária, inclusive, a personalidade desenvolve-se nas relações pessoais também. No entanto mesmo que cada ser humano possua este direito, cada um possui deveres para com a sociedade, comunidade, com seus semelhantes.

Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, na qual é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa está sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas (CESE, 2003, p. 47).

Exclusão, massificação são contrários aos valores do Evangelho, pois despersonalizam e destroem a capacidade de desenvolver as potencialidades humanas. Cada cristão (ã) deve cooperar com a pessoa e a comunidade “a se libertarem de tudo que as escraviza” (CÂNONES, 2007, p. 90). Desenvolver através da educação conscientizadora a realidade de uma comunidade de dons e ministérios inseridos na sociedade; conscientizar o ser humano de que a sua responsabilidade é

“participar da construção do reino de Deus, promovendo a vida”, num estilo que seja acessível a todas as pessoas (2007, p. 90). A Igreja Metodista no Brasil não só rejeita qualquer tipo de massificação originada de problemas sociais, como orienta seus “membros quanto ao tratamento dos problemas que destroem a vida em comunidade. Ensina também a propugnar por mudanças estruturais da sociedade que permitam a desmarginalização social dos indivíduos, grupos e das populações” (CÂNONES, 2007, p. 60).

A Igreja Metodista cumpre parte de sua missão na conscientização da responsabilidade social de cada pessoa, recomenda a Declaração Universal dos Direitos Humanos, prezando por cuidar da vida. Assume o compromisso de preservar o direito de se ter uma vida livre, digna, de igualdade de acordo com os valores do Evangelho, valorizando cada ser humano como criado à imagem e semelhança de Deus.

CAPÍTULO 3 - A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA METODISTA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Cada ser humano possui a necessidade de viver em comunidade, onde cada um busca se sentir seguro, aceito e capaz de desenvolver suas potencialidades, inclusive a pessoa deficiente física. A mesma também necessita viver em comunidade. Viver em comunidade é relacionar-se, mesmo com o diferente, sendo que esta diferença é uma oportunidade de ter-se mais criatividade.

Em se tratando da realidade da Igreja Metodista no Brasil, em seus documentos oficiais, ou seja, o *Credo Social*, o *Plano para a Vida e a Missão da Igreja* e suas *Regras Gerais e Costumes*, a mesma demonstra um caráter inclusivo, como uma comunidade que inclui e onde há lugar para todos e que busca espalhar esta inclusão por toda a terra.

O Credo Social enfatiza em seu conteúdo o direito a dignidade de cada ser humano e o empenho da Igreja Metodista em desenvolver sua missão em meio a situações desumanas das quais muitas pessoas são expostas. A Igreja é chamada a servir em defesa a dignidade e respeito a vida sem diferenciação, sem exclusão, sem preconceito. Pois tais atitudes não correspondem aos valores cristãos expressos no Credo Social. O Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista revela uma grande preocupação com o bem estar integral do ser humano. Bem estar este que se refere a todas as pessoas, dentre estas assim como as demais, estão às pessoas com deficiências físicas. As Regras Gerais enfatizam o desenvolvimento sadio da relação com Deus, consigo, com o próximo, com o contexto social tendo em vistas o desenvolvimento de cada pessoa como ser humano, da dignidade de vida revelada no cuidado integral, no suprimento das necessidades integrais.

3.1 O CREDO SOCIAL: IGUALDADE DE DIREITOS NA DIVERSIDADE DE REALIDADES

O Credo Social da Igreja Metodista teve como base um documento produzido nos Estados Unidos pelo Conselho Nacional de Igrejas de Cristo, de 1908, sendo semelhante a um documento elaborado em 1922 pela Igreja Metodista Episcopal do Sul (EUA) conhecida pelos metodistas como Igreja-mãe. O Credo Social (CS) passou a fazer parte dos Cânones desde 1934, após a autonomia da Igreja Metodista no Brasil, a qual ocorreu em 1930.

A Junta Geral de Ação Social no 8º Concílio Geral da Igreja Metodista (1960) realizou algumas alterações no Credo Social (CS), para que este documento se adequasse a realidade do Brasil daquele período. A versão do CS foi elaborada dentro do contexto social do Brasil daquela época para demonstrar a interpretação e ação metodista sobre esta realidade.

No 10º Concílio Geral da Igreja Metodista em 1970 e 1971 com a iniciativa da Junta Geral de Ação Social, ocorreu outra reformulação no Credo Social contextualizando-o, e esta é até então a última publicação aprovada em julho de 1997 pelo 16º Concílio Geral. “Por se tratar de um texto que olha a realidade do Brasil e propõe posturas sociais, esta revisão contextualiza o Credo Social para os tempos presentes (CREDO SOCIAL, 1999, p. 9)”.

O Credo Social é baseado na obra social de John Wesley e dos leigos do metodismo primitivo demonstrando a relação do evangelho com os problemas humanos. No próprio CS (1999, p. 13) encontra-se que :

Sua luta incessante contra a corrupção política, a luxúria e avareza dos ricos, o desemprego, a escravidão, a guerra e sua desumanidade, a escola como privilégio de minoria, o alcoolismo como força de degeneração da personalidade é que mostram a visão social do pioneiro do metodismo. Assim, o teste mais relevante para avaliar o pensamento social de Wesley como evangelista é o impacto de sua mensagem na sociedade da Inglaterra.

Desde as origens a mensagem do metodismo era voltada a correlação da fé cristã e a relação com Deus, com a realidade das pessoas, ou seja, a relação de cada semelhante e seu próximo. Também a mensagem do metodismo era voltada para a conscientização de cada cristão e sua responsabilidade social à partir do Evangelho. Segundo o próprio Credo Social (1999, p. 15):

O significado do Credo Social da Igreja Metodista do Brasil é uma tomada de consciência dessa responsabilidade social em termos da situação brasileira. Consciência e responsabilidade iluminadas pelo discernimento do Evangelho de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. Negar a responsabilidade social do cristão só é possível, para a Igreja Metodista no Brasil, negando-se o Evangelho e a tradição do metodismo no mundo. Afirmá-la, traduzi-la renovadamente em termos das constantes transformações da sociedade é, segundo o significado do metodismo, a atitude e o testemunho que correspondem a cada geração metodista.

Dentre as situações que ocorrem na sociedade brasileira, a qual passa por transformações, nota-se a situação de pessoas que são expostas a tratamento desumano, as quais como pessoa possui o direito a dignidade e de serem tratadas

também como imagem semelhança de Deus. São pessoas das quais lhes foram tiradas as oportunidades de desenvolvimento das potencialidades, de crescimento, da formação de uma identidade social sadia. Como exemplo, apontamos as pessoas com deficiência física. Quando a consciência e a responsabilidade com o ser humano são despertadas pelo discernimento do evangelho, a indiferença em relação a pessoas com deficiência física é transformada pelo encontro, pela compaixão, pelo reconhecimento. A Igreja é chamada a servir em resposta a problemas, crises e desafios que surgem em tempos e contextos diversificados da sociedade.

Quando há o encontro com a realidade difícil de muitas pessoas com deficiência física ocorre uma indignação ética, a qual leva a atuação contra a redução destas pessoas a situações constrangedoras, desumanas. Esse encontro deve motivar então, a uma práxis que busca restaurar a pessoa através da aceitação, expressando amor, ou seja, amando a pessoa do jeito que se é, e ao mesmo tempo criando condições para que a mesma em suas necessidades possa desenvolver-se na vida. Conforme Cerignoni (2006, p. 61) “está na hora de entender e aprofundar a existência da diversidade humana”.

Na herança da Igreja Metodista assinalada no CS, como expressão da essência do metodismo em suas origens, encontra-se afirmada “a responsabilidade cristã pelo bem-estar integral do ser humano (CS, 1999, p. 16)” como prática da fé cristã em fidelidade às Escrituras do Antigo e Novo Testamento. Ao assumir-se esta responsabilidade, urge que se promovam meios para que as necessidades humanas que acarretam o mal-estar, a destruição, a morte, prejudicando vidas, deformando os valores, condicionando as pessoas a uma situação de vida deplorável, afastadas de seus direitos, infelizes, sejam sanadas, sejam superadas, libertando vidas e dando a elas a oportunidade de participar da mesma. Ao reconhecer Deus como o Criador do mundo, a Igreja Metodista declara em sua fé que Dele é o mundo, bem como as pessoas que habitam no mesmo. O ideal, então, a ser alcançado é a segurança eficaz e o desenvolvimento pleno e digno de toda a criação. Mas, é preciso que todas as formas de recursos que existem no mundo, dentre estes, econômicos, técnicos, as instituições, estejam direcionados e envolvidos para o alcance deste ideal de vida. A promoção da vida plena, abundante e da dignidade humana deve ser o alvo de atuação destes recursos, não permitindo que os valores corrompidos que reduzem o ser humano a objetos de consumo substituam a vivência do amor e a valorização da pessoa.

A cultura do consumo é uma ilusão onde a pessoa é aquilo que possui. Quando alguém, por algum motivo, não corresponde à demanda do mercado, quando tem dificuldades de produzir como outros, pode acarretar a falta de recursos e assim a possuir menor poder aquisitivo, ela não serve, e se torna peso. Neste confronto ou se age, isto é de confronto se torna encontro, ou então, se é confrontado, se ignora, ou seja, se torna indiferente. “Na nossa cultura, o consumo se tornou a medida de uma vida bem-sucedida, da felicidade e da decência humana (SUNG, 2005, p. 34)”.

A própria ordem da criação divina conduz ao desenvolvimento da ordem político- social e econômica, que deve ser direcionada para o bem estar integral das pessoas. Estas afirmações se encontram bem explícitas no CS (CÂNONES, 2007, p.52) da Igreja Metodista: “a comunidade familiar resultante da natureza humana, a ordem econômica resultante do conjunto das atividades humanas de produção, consumo e comércio de bens, e a ordem política expressam exigências da própria ordem da criação divina”. Todas as pessoas têm direito a participação destas ordens de forma igualitária, produzindo, criando, consumindo dentro daquilo que é necessário ao desenvolvimento sadio da vida humana.

Esta cultura de consumo, também se encontra presente no meio religioso, pois já existe neste meio a lógica de que quando se converte a Deus, aumenta a capacidade de ter, de consumir, de não ter limites mais, e até mesmo no caso da pessoa com deficiência física, não pode mais possuir tal “diferença”. Pois a “experiência de ser acolhido ou escolhido por Deus é vivenciada através da melhora da capacidade de consumo (SUNG, 2005, p. 35)”. Pois as bênçãos de Deus devem ser comprovadas pelo aumento de bens econômicos, pela cura física, e assim por diante. Fortalece a ilusão de que se é alguém pelo que se possui ou se corresponde ao padrão de corpo curado e perfeito imposto pela sociedade de consumo, que faz até do corpo um objeto de consumo. Ainda segundo Sung (2005 p. 36-37):

Aquele que se indigna com essa situação, que se sente tocado profundamente pelo sofrimento do outro, pode experimentar paradoxalmente a esperança e o desespero, um sentimento de impotência diante de tanto sofrimento inocente e tanto cinismo dos que dominam o mundo. A dor do outro que nos toca a compaixão, nos leva a desejar mudanças urgentes e radicais no mundo e nas nossas igrejas. Só que o mundo e as igrejas não se transformam de acordo com os nossos desejos e com a urgência necessária para salvar vidas humanas. Daí o desânimo e sentimento de impotência que alimentam ainda mais o sentimento de desespero.

A fé, neste caso aqui, a fé cristã, não é apenas afirmar que Deus existe e apenas afirmar que Jesus é o enviado de Deus, mas, esta fé precisa voltar-se às necessidades das pessoas. É não se afastar da realidade, mas, conhecer a mesma e atuar. Conforme Sung (2002, p.56):

Cristianismo não é uma proposta de sair do mundo, das contradições e possibilidades inerentes à condição humana, mas, pelo contrário, é a de amar a nossa condição humana e a de viver a liberdade e o amor dentro dos limites do condicionamento humano. É a experiência do definitivo, do absoluto, no interior da provisoriedade da história humana. É proposta de fé em um Deus que se esvaziou da sua divindade e se fez humano, se fez servo (cf. Fl. 2,7).

Trata-se de ignorar o que precisa ser feito, mas, ler os sinais dos tempos e atuar como presença libertadora no meio dos desafios, lutas, necessidades físicas, emocionais, espirituais e outras mais. Agir em meio a uma realidade que se enxerga e mesmo que de início ocorra um confronto, seja mesmo este motivo para ocorrência de mudanças no horizonte de valores levando a abertura ao encontro. Pois Deus em Jesus foi ao encontro do ser humano. “Os provedores de cuidado pastoral devem colocar-se no meio de seu povo, sem deixar-se manipular pelas forças conformistas de grupos, pois, através da compaixão, são capazes de evitar a distância, e a atitude que pode ser descrita como dó, ou pena, pois estas não favorecem o desenvolvimento do ser (SATHLER, 2004, p. 43)”

A Igreja Metodista afirma em seus documentos que o “culto verdadeiro é o que inclui a manifestação de uma vivência da prática da justiça e no caminho da humildade com amor que gera cuidado” (CÂNONES, 2007, p. 51-52). Mediante este conhecimento traz a capacidade para que a igreja assuma o compromisso, ou seja, a realização da responsabilidade de amar, servir, defender e promover a vida humana. Ele se preocupava em cuidar do (a) outro (a), e estava consciente de realizar uma obra de Deus a Ele confiada. Entendeu o Espírito da Lei, que era a responsabilidade de doar-se e o acolhimento do (a) próximo (a). Portanto, o Credo Social (1999, p. 18) em suas bases bíblicas enfatiza que a comunidade cristã é serva do Senhor Jesus Cristo, por isso “sua missão nasce sempre dentro da missão do seu único Senhor que é Jesus Cristo. A unidade cristã é a dádiva de sacrifício do Cordeiro de Deus; viver dividido é negar o Evangelho”.

A vida em comunidade, ser acolhido e viver em comunidade são formas de combater-se o individualismo. É uma proposta de crescimento de forma relacional. Não fortalece um caráter egoísta, mas, promove uma vivência de doação, de

reciprocidade. O CS (CÂNONES, 2007, p. 52) afirma que “Deus criou os povos para constituir uma família universal”. A convivência na comunidade de fé conforme o CS (CÂNONES, 2007, p. 53) é “para que todas as pessoas se recebam como irmãos e irmãs se afirmando em todas as relações”. É uma convivência que deve ser em prol da dignidade de todas as pessoas, sem diferenciação no tratamento, mesmo diante da grande diversidade da humanidade. O Estado deve ser promotor da defesa da vida, da liberdade das pessoas e proporcionar ordem social. Mas, o ser humano tem o dever de administrar a Terra e seus recursos. Se assim não ocorrer não haverá transformação e nem atendimento as necessidades básicas para o bem estar de todas as pessoas. Conforme o Credo Social (1999, p. 20) “os quesitos bem-estar social (saúde, segurança, educação etc.) são direitos garantidos a todo e qualquer cidadão e a toda e qualquer cidadã”.

Quando na igreja, como também na sociedade não há espaços acessíveis para as pessoas com deficiência física, não cria-se condições de desenvolvimento pleno destas pessoas, negando o amor que move a ação. O CS (CÂNONES, 2007, p.51) baseando-se nos escritos bíblicos, a Igreja Metodista declara que a “Lei e os Profetas se cumprem em amar a Deus com todas as forças da nossa vida e em amar ao nosso próximo como a nós mesmos. Pois, ninguém pode amar a Deus e menosprezar seu irmão e a sua irmã”. Não se deve negar a ninguém a dignidade que lhe é devida como ser humano. Quando assim não procede, falha no cumprimento da justiça social como parte da missão de Deus, na qual todos os seres humanos têm direitos e deveres. Necessitam de condições para desenvolverem seus potenciais como pessoas para alcançar a vida plena, realizada e feliz, pois, “Jesus Cristo vence barreiras entre irmãos e irmãs e destrói toda forma de discriminação entre os homens e as mulheres” (CÂNONES, 2007, p. 52). A evangelização como missão deve abranger o esforço pela conscientização da Igreja e da sociedade da realidade em que vivem tantas pessoas consideradas como inúteis, sem oportunidades de desenvolverem os potenciais que elas possuem, porque “a identificação de Jesus Cristo com o necessitado e com a necessitada e com os oprimidos, a prioridade da justiça nas Escrituras, proclamam a causa dos/as pobres do mundo é a causa dos seus discípulos” (CÂNONES, 2007, p. 53). Cuidar da vida revela compromisso com o Reino de Deus, com a evangelização e a missão. Agostini (1994, p. 108) afirma:

A evangelização como missão primeira da Igreja traduz nossa condição de continuadores da missão de Cristo, mergulhados na história, num espaço e tempo determinados. A evangelização capta “os sinais dos nossos tempos”, os interpreta à luz da fé, os integra na condição de sermos “Igreja que serve o mundo”, articulando a fé e as situações históricas.

Conforme o CS (Cânones, 2007, p. 51), que pretende ser a formulação da doutrina social da Igreja Metodista, a sua responsabilidade cristã é o bem estar integral do ser humano: “Cremos que o Evangelho, tomando a forma humana em Jesus de Nazaré, filho de Maria e de José, o carpinteiro, é o poder que liberta completamente o homem, proclamando que não existe nenhum valor acima da pessoa humana criada à imagem e semelhança de Deus”.

Cada pessoa é um ser único, com virtudes, fraquezas, limites, qualidades ou com alguma característica que pode ser considerada defeito. Mas, segundo valores e crenças cristãs, o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus e sua vida deve ser tratada de forma digna, tendo direito à vida, à segurança, à libertação de tudo que ameaça ou destrói a vida humana. Em relação ao valor de cada pessoa, aos direitos e deveres, não há diferença de pessoa para pessoa. Pois, todas precisam ter as suas necessidades básicas, seus direitos fundamentais supridos. As diferenças que existem em cada ser humano se tornam um desafio para se conviver e aprender com o outro. Diferenças não deveria ser motivo de erigirem-se barreiras ou discriminações. Quando “a Igreja segundo CS (CÂNONES, 2007, p. 60) é guiada pelo Espírito Santo, consciente de sua própria culpabilidade e instruída por todo conhecimento competente, busca discernir e obedecer à vontade de Deus”, no presente caso, nas necessidades e situações específicas da pessoa com deficiência física, estará cumprindo parte do chamado ao serviço, considerando que a diversidade humana é um desafio. É na diversidade que por muitas vezes está à beleza da criação. Todas as pessoas precisam ser acolhidas, sentir-se aceitas independentemente de diferenças como pessoa, ou diferenças físicas. Conforme o CS (CÂNONES, 2007, p. 54), “urge que se promova o humanismo pleno. A plena dimensão humana só se encontra nas novas relações criadas por Deus em Jesus Cristo”. Como afirma Saint-Arnaud (1984, p.35) “Sem amor a humanidade não poderia sobreviver um só dia sequer”. Quando não se trata alguém com amor, e sim com diferenciação nos direitos, com a violência do preconceito, quando se subestima por motivos discriminatórios, pode causar o sentimento de inadequação, inferioridade, de desumanidade, ou a sensação de não se ter direitos de ter uma vida

digna. Muitas pessoas se tornam pobres, pois, não lhe são fornecidas oportunidades para se ter uma vida melhor. Muitas pessoas com deficiência física não têm a oportunidade de se integrar a uma vida social sadia, uma vida em comunidade, a um futuro profissional, e até mesmo de uma vida ativa na comunidade eclesíastica, por lhe negarem os meios, as condições necessárias para que isto ocorra. O Credo Social é extremamente claro ao expressar a responsabilidade em se criar condições para a participação igualitária da vida em comunidade de todas as pessoas. A responsabilidade civil da Igreja está exposta no Credo Social (CÂNONES, 2007, p. 55) em três níveis básicos:

De responsabilidade da comunidade como um todo perante Deus, especialmente na criação de condições de igual participação de todos os seus membros; de responsabilidade do cidadão e da cidadã para com a justiça e a ordem pública na comunidade; de responsabilidade dos/das que exercem o governo quanto ao uso que fazem do poder.

O primeiro nível básico demonstra a responsabilidade de criar-se condições para que todas as pessoas possam ter participação na construção, na produção, no crescimento tanto como comunidade eclesíastica, como uma sociedade extra eclesíastica consciente. Este gesto de preocupar-se com a participação de todas as pessoas, não permitindo a exclusão de ninguém é valorizar o ser humano como imagem de Deus lhe assegurando o direito de ter uma participação digna igualitária. Ir ao encontro das necessidades do outro é amar. Por isso, no CS (CÂNONES, 2007, p. 56) há a seguinte afirmação de que “a soberania de Deus, revelada na encarnação de Jesus Cristo sobre todas as autoridades e poderes da sociedade, é a garantia última, reconhecida ou não, da responsabilidade do/a homem/mulher para com o/a seu/sua semelhante. A vida afetiva de cada pessoa se desenvolve no encontro com o outro, no acolhimento e no atendimento das necessidades quando possível, de forma recíproca. Pois na reciprocidade do amor encontra-se a junção de sentimentos, atitudes que o refletem, comportamentos construtivos, o desenvolvimento da criatividade para se lidar com o diferente. Inclusive a expressão do amor também se dá no cuidado com a vida. A Carta Pastoral Afetividade e Sexualidade assim se expressa (1998, p. 15):

O nosso ser se expressa, ao nascer, essencialmente de forma corporal. É através do corpo que o organismo expressa sua necessidade, não só de cuidado, mas, também de estimulação e que reivindica, de modo claro e

inequívoco, a presença do outro. E este outro não apenas cuida, mas também acaricia, expressando assim ternura e amor.

O pleno desenvolvimento humano, assim como a segurança e ordem social se torna realidade à medida se direciona ao serviço em prol da conquista da dignidade humana, expressa na justiça social, demonstrada numa vivência de amor, na prática da justiça e no caminho da humildade junto com o Senhor.

O ser humano possui uma natureza social procedente de sua criação e para sentir-se realizado necessita de uma vivência comunitária, ter uma vida em comunidade, relacionar-se.

É através do corpo que se é alguém no mundo, que se relaciona se expressa a espiritualidade, o amor. A corporeidade expressa o ser humano como um todo, integralmente. Conforme Sathler (2004, p.22) “cuidar do corpo é parte de cuidar de si e dos outros, é cuidar da vida em suas variadas interações sociais, econômicas, políticas, dos relacionamentos, do meio ambiente e da higiene”. Cuidar é ocupar-se, preocupar-se, envolver-se afetivamente com a outra pessoa, é oposto de descaso. É construir relacionamento, e nesta construção duradoura os seres humanos aprendem uns com os outros, nas diversidades, numa descoberta progressiva de valores essenciais, vencendo os preconceitos, e as resistências com o que se considera diferente.

O ser humano reconciliado se tornou reconciliador. “Cremos que o Deus único estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo, criando uma nova ordem de relações na história, perdoadando os pecados dos homens e encarregando-nos do ministério da reconciliação” (CÂNONES, 2007, p.50).

Ainda no CS encontra-se a declaração de que:

Deus em Jesus de Nazaré reconciliou consigo o mundo, e mediante esta reconciliação abriu-se a possibilidade da construção de nova ordem de relações na história. O ser humano reconciliado se tornou reconciliador. Cremos que o Deus único estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo, criando uma nova ordem de relações na história, perdoadando os pecados dos homens e encarregando-nos do ministério da reconciliação (CANONES, 2007, p. 50).

Ainda no decorrer da segunda parte do Credo Social no que diz respeito às bases bíblicas, é declarado que a Igreja Metodista crê no Reino de Deus e na justiça deste reino a qual leva o envolvimento de toda criação sem distinção, pois todos (as) são chamados (as) a se receberem como irmãos e irmãs participando da plenitude da

vida de Cristo (CANONES, 2007, p. 50). Não havendo então, espaço para preconceitos, discriminação, e indiferença com as diferenças e suas respectivas necessidades. Diante deste chamado de relacionar com o diferente, desta missão de cuidado mútuo, Sathler (2004, p. 43) afirma que:

Os provedores de cuidado pastoral devem colocar-se no meio de seu povo, sem deixar-se manipular pelas forças conformistas de grupos devem colocar-se no meio de seu povo, sem deixar-se, manipular pelas forças conformistas de grupos, pois através da compaixão, são capazes de evitar a distância e de evitar a atitude que pode ser descrita como dó, ou pena, pois estas não favorecem o desenvolvimento do ser.

O Credo Social é inclusivo, é voltado para a inclusão de todos os seres humanos sem distinção, como alvo de amor e não de menosprezo. Pois, como cristãos/ãs torna-se necessário reconhecer a condição comunitária da experiência humana, conscientes das injustiças presentes na organização social da sociedade e por muitas vezes na comunidade eclesiástica, com o intuito de lutar pela garantia dos direitos humanos fundamentais. Ser consciente, responsável com a vida e a dignidade humana, são valores presentes na identidade metodista. Incluir é não diferenciar, é sinalizar o amor de Deus, numa prática viva em amor ao próximo essencial na mensagem do Evangelho. O Credo Social é um documento que direciona as ações do povo metodista. Desperta, conscientiza sobre a sua responsabilidade, inclusive para as comunidades locais. Contribui na missão do cuidado com o bem-estar integral de cada ser humano, com suas deficiências, suas necessidades, suas qualidades, bem como suas potencialidades, construindo soluções.

A Igreja Metodista (CÂNONES, 2007, p. 53), em seus documentos é chamada a conduzir todos a se receberem e a se afirmarem como pessoas em todas as suas relações: na família, na vizinhança, no trabalho, no lazer, na religião e no exercício dos direitos políticos. Para que a Igreja Metodista venha conduzir as pessoas nesta direção, surge a necessidade de conscientizá-las na plena verdade sobre Jesus Cristo, sobre a Igreja, a missão e sobre o ser humano. Assim sendo:

A conscientização emerge como um processo que toca o homem todo o fazendo crescer na tomada de consciência de sua situação, na participação, na inserção e na organização local. Este processo, que é permanente, está na base de uma consciência crítica. Esta é o suporte principal de uma ação responsável e engajada num tempo e num espaço determinados. Neste caso, a conscientização capacita a pessoa a discernir o jogo de forças e os elementos que agem em conjunto numa determinada

situação; é contra toda tentativa de manipulação, de doutrinação ou de domesticação da pessoa (AGOSTINI, 1994, p.119).

A Igreja Metodista deve promover a plena dimensão da vida humana e é preciso utilizar todos os tipos de recursos, de acordo com cada situação e cada desafio, a fim de que cada pessoa sinta-se acolhida, incluída e curada como parte na caminhada, até as últimas conseqüências para a libertação e autopromoção integral. Na terceira parte do Credo Social sobre a ordem político-social e econômica, afirma-se: “Em cada época e lugar surgem problemas, crises e desafios por meio dos quais Deus chama a Igreja a servir. A Igreja, guiada pelo Espírito Santo, consciente de sua própria culpabilidade e instruída por todo o conhecimento competente, busca discernir a vontade de Deus e obedecer a ela nessas situações específicas” (CANONES, 2007, p. 52).

Ainda o Credo Social, afirma que:

O Estado é exigência básica para a promoção do bem comum, considerando tal exigência, a Igreja então considera a atual situação do país com todos seus desafios, o alvo para o desenvolvimento de sua responsabilidade social discernindo realidades e necessidades. Deus criou os povos para constituírem uma família universal. Seu amor reconciliador em Jesus Cristo vence barreiras entre irmãos e destrói toda forma de discriminação entre os homens (2007, p.52-53).

A Igreja, guiada pelo Espírito Santo, consciente de sua culpa busca obedecer a Deus na transformação destas barreiras, na criação da nova ordem de relação baseada no ministério da reconciliação considerando reciprocamente irmãos e irmãs, pois, “a compaixão nasce quando descobrimos no centro de nossa existência não apenas que Deus é Deus e que a humanidade é humanidade, mas, também, que nosso vizinho é realmente nosso irmão e nossa irmã” (SATHLER, 2004, p. 43). Esta reconciliação se torna clara diante do desafio da violação da ordem de Deus na realidade daqueles (as) necessitados (as), marginalizados (as), diminuídos (as), excluídos (as) sendo em tudo oprimidos por estigmas e preconceitos, por muitas vezes fruto do desequilíbrio econômico e da cultura de mercado excludente. A plena dimensão humana só se encontra nas novas relações criadas por Deus em Jesus Cristo (CÂNONES, 2007, p. 54). A igreja é baseada na natureza relacional de Deus, o qual inclui todas as pessoas e suas qualidades e deficiências humanas. Bosch (2002, p. 210) referindo-se aos modelos neo-testamentários de missão explica a compreensão do batismo cristão:

As pessoas crentes não como múltiplos indivíduos, mas, como corpo uno e são batizadas na morte de Cristo e, semelhantemente, ressuscitadas dos mortos; elas foram crucificadas com Cristo, morreram com Ele, mas, agora vivem com Ele e estão vivas para Deus (Rm. 6. 3-11). Elas “se revestiram” de Cristo, crucificado e ressurreto, e foram adotadas como filhas de Deus (Gl. 3.26s.; cf. Cl. 3.10). É esse evento momentoso do batismo dos crentes em Cristo que motiva Paulo a declarar tão intensa e veementemente que todas as barreiras humanas são transcendidas na igreja.

Este é o desafio, uma comunidade humana que reflita o amor inclusivo divino. “A pobreza de imenso contingente da família humana, fruto dos desequilíbrios econômicos, de estruturas sociais injustas, da exploração dos indefesos, da carência de conhecimentos, é uma grave negação da justiça de Deus” (CÂNONES, 2007, p. 53 – 54). Uma das tarefas da Igreja é capacitar seus membros para o exercício de uma cidadania plena, visando servir o Brasil na formação de uma sociedade consciente de suas responsabilidades. A desorganização social, a violência, a miséria e o sistema sócio-político-econômico injusto se tornaram fatores causadores de deficiências e marginalização excludente. O que causa toda esta situação é a inversão de valores morais, visíveis numa ordem socioeconômica e política desumana e materialista tão presentes. Existe em todas as sociedades certa cultura de exclusão, revelada em um conjunto de atitudes, hábitos, sustentando barreiras erigidas pelos que são tidos como fortes, contra os que são julgados fracos. “Individualismo e massificação são causas graves de problemas sociais; ambos negam o Evangelho porque despessoalizam o homem” (CÂNONES, 2007, p. 57).

De acordo com o CS, “os problemas sociais são manifestações patológicas do organismo social como um todo. Originam-se de situações estruturais da sociedade e da mentalidade das pessoas, conduzindo-as a condições de vida infra-humana e produzindo a marginalização sócio-econômica e cultural de indivíduos e populações” (CÂNONES, 2007, p. 56). Ainda assinala a importância da contextualização socioeconômica e cultural dos problemas sociais, pois, os mesmos são diferentes em cada tempo e época (CÂNONES, 2007 p. 56-57). No CS, tanto a consciência da solidariedade humana como a responsabilidade social demonstram uma preocupação com a inclusão. Nesta preocupação, nesta constatação da realidade do ser humano ultrajado em sua dignidade, há a necessidade de transformação imediata.

Pois, indo um pouco mais além dessa constatação, damos-nos conta, e isso nos causa impacto, de que nesta situação de exclusão é o rosto de pessoas concretas, a grande maioria da população, que está sendo pisado e

negado. Embora sendo excluído, subjugado, colocado à margem, o rosto ascende, deixando transparecer o clamor ético por justiça.

O sentido cristão de humanidade só pode ser alcançado em uma sociedade onde as pessoas tenham vida comunitária, consciência de solidariedade humana e de responsabilidade social (CÂNONES, 2007, p. 57). Tanto a consciência da solidariedade humana e de responsabilidade social presentes no CS demonstra o caráter inclusivo deste documento da Igreja Metodista.

A situação vivencial de parte da população força os seres humanos a subsistir, a sobreviver numa realidade opressiva, convoca a humanidade a enxergar e ouvir o clamor de tais pessoas. No entanto afirma Bolda da Silva (1995, p.62), que “por mais que a situação tente ocultar, mascarar, vendar o rosto negado, não conseguem fazê-lo”.

O CS (CÂNONES, 2007, p. 59), afirma a “influência dos meios de comunicação social”, que influenciam na educação do povo e, por muitas vezes tal educação é negativa, deformando mentes e contribuindo para a construção de barreiras sociais. Promovendo a formação equivocada de valores humanos e criando padrões de comportamento, aparência, aquisição, que diminuem ou exaltam pessoas. Não se pode negar tal realidade, tal situação, e se tornar indiferente ao rosto do outro, a vida do outro. Pois, o outro seja quem for, faz parte da coletividade. “O outro é o critério ético por excelência” (BOLDA DA SILVA, 1995, p. 62).

Dentre os males, os problemas sociais causam a destruição das comunidades e a deturpação dos valores humanos. Diante destes desafios a Igreja Metodista conforme seu CS preza em orientar seus membros a lutar por mudanças neste quadro de desordem social possibilitando a desmarginalização social de indivíduos e grupos. O critério desta luta é a preocupação com o bem estar alheio oposto ao egoísmo, é o altruísmo, que se reflete no compromisso, na responsabilidade, no amor. “Critério que exige constantemente o ato de dar de comer ao faminto, de vestir o nu, de abrigar o estrangeiro (BOLDA DA SILVA, 1995, p. 62)”. Buscando sanar, através de “normas técnicas atualizadas e específicas, a realidade de cada problema, bem como de recursos comunitários especializados” (CANONES, 2007, p. 60). A Igreja Metodista reconhece o ser humano como criado à imagem e semelhança de Deus tendo como ênfase o cuidado com o mesmo. Recomenda a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual afirma, “que todas as pessoas nascem livres e iguais em

dignidade e direitos” (CESE, 2003 p. 47). E visa na, prática de fé, criar condições de acesso igualitário aos direitos e deveres de cada cidadão e cidadã, sendo estas pessoas deficientes físicas ou não. As pessoas possuem direitos e deveres independente da realidade física de cada uma. Cada ser humano é único.

Em confronto com o mundo, o indivíduo afirma-se como o outro homem, pois, nasce separado, distinto, desde sua origem, desde sempre. Há a possibilidade de construir um mundo próprio, um projeto único revestido de identidade singular e diversa. Por causa dessa singularidade, possui história, biografia. É e sempre será o Outro para além da totalidade, da compreensão do mundo, do sentido constituído por uma interpretação que supõe qualquer sistema ou todos os sistemas e subsistemas do mundo. Transcende as determinações e os condicionamentos da totalidade, revelando-se como o extremamente oposto, resistindo à totalização massificante. É sempre o Outro, um homem com direitos. Não é algo: é alguém. Não é uma coisa: é uma pessoa autônoma. Não é um objeto manufaturado pelo sistema (BOLDA DA SILVA, 1995, p.67).

E o segundo artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (CESE, 2003, p.16), confirma o que se professa no Credo Social: “toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja raça, cor, sexo, língua, religião opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição”.

A declaração de fé presente no Credo Social da Igreja Metodista deixa claro que o mesmo possui uma natureza inclusiva em sua essência. Portanto, esta marca do CS nos motiva à ação em prol de um posicionamento da Igreja Metodista sobre a inclusão das pessoas com deficiência física que inclua a eliminação de todos os tipos de barreiras culturais, arquitetônicas, na comunicação, atitudinais, as quais desumanizam seres também criados à imagem e semelhança de Deus, mas, que possuem apenas limites físicos.

3.2 O PLANO PARA A VIDA E A MISSÃO DA IGREJA: A MISSÃO REVELADA NO CUIDADO COM A VIDA INTEGRAL

O PVMI é um documento da Igreja Metodista elaborado na forma de um plano geral onde busca-se orientações para o direcionamento de toda a ação e crescimento em todas as áreas de vida, serviço e culto da referida igreja. No PVMI (1996, p. 9) é citado:

O “Plano Para a Vida e a Missão da Igreja” é continuação dos Planos Quadrienais de 1974 e 1978 e consequência direta da consulta nacional de

1981 sobre a Vida e a Missão da Igreja, principal evento da celebração de nosso 50º aniversário da Autonomia.

Este documento visa abrir espaços para conscientizar a comunidade metodista sobre sua missão, onde ela acontece e como deverá ser exercida. No próprio PVMI (1996, p. 7) encontramos: “a organização da Igreja, portanto, deve ser consequência da descoberta das necessidades e dos desafios missionários e do exercício dos dons e ministérios suscitados pelo Espírito Santo como resposta a tais desafios”.

Este plano visa à abertura da possibilidade de renovação do entendimento da missão e assim proporcione uma maior abertura para uma liturgia mais participativa envolvendo os atos de piedade e os atos de misericórdia. Não é um plano sem perspectiva de abertura à adaptação para as dinâmicas que se apresentem frente aos desafios que surgirem para o exercício da missão nos dias atuais.

O Plano para a vida e a Missão da Igreja foi aprovado pelo XIII Concílio Geral, realizado em 1982. A partir de então tem sido um instrumento fundamental para a renovação da prática missionária do povo metodista em nosso país. O próprio processo de redescoberta e implementação do exercício dos dons e ministérios, na vida da Igreja Metodista no Brasil, é fruto da ação do Espírito Santo que levou à aprovação do Plano para a Vida e a Missão da Igreja (PVMI, 1996, p. 7).

O propósito de Deus conforme o PVMI (1996, p. 15), é “reconciliar, libertar de tudo que escraviza o ser humano”, com o intuito de que a igreja se torne sinal concreto do Reino de Deus mediante uma nova vida à imagem de Jesus Cristo sendo instrumento de restauração frente os desafios que surjam no caminho.

Ao falar do ser humano e sua restauração, Wesley defendia que isto só se daria mediante a renovação da imagem de Deus na humanidade, conforme Runyon (2002, p. 16). Imagem esta, que seria suplantada pela possibilidade de uma nova criatura restaurada pela graça à imagem de Jesus Cristo, segundo a imagem daquele que o criou. “A *imago Dei* renovada na humanidade” (2002, p. 20). Viver a imagem de Deus no mundo. Deus nos criou conforme sua imagem, mesmo com as limitações tão inerentes à natureza humana, com fraquezas, defeitos, pecados, esta imagem está presente na obra que Ele criou. Segundo Stokes (1992, p. 59):

Sabemos que o ser humano não é suficientemente bom para ser o que deve ser sem o auxílio divino. Mas, sabemos também que a visão de que o ser humano é mau e pecaminoso tem os seus perigos. Todos nós somos pecadores. Entretanto, nosso pecado só se torna trágico porque somos muito mais que pecadores. Deus nos criou à sua imagem. Apesar do nosso pecado, essa imagem está gravada em nossa alma por obra do Deus

onipotente. Pelo nascimento. Deus colocou sobre nós o seu selo e marca, e nos declarou seus filhos (Gn. 1.27).

Jesus Cristo conhecia as fraquezas humanas, mas reconhecia mesmo assim o valor da vida humana. Stokes (1992, p. 62) expõe de forma expressiva sobre Jesus Cristo e a direção de sua missão em meio à diversidade de realidades dos seres humanos de sua época e a visão Dele sobre a imagem de Deus nas pessoas:

As criancinhas brilhavam como jóias preciosas na sua presença. Ela amava os pobres, os aleijados, os cegos, os leprosos e os pecadores, bem como os ricos, os sãos e os justos. Sua missão na terra era para servir e dar a sua vida em resgate por muitos (Mt. 20.28). A pergunta é de Jesus: Pois que aproveita o homem se ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma? Ou que dará o homem em troca da sua alma? (Mt. 16.26). Ele que se cingiu de uma toalha e lavou os pés dos discípulos, reconhecia o valor do ser humano (Jo. 13.1-11). Ele, que tantas vezes lamentou sobre Jerusalém (Mt. 23.37), ainda sentia a importância daqueles que o crucificaram. Ele, chamado comilão e bebedor, via a imagem de Deus no coração de cada pecador. E Ele que contou a história da ovelha perdida, tinha um profundo senso da preciosidade de cada ser humano.

Para Stokes (1992, p. 65), Jesus Cristo deu uma nova oportunidade de aperfeiçoamento desta imagem de Deus, mediante a sua morte por todas as pessoas sem distinção, ensinando que Deus criou a humanidade para serem seus filhos e filhas e desenvolverem qualidades que pertencem a Deus, para defender a verdade, buscar a justiça, praticar atos de bondade, amar. “Assim quando afirmamos que fomos criados a imagem de Deus, queremos dizer que recebemos o poder de nos desenvolvermos e nos aventurarmos, com a ajuda divina, nas qualidades que pertencem ao próprio Deus” (STOKES, 1992, p. 65).

Wesley descreve a imagem de Deus no ser humano em três modos. A imagem natural, no sentido da capacidade do ser humano de ter um relacionamento com Deus, imagem esta dotada de entendimento, vontade e liberdade. Para Runyon (2002, p. 26), a vontade humana, segundo doutrina metodista, foi corrompida pelo pecado, rompendo o relacionamento entre a imagem e Deus. De tal forma, os seres humanos foram corrompidos, pois a tendência natural é serem egoístas, desejarem auto promover-se. Mas, há em cada pessoa, certo grau de liberdade, certo grau de livre arbítrio, dando-lhes capacidade para buscar objetivos, ter sensibilidade para poder escolher entre o bem e o mal. Runyon (2002, p. 27) afirma que: “Wesley está convencido de que um Deus de amor intervém para introduzir, por meio da graça preveniente, uma medida de liberdade em todo homem”, o que também origina o

fenômeno universal da consciência, “aquela luz sobrenatural que alumia a todo o que vem a este mundo” (RUNYON 2002, p. 27).

Os seres humanos possuem capacidades, habilidades, dons diversos que devem ser utilizadas para refletirem a imagem de Deus, refletir seu Criador, mas, que poderão ser distorcidos para servirem a criatura e seu egoísmo. Conforme Runyon (2002, p. 27), “portanto estas capacidades não são neutras; seu caráter provém da qualidade dos relacionamentos em que são empregadas”. É preciso que todo ser humano, sem distinção, criado por Deus, possa expressar em sua vivência a vontade de seu Criador, a qual é mencionada no Plano para a Vida e a Missão da Igreja (1996, p. 15):

O propósito de Deus é reconciliar consigo mesmo o ser humano, libertando-o de todas as coisas que o escravizam, concedendo-lhe uma nova vida à imagem de Jesus Cristo, através da ação e poder do Espírito Santo, a fim de que, como Igreja, constitua neste mundo e neste momento histórico, sinais concretos do Reino de Deus.

Os seres humanos quando libertos do que os impedem de expressar a vontade de Deus em suas vidas, suas ações, têm a oportunidade de sinalizar o Reino de Deus de forma concreta. O PVMI (CÂNONES, 2007, p. 89) conceitua a missão como:

Missão é a construção do Reino de Deus, sob o poder do Espírito Santo, através da ação da comunidade cristã e de pessoas, visando o surgimento da nova vida trazida por Jesus Cristo para renovação do ser humano e das estruturas sociais, marcados pelos sinais da morte.

Assim então, se torna necessária que a salvação³ atinja os seres humanos de forma integral, quanto mais uma nova vida é concedida tendo como base a imagem de Jesus Cristo, mais como Igreja no presente caso a humanidade pode fazer pelo Reino de Deus. O PVMI enfatiza que a igreja deve “conscientizar o ser humano de que a sua responsabilidade é participar na construção do Reino de Deus, promovendo a vida, num estilo que seja acessível a todas as pessoas (CÂNONES, 2007, p. 90)”.

³ Salvação como doutrina metodista segundo Ramos (2003, p. 113) "se dá mediante a graça de Deus, por meio da fé. Esta graça se apresenta da seguinte maneira: Graça Preveniente: O ser humano caído, rebelde, que ainda não se arrependeu de seus pecados, é assistido pela graça que o convence do pecado, dirigindo-o ao arrependimento; Graça Justificadora: É o ato de Deus, pagando em Jesus todos os pecados, resgatando a dívida de cada um pela propiciação dos pecados por meio do sangue de Cristo derramado; “justificados” significa tornados justos perante Deus; e Graça Santificadora: Purificando e separando, promove o crescimento espiritual do crente, por meio da regeneração ou novo nascimento, através de obras de piedade e misericórdia, com vistas à plenitude ou à perfeição da vida cristã.

Esta ação envolve a vida das pessoas, as mudanças de valores, o quebrar das barreiras, uma nova perspectiva do relacionar-se com o diferente, trazendo mais transformações na história, inclusive a exclusão que tantas pessoas com deficiências físicas enfrentam. Conforme Cerignoni (2005, p. 47):

A constatação teológica primordial é que Deus quer a cada de um de nós como somos, com nossas virtudes e vícios, talentos e inaptidões, facilidades e dificuldades, sabedoria e ignorância, facilidades e dificuldades, sabedoria e ignorância, fortaleza e fraquezas, corpo e mente, certezas e dúvidas, sonhos e realizações, sucesso e fracasso, saúde e enfermidade, dons e necessidades. Enfim, Ele nos cria e nos acolhe com tudo o que somos e trazemos em nós.

A imagem de Deus se revela de dentro para fora. Mudam-se valores, mudam-se relações, mudam-se padrões. O PVMI (CÂNONES, 2007, p. 88) afirma:

Que colhemos a nova vida em Cristo como fruto do trabalho de Deus em nós, através de nós e do mundo. Esta nova vida se expressa: na descoberta do novo relacionamento com Deus e com os outros; na redescoberta contínua do sentido pleno da vida em nosso compromisso com a vontade de Deus na História; no crescimento em nós, entre nós e no mundo da presença do Reino e de suas manifestações de amor, justiça, paz, respeito, sustento mútuo, liberdade e alegria.

Deus em Jesus Cristo liberta os seres humanos das prisões do preconceito, pois, a imagem de Deus está presente em cada ser humano sem interferência das condições físicas, culturais, sociais. No Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista (1996, p. 25) uma das formas de se atuar na missão de Deus é “criar estruturas e instrumentos que visem no desenvolvimento da consciência nacional para promoção dos discriminados e marginalizados: o negro, o índio, a mulher, o idoso, o menor, deficientes, aposentados e outros”. Pois, cada ser humano possui uma dignidade única e um valor singular. No caso mais específico da pessoa com deficiência física é necessário conhecer a realidade destas pessoas, para poder elaborar soluções em prol da desmarginalização destas pessoas. Aproximar, conhecer, conviver “para sensibilizar e transformar a postura da exclusão é necessário apresentar-lhe a realidade e a situação de vida das pessoas com deficiência e de seus familiares (CERIGNONI, 2005, p. 53)”. A preocupação com a realidade da vida das pessoas que de alguma forma sofrem alguma forma de discriminação a qual acarreta sofrimento também é alvo da missão da Igreja Metodista que busca atuar “na pessoa visando à restauração da sua integridade e de

seu ambiente de vida; nos sofrimentos humanos, participando de soluções para a sua superação (PVMI, 1996, p. 24)”, isto também se aplica a realidade das pessoas com deficiência física.

Abre-se a possibilidade para que a Igreja possa participar do Reino de Deus, que conforme PVMI (CÂNONES 2007, p. 81), levar ao mundo, um novo mundo, nova vida, nova esperança, pois, Jesus Cristo encarnou-se na forma humana:

Na história, e especialmente na do povo de Israel, Deus revela a sua ação salvadora a favor das pessoas e do mundo. A concretização plena desta ação deu-se na encarnação de Jesus Cristo. Ele assumiu as limitações humanas, trouxe as boas novas do Reino de Deus, confrontou os poderes do mal, do sofrimento e da morte, vencendo-os em sua ressurreição.

Mediante a restauração da imagem política em cada ser humano, constrói-se a capacidade dos seres humanos desenvolverem a liderança e administração sobre a terra. Numa consciente responsabilidade com seus semelhantes e com toda a criação. Em relação à exclusão das pessoas com deficiências físicas nas organizações e sociedades religiosas, Cerignoni (2005, p. 43), expõe:

Não é surpreendente perceber que a exclusão social das pessoas com deficiência tenha sido uma constante na história da humanidade, em vários povos e culturas. O que ainda surpreende, provoca e escandaliza é perceber que pessoas, organizações e sociedades religiosas modernas ainda colaborem ativamente com tal exclusão.

As pessoas precisam ser conscientizadas e educadas nos valores cristãos sobre o real valor da pessoa humana independentemente de suas condições físicas. No entanto no PVMI da Igreja Metodista (CÂNONES, 2007, p. 96) há a seguinte afirmativa:

A Educação Cristã é um processo dinâmico para a transformação, libertação e capacitação da pessoa e da comunidade. Ela se dá na caminhada da fé, e se desenvolve no confronto da realidade histórica com o Reino de Deus, num compromisso com a missão de Deus no mundo, sob a ação do Espírito Santo, que revela Jesus Cristo segundo as Escrituras.

A educação cristã deve conscientizar sobre a liberdade de que cada um tem de ser e agir diferente, vencendo todas as estruturas de valores na sociedade que ditam normas e formas de relacionar e viver com as pessoas diversas, inclusive as pessoas com deficiências físicas. A liberdade de agir é uma vocação é um dom de Deus, mas precisa ser aprendida, buscada, uma superação de si mesmo em meio às barreiras

sociais, culturais, religiosas e outras do sistema onde o ser humano se encontra inserido.

A Educação como parte da Missão é o processo que visa oferecer à pessoa e comunidade, uma compreensão da vida e da sociedade, comprometida com uma prática libertadora, recriando a vida e a sociedade, segundo o modelo de Jesus Cristo, e questionando os sistemas de dominação e morte, à luz do Reino de Deus (CÂNONES, 2007, p. 95).

Por muitas vezes as pessoas até sabem o que devem fazer, sabem o que é bom, mas não o fazem. Portanto a educação cristã deve pautar-se na formação de pessoas que além de ter noção de ação correta, possam agir. Não apenas transmitir conhecimentos, mas agir, e agir de forma livre na vida real, enxergando o mundo, os outros, a si mesmo como um dom de Deus, incluindo as pessoas com deficiências físicas. Alguns objetivos para a área de educação do PVMI (CÂNONES, 2007, p. 96) os quais são:

Proporcionar a formação cristã da pessoa em comunidade levando-se em consideração as diversas fases de seu desenvolvimento; preparar o cristão a viver no Espírito de Deus nas suas relações, anunciar o Evangelho e cumprir seu ministério no mundo; ajudar a comunidade, a saber, o que é, e o que significa sua situação humana, a partir do indivíduo que integra o processo social; levar os cristãos a se integrarem na prática missionária à luz do Evangelho e da realidade social.

Esta responsabilidade de integração na prática missionária e da realidade social dos nossos semelhantes deve ser expressa em atos de amor, que cuide dos seres humanos de forma integral conforme Burtner e Chiles (1995, p. 194) ao citar escritos de Wesley sobre a Parábola do Bom Samaritano no evangelho segundo Lucas 10. 37:

Vai e faze o mesmo, vamos e façamos o mesmo a todos os homens como o nosso próximo que necessita da nossa assistência. Renunciemos à teimosia e à parcialidade que tornam o nosso coração insensível a toda a raça humana, exceto a um pequeno número, cujos sentimentos e práticas são semelhantes aos nossos, de modo que o nosso amor para eles é o reflexo do nosso egoísmo. Com mente honestamente aberta, lembremo-nos sempre da bondade que deve existir entre os homens, e cultivemos aquele instinto feliz pelo qual, na constituição original da nossa natureza, Deus ligou-nos fortemente uns aos outros.

Os progressos científicos, tecnológicos, sociais, segundo Cerignoni (2005, p. 44) “têm contribuído para o aumento da compreensão sobre valor singular e inviolável da vida de cada pessoa”, mas, ainda o medo, a ignorância, o preconceito

com as pessoas deficientes físicas dominam grande parte da sociedade, e desafia a igreja sinalizadora do Reino de Deus, no caso a Igreja Metodista, a buscar a compreensão para superar esta realidade com amor. É válido ressaltar que evangelização no PVMI (CÂNONES, 2007, p. 104), é conceituada como:

Parte da Missão é encarnar o amor divino nas formas mais diversas da realidade humana para que Jesus Cristo seja confessado como Senhor, Salvador, Libertador e Reconciliador. A Evangelização sinaliza e comunica na vida humana e na sociedade através da adoração, proclamação, testemunho e serviço.

O Reino de Deus proclamado por Jesus Cristo, onde não deverá haver acepção de pessoas, deve ser utilizado para confrontar o ser humano e as estruturas existentes que massacram, rejeitam, criam estigmas e impedem pessoas com deficiências físicas ou não a se tornarem maduras, atingirem crescimento, de ter uma vida mais digna, tira o direito de sua participação livre politicamente socialmente, religiosamente. O Plano para a Vida e a Missão (CÂNONES, 2007 p. 104) expressa que os objetivos e os campos de atuação da evangelização visam:

Confrontar o ser humano e as estruturas sociais com Jesus Cristo e o Reino por Ele proclamado a fim de que as pessoas e a sociedade o confessem como Senhor, Salvador e Libertador, e as estruturas sejam transformadas segundo o Evangelho; libertar a pessoa e a comunidade de tudo que as escravizam e conduzi-las a plena comunhão com Deus e o próximo. A Igreja Metodista cumpre sua missão na área de Evangelização, atuando nos seguintes campos: pessoas, grupos estruturas; lares e instituições; zona rural, suburbana e urbana; grupos periféricos, marginalizados e minorias étnicas (pobres, menores e presos, prostitutas, idosos, toxicômanos, alcoólatras e outros).

Esta libertação que conduz “a plena comunhão com Deus e com o próximo”, revela que seja qual for o próximo, a evangelização é uma oportunidade de criar-se novos relacionamentos para cada pessoa e assim envolver toda a comunidade com esta nova realidade, seja ela com os que se encontram marginalizados ou não. Afirmando mais uma vez que o Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista oferece subsídios que comprovam o caráter inclusivo dos documentos oficiais da Igreja Metodista.

Outra forma de restauração integral é a imagem moral de Deus em cada ser humano, a qual consiste segundo Runyon (2002, p. 29), “naquela que procede de um relacionamento no qual a criatura recebe amor, continuamente, do Criador e passa adiante, como mediadora, aquilo que recebeu”.

Para Wesley a salvação do ser humano deveria abrangê-lo de forma integral.

A salvação das almas incluía para Wesley sempre duas coisas, tanto do ponto de vista teórico como prático, a saber, a renovação da relação pessoal com Deus e a preocupação pelo homem integral em sua existência terrena; a renovação da relação pessoal com Deus e a preocupação pelo homem integral em sua existência terrena; a renovação do indivíduo nos seus fundamentos mais íntimos, pela experiência da certeza pessoal, e experiência da bondade e da bênção de Deus em todos os âmbitos da vida (RUNYON, 2002, p. 388).

Wesley deixou seus ensinamentos sobre a preocupação da restauração da imagem de Deus na humanidade que se manifesta no cuidado com o ser humano, não apenas em uma área ou outra de sua vida, mas sim de forma integral. “O metodismo demonstra permanente compromisso com o bem-estar da pessoa total, não só espiritual, mas, também seus aspectos sociais” (Cânones, 2007, p.77). Afirma ainda o PVMI:

A santificação do cristão e da Igreja em direção à perfeição cristã é proclamada pelos metodistas em termos de amor a Deus e ao próximo (Lc. 11. 25-28) e se concretiza em atos de piedade (participação na Ceia do Senhor, leitura devocional da Bíblia, prática da oração, do jejum, participação nos cultos, etc. Atos 2. 42 -47) como em atos de misericórdia (solidariedade ativa junto aos pobres, necessitados e marginalizados sociais) (CÂNONES 2007, p. 76).

A santificação desta forma reafirma que os metodistas têm compromisso em lutar pela eliminação das barreiras da discriminação que se erguem na sociedade, inclusive quando se trata da discriminação das pessoas com deficiências físicas. A imagem de Deus também abrange o ser das pessoas com deficiência física. “Ser a imagem de Deus é dom gratuito para todos os homens e, ao mesmo tempo, a particular destinação de suas vidas (KLAIBER E MARQUARDT, 2005, p. 95)”. Mesmo com deficiências ela existe e por causa dela, as pessoas deficientes físicas, como todas as demais são criaturas dignas. Os metodistas crêem que todos os seres humanos foram criados para serem filhos de Deus e pertencentes à sua família Conforme Stokes (1992, p. 65):

Portanto, nós, metodistas, cremos que fomos criados para sermos filhos de Deus e pertencermos à sua família. Nossa natureza, que nos dá dignidade, nos inicia no caminho para Deus. Porém isso, por si só, é completamente inadequado. Portanto, é aqui que entra a ajuda especial de Deus, que denominamos graça. Pela graça divina, os filhos de Deus pela promessa se tornam filhos de Deus de fato. E o Pai nos ama com amor eterno. Este é o significado mais profundo da vinda de Jesus Cristo ao mundo.

Esta compreensão abrangente da salvação faz com os metodistas se comprometam para que todas as pessoas como nossos irmãos e irmãs tenham uma vida sadia como parte da família de Deus, aceitos e alcançados por seu amor revelado no compromisso em cuidar da vida não admitindo nenhuma forma de desumanização.

Esta é uma das principais fontes de oposição metodista a tudo aquilo que desumaniza as pessoas. Uma fonte igualmente importante da nossa paixão metodista é melhorar a sorte de todos incluindo, especialmente, os mais necessitados. E é a razão pela qual nos sentimos chamados a nos envolvermos na interminável luta contra a ignorância, a pobreza, a justiça e a desumanidade (STOKES, 1992, p. 66).

Segundo Cerignoni, (2005, p. 16-17) o conceito atual de inclusão “designa o processo de adequação da sociedade às necessidades de todos os seus membros, para que estes, uma vez nela incluídos, possam se desenvolver e exercer plenamente a sua cidadania”. Ele afirma também que o conceito de “empoderamento, entendido como o processo pelo qual uma pessoa utiliza o poder pessoal para fazer escolhas, decidir por si mesma, e assumir o controle de sua vida com o objetivo de estabelecer-se uma sociedade para todos até o ano de 2010 (ONU, Resolução 45/91, de 14/12/90)” é demonstração de inclusão e de respeito com a pessoa deficiente física, que possui capacidades, potenciais, vontade própria como ser humano digno.

A questão levantada por Cerignoni em relação à pessoa com deficiência física e sua exclusão da sociedade é uma realidade da qual o Plano para a Vida e Missão da Igreja Metodista também contempla. Pois, quando a Igreja Metodista busca conhecer o bairro, a cidade, o país ou o mundo, seja qualquer destas esferas, poderá deparar-se com a realidade bem presente da exclusão e marginalização das pessoas deficientes físicas. E como é demonstrada em uma de suas declarações presentes em seu Plano para a Vida Missão de que “há necessidade de apoiar as iniciativas de preservação e valorização da vida humana” (CÂNONES, 2007, p. 83), se torna apropriada à luta pela dignidade e aceitação da pessoa deficiente física. A qual deve ser vista como um ser humano integral e que reflete a imagem e semelhança de Deus, mas por muitas vezes que se encontra marginalizado por causa das forças e instrumentos que oprimem e destrói a vida humana, usurpando-lhe o direito a dignidade de ser humano integral.

Se aquilo que acreditamos acerca da dignidade e da preciosidade de cada ser humano é importante, então ninguém pode ser avaliado em outras bases que não o amor de Deus revelado em Jesus Cristo. Isto quer dizer que nem raça, cultura, sexo, idade, status nem qualquer outro fator histórico ou humano podem obscurecer o senso do valor supremo das pessoas. Todos são feitos para Deus. Cristo viveu e morreu por todos. E o Espírito Santo sempre toma a iniciativa de abençoar e enriquecer a vida de todos. No reino dos valores ideais, nossas desprezíveis distinções humanas não valem nada diante de Deus. Todos podem manifestar bondade, beleza, verdade e santidade. Pois esses valores não pertencem exclusivamente a uma nação, cultura, raça, sexo ou idade (STOKES, 1992, p. 66).

O Plano para a Vida e a Missão da Igreja (CÂNONES, 2007, p. 89), afirma que “a missão acontece quando se constrói o Reino de Deus, sob o poder do Espírito Santo, pela ação da comunidade cristã e de pessoas, visando ao surgimento da nova vida, trazida por Jesus Cristo, para a renovação do ser humano e das estruturas sociais, marcados pelos sinais da morte”, sendo sinais de morte o preconceito, a desvalorização humana e a humilhação de ser excluído não somente da comunidade eclesial, bem como da sociedade devido a barreiras existentes, mas, vai mais muito além, pois, isto é excluir da vida e não respeitar a dignidade humana presente em cada ser humano em sua forma singular de ser como imagem de Deus.

3.3 REGRAS GERAIS: A HUMANIDADE PLENA E PRESENTE NO TRATAMENTO DAS RELAÇÕES VITAIS

John Wesley ao retornar a Newcastle em 1743, vindo de uma viagem ao sul procurou normatizar as condições relativas a forma de viver, evidenciando o compromisso com a fé que professavam e a busca pela salvação. Segundo o *Manual para Confirmação, Profissão de Fé e Assunção de Votos* (2003, p. 79):

De quem quisesse se juntar à sociedade era exigido que demonstrasse apenas uma condição: “o desejo de fugir da ira vindoura, para ser salvo de seus pecados”. Aqueles, entretanto, que quisessem continuar nas sociedades, deveriam demonstrar “a evidência de seu desejo de salvação, primeiro, não praticando o mal (...); segundo, fazendo o bem (...); terceiro, obedecendo todas as ordenanças de Deus”. Essas três regras, simples em resumo, eram enriquecidas por Wesley com exemplos específicos.

As Regras Gerais da Igreja Metodista conservam três afirmações a serem observadas pelos metodistas, a saber: não praticar o mal; zelosamente, praticar o bem; atender às ordenanças de Deus. Mas, ainda fundamentado nestes princípios, a Igreja conforme seus Cânones (2007, p. 48), estimulam os seus membros a serem

reconhecidos como pessoas de vidas regradas e oferece algumas orientações para uma conduta que evidencie a vivência de sua fé. Dentre estas orientações observa-se que as mesmas abrangem os relacionamentos vitais dos seres humanos, ou seja, com Deus, consigo mesmo, com o próximo e com o contexto onde se está inserido.

A vida humana, sobretudo, todo aquele que vive vida humana começa e é conservada pelo sim de Deus. Ainda que isso seja válido para todas as criaturas (Gn. 1.31), os homens foram distinguidos com uma dignidade e responsabilidade especial, que é a de reproduzir a imagem de Deus em si. A idéia de imagem de Deus exprime, no Antigo Testamento – bem como em algumas passagens do Novo, o homem em sua particular referência a Deus, consigo mesmo e com o mundo; como imagem de Deus, ocupa uma posição toda especial também pelo papel dentro do conjunto da criação; é parte da criação, mas é diferente dela. Deus tornou o homem o seu parceiro, destinou-o à comunhão com Ele e o encarregou do cultivo e guarda da terra toda (KLAIBER E MARQUARDT, 2006, p. 95).

Os seres humanos buscam relacionar-se com algo que os transcenda, do qual possa recorrer em todos os momentos, ainda mais em situações onde a capacidade humana se torna frágil e sem eficácia quando mais nada pode fazer. Nesta necessidade o ser humano busca Deus. “A resposta libertadora e sensata à questão do homem deve, portanto, vir de um além de nós” (KLAIBER E MARQUARDT, 2006, p. 93).

Muitas pessoas buscam na religião, em Deus cura, sentido para vida. A busca por Deus, bem como a crença em sua companhia em todos os momentos faz com que as pessoas sintam satisfeitas na questão da solidão, pois nem em todos os lugares outras pessoas estarão. Por isso ninguém deve ser privado de vivenciar esta busca, de expressar sua fé, tendo o direito de cultivar, participar comunidade eclesial. Pereira (2003, p. 47).

Somente a confiança abre espaço suficiente para se respirar, isto é, a vida somente subsiste se existir a confiança. Mas a confiança somente em pessoas, coisas ou elementos objetivos, visíveis, palpáveis, não é suficiente para um viver completo e integral. Nos momentos de dúvidas, abatimentos ou fracassos carecemos de confiar em algo que esteja além dos limites do determinado e do objetivo.

São as dúvidas que o ser humano por muitas vezes se depara na vida é que impulsiona a fé, sendo que esta insegurança atua como energia geradora da fé, fazendo com que a pessoa se encontre com sua própria fraqueza, e neste encontro precisa de força para continuar a viver e ter sentido na vida. “Mas o homem não pode viver sem fé; ela é atributo indispensável para a vida” (PEREIRA, 2003, p. 53).

No caso da fé cristã, para Johnson (1964, p.257), esta desperta esperança na vitória final sobre o mal, em relação aos valores da vida que por muitas vezes se encontram ameaçados, levando as ansiedades, temores, insegurança, desespero, medo do mal tornando a vida miserável, sem sentido. “O homem é impulsionado a crer, e crendo encontra a razão de seu próprio existir” (PEREIRA, 2003, p.79).

Quando o ser humano pela fé entende a graça de Deus curadora que se manifesta na vida humana, compreende que mesmo com desafios, ansiedades, fraquezas, tensões, defeitos, limites, cada pessoa é peculiar e é alvo dos cuidados de Deus. A comunidade eclesial é moldada no entendimento do valor de cada ser humano de forma peculiar, sem diferenciação por parte de Deus, recriando nossas concepções em relação ao valor de nossos semelhantes, pois, Ele se preocupa com toda a criação. “Deus criou o homem à sua imagem (natural image): como ser espiritual, o dotou de inteligência, vontade livre e sentimentos; como political image o fez regente do mundo criado, “inferior”; como moral image o criou cheio de amor, justiça, pureza e santidade” (KLAIBER E MARQUARDT, 2005, p. 96). Seu Espírito molda a comunidade e direciona a missão, impulsionando a uma resposta de compromisso com a vocação divina. “Nossa vida não é uma série de eventos, mais ou menos acidentais, mas o espaço de nossas ações e de nossas vivências, que Deus nos oferece graciosamente, em meio à sua criação e para cujo desempenho ele nos criou, capacitou e dotou virtualidades” (KLAIBER E MARQUARDT, 2005, p. 108).

A relação de cada ser humano com Deus Pai, Filho e Espírito conscientizam-nos que todas as pessoas indistintamente, as pessoas órfãs, idosos, analfabetos, deficientes, e outros que são por muitas vezes considerados sem utilidade, foram criados para um propósito, são alcançados pelo amor e providência de Deus como uma parte de um todo, tanto eclesialmente, bem como cidadão ou cidadã na sociedade.

Da reflexão sobre todos estes textos, no decorrer da história da Igreja surgiu a doutrina da providência divina. Esta doutrina pertence, o que não é de admirar, aos temas favoritos de João Wesley. Assim, sobre o texto de Lucas 12.77 que diz: “Também os cabelos da vossa cabeça estão todos contados, ele pregou não menos que 45 vezes. Uma espécie de resumo de suas concepções sobre este tema doutrinário está contido no sermão 67: *On Divine Providence*. Nada é tão pequeno e insignificante diz ele logo no início do sermão que não seja objeto dos cuidados e da providência de Deus; diante dele nada é desprezível, quando se trata do bem estar de qualquer uma de suas criaturas. Assim como o Deus onisciente e todo-bondoso criou todas as coisas, ele também as conserva; é onipresente e vê toda a criação; sabe tudo e conhece a todos, e não despreza nenhuma criatura sua. Somos os seus filhos, diz Wesley sobre os homens. Por isso

Deus não os esquece, mas, se preocupa com todos, sobretudo com seres humanos, mas não somente deles (KLAIBER E MARQUARDT, 2005, p. 105 e 106).

Somos aceitos por Deus, somos imagem de Deus como sua criação, tendo um propósito em nossa existência. “A reflexão sobre si mesmo pode ser entendida como busca da resposta à indagação quem sou? “Isto é, como esforço para solucionar o sentido da existência humana, sentida como enigmática” (KLAIBER E MARQUARDT, 2006, p. 93).

Independente de nossa raça, sexo, idade, condições sociais e físicas somos impulsionados a viver sem temor, sem tentar controlar o futuro, confiando na fidelidade, misericórdia de Deus. Conforme Paul Tillich (1976, p. 125):

O pólo da individualização se expressa na experiência religiosa, como um encontro pessoal com Deus. Confiança é só um elemento da fé, pois, a mesma envolve participação mística e confiança pessoal. A confiança não deve ser baseada apenas em si mesmo, mas, basear em Deus, que é experimentado num encontro pessoal e único. O ser se sente aceito na comunhão com Deus. Pois, quando se encontra com Deus, significa encontrar segurança transcendente, sendo que quem participa de Deus, participa da eternidade.

Ter a imagem de Deus é participar Dele, significa ser aceito por Ele, e possibilita a ter aceitação de si próprio e dos demais seres humanos como revelação do Criador. “Deus é a resposta à questão implicada na finitude do homem; Ele é o nome para aquilo que preocupa o homem em última instância (2004, p. 81)”.

Segundo Farris (2004, p. 19 e 20):

Deus nos ama. O seu amor valoriza cada pessoa. Cada ser é uma identidade única, com suas próprias características. O pecado apagou na pessoa boa parte do que chamamos “imagem e semelhança” divinas. Todavia, essa “imagem” continua conosco em muitos aspectos. Na obra da salvação, Jesus restaura a “imagem divina” em nós e nos recoloca dentro do propósito divino. Deus tem os seus propósitos para a vida de cada pessoa. O seu amor é dispensado a todos. Ele deseja o nosso bem. Quer a nossa felicidade e nos concede essa benção, dando segurança e sentido às nossas vidas.

A fé oferece uma resposta através da confiança em Deus, de que há um porque de se existir e traz esperança de vitória sobre o mal. Segundo Stokes (1992, p. 29), os metodistas crêem em Deus, sendo esta fé também influenciada pela herança bíblica do metodismo:

Os Metodistas compartilham com todos os cristãos da crença em Deus. cremos que o único e verdadeiro Deus é o fundamento e o Senhor deste universo. Por trás do céu estrelado, debaixo da terra, nas energias de todo

o universo e no interior de nossa vida está o Deus vivo. Por que cremos em Deus? Cremos em Deus por causa da nossa herança bíblica. Mas também acreditamos Nele porque isso faz sentido. Não nos impressionamos com o ateísmo. Por quê? Porque ele nunca trouxe qualquer contribuição positiva ao mundo.

Com esta crença é despertada a esperança que sustenta a vida trazendo tanto a saúde do corpo, como a paz do espírito e o sentido da existência. Inclusive a forma que o ser humano se relaciona com Deus influencia a forma que lidamos com o mundo, relacionamos com as pessoas. “Mas, sustentamos que Deus se fez conhecer a todo aquele que se dignou a olhar o mundo ao seu redor. Veja Rm. 1.19-21”. (STOKES, 1992, p. 29). Esta forma de olhar o mundo se refere também à forma de olhar nossos semelhantes, os quais são imagem e semelhança de Deus.

João Wesley expressou mais claramente o seu conceito de imagem de Deus (*image of God*) no sermão temático sobre o “novo nascimento”. O novo nascimento é necessário, argumenta ele, porque o homem, criado à imagem de Deus, perdeu o seu amor original, a justiça, a misericórdia, a pureza, por seu ato voluntário de rebelião; por seu amor a si e por vontade própria, e pela sua luxúria e voracidade, assim ele se tornou igual ao demônio, e ele se tornou perverso e infeliz.

Nossa relação com Deus envolve diretamente a forma que relacionamos com as pessoas, influencia nossa moral.

Isto não quer dizer que vivemos como deveríamos. Todo mundo sabe que não vivemos deste modo. O que temos em mente é que reconhecemos o ideal de bondade, somos capazes de responder a ele cada vez mais e não nos satisfazemos se não o alcançamos. Isto não é meramente algo que aprendemos um acidente em nossa formação. Ao contrário, assim como nosso intelecto, é uma capacidade com a qual nascemos. Ela exige situações de vida para que seja expressa, mas é mais que isso. Como seres humanos, fazemos perguntas acerca da moral. É certo ou errado mentir, roubar, enganar, matar etc.? Agimos corretamente? Onde procedemos mal? (STOKES, 1992, p. 33).

Como Criador Deus é a fonte de toda a bondade e aspiração moral, fazendo sentido acreditar Nele, buscando alcançar qualidade na vida moral, aprendendo a ter responsabilidade. “Deus dirige sua palavra ao homem, e este pode ouvi-la e responder-lhe. Deus faz os homens participantes de sua atividade criadora e conservadora e os deixa com a liberdade de aceitar esta responsabilidade (KLAIBER E MARQUARDT, 2005, p. 95)”. Responsabilidade esta, que envolve a liberdade de fazer escolha. Stokes (1992, p. 38) expõe de forma clara:

Mas, nós metodistas, jamais poderíamos acreditar que Deus nos ata mãos e pés, não dando espaço para a nossa ação. Não somos fantoches no palco da vida. Por isso sustentamos que o próprio Deus nos criou, por sua ordem soberana, com o poder de dizer sim ou não. A verdade é que é necessário um Deus maior para criar pessoas com livre arbítrio do que fazê-las fantoches. Nossa liberdade, longe de roubar o poder de Deus, é um dos sinais mais seguros da sua soberania.

Em contraste ao poder, a auto-suficiência, ao egoísmo, a indiferença a realidade das pessoas, dos semelhantes, o ser humano é confrontado pela forma de utilização que Deus faz de seu poder. “Deus não é supremo apenas em poder; Ele é supremo em amor. O poder de Deus é uma expressão infalível do seu amor. Este é o significado da revelação de Deus em Jesus Cristo” (STOKES, 1992, p. 38). Este amor ensinado por Deus traz esperança de transformação na relação do ser humano com Ele e na forma que julga seus semelhantes. O amor de Deus ensina que as capacidades que temos, nossos conhecimentos, condições sociais, devem ser oportunidades para exercer em contraste “ao poder e à força, que pratiquemos a justiça, amemos a misericórdia e andemos humildemente com Deus, Mq. 6.8 “(STOKES, 1992, p. 38). A relação do ser humano com Deus, o aprendizado deste amor, é oportunidade de esperança futura, abertura para se superar barreiras, preconceitos, discriminações, e todos os sinais de morte que se opõe à vida, pois, “o amor de Deus revelado em Jesus Cristo está sempre conosco para perdoar, sustentar, capacitar e vencer a morte” (STOKES, 1992, p. 39).

As pessoas têm em si o dom inerente de serem seres humanos singulares criados por Deus. Se a não deficiência e o corpo considerado ideal forem os critérios para se compreender o ser humano como íntegro, estes critérios só prejudicariam as relações interpessoais. Independentemente das diferenças precisam ser tratados com respeito e auxiliados quando necessário. Pois fundamentado nos princípios das Regras Gerais da Igreja Metodista (CÂNONES, 2007, p. 48), os metodistas são “fraternais nas relações de uns com os outros, praticantes de boas obras”.

De forma alguma alguém devem ser desrespeitadas por diferenças, idéias, opiniões, mas, os metodistas devem ser “tolerantes e respeitadores das idéias e opiniões alheias conforme Regras Gerais” (CÂNONES, 2007, p. 48). Cada ser humano criado por Deus tem sua dignidade peculiar e que deve ser respeitada. ‘Ser curado ou ter o corpo ideal não é critério para ser considerada pessoa íntegra, pois mesmo com diferenças físicas em relação ao padrão estético vigente, com todas as

limitações em frente ao mundo, as pessoas devem considerar-se íntegras com capacidade de ter uma vida satisfatória, em busca de vida plena. Na relação com Deus, na fé se tem coragem de ser diferente, ser aceito, pois conforme Iara Muller (1999, p. 61) “o corpo imperfeito integral, com seus limites e capacidades, estão incluídos no projeto de Deus”.

Uma pessoa com deficiência física é pessoa como qualquer outra pessoa. Portanto no que diz respeito ao ser, tem alegria, força, qualidades, aptidões, sonhos, capacidades, medos, fraquezas, defeitos, desesperança, mas, a diferença é que possui certas limitações físicas. As atitudes de muitos, inclusive a forma de se olhar, não deve ser motivo para que a pessoa com deficiência se sinta inferior, nem deixar que sentimentos de depreciação formem sua auto-imagem.

Ao desenvolver sua auto-imagem, a pessoa com deficiência sofre influências muito fortes do olhar e da atitude dos outros. São influências dolorosas que agirão incisivamente sobre sua auto-estima. Principalmente na infância e na adolescência, ela tem de lidar com algumas experiências negativas e situações muito depreciativas para sua auto-imagem. (MULLER, 1999, p.31)

É preciso se ter coragem para enfrentar um mundo cheio de padrões estéticos, preconceitos, e muitas vezes depreciação da pessoa com deficiência. A pessoa, o ser humano é mais do que sua imagem e aparência, mas só o fato de ser humano, faz de todos iguais, na dignidade, nos direitos fundamentais e nos deveres, nas fraquezas e fortalezas, nas ambigüidades tão inerentes a seres humanos. Não é a cadeira de rodas, ou as bengalas, ou o comunicar-se em braile ou em libras etc., que impedirá alguém de ser humano e de ter propósitos na vida, ser útil. Por maior que seja a limitação de alguém, é possível produzir, criar algo. Mesmo os seres humanos e suas diferenças físicas ou outras, poderá investir nos relacionamentos interpessoais, onde se terá alegrias e frustrações tão comuns do desafio de relacionar-se. O ser humano, não é ser humano só no nível emocional, só no espiritual, só no corpo, só no psicológico, mas, ser humano é ser integral, apesar de qualquer tipo de limitação. “O verdadeiro serviço caracteriza-se na ação á partir da pessoa necessitada, não tirando sua autonomia ou sua liberdade e exigindo que, mesmo na sua deficiência, ela seja, o quanto possível, protagonista da sua vida” (MULLER, 1999, p.111). É urgente que se crie possibilidades para que se tenha autonomia, e cada metodista é convidado a praticar o bem, sendo “benfeitores dos necessitados e defensores dos oprimidos (CÂNONES, 2007, p. 48)”

A fé quando bem utilizada, ajuda na reorganização do sentido de ser como se é, pois ter relacionamento com Deus, não é privilégio para alguns, mas, está ao alcance de todas as pessoas, pois Deus é Deus que se aproxima. “Deus é próximo e ouviu clamores” (CNBB, 2005, p.102).

Ser curada, no sentido físico, não pode ser critério para considerar uma pessoa integral, liberta e feliz, pois mesmo com limites e deficiências por causa do mundo que dificulta, que por muitas vezes incapacita, as pessoas são mesmo assim, íntegras, capazes de ter uma vida feliz e satisfatória em todas as áreas. Deve sempre buscar uma vida mais plena sem privilégios, nem marginalizações. Todas as pessoas segundo a doutrina metodista foram criadas a imagem de Deus. O sentir-se liberto, o viver com a deficiência e mesmo assim sentir-se integral é relacionar-se bem com Deus e consigo mesmo com a própria limitação, é verdadeiramente estar curado, estar liberto.

O processo de curar-se significa restaurar as forças do corpo doente e com seqüelas, para poder reintegrar-se ao ambiente familiar e da sua comunidade. A cura completa no sentido da salvação de Deus, também ocorre sem o desaparecimento da deficiência. O corpo imperfeito integral, com seus limites e incapacidades, estão incluídos no projeto de Deus (MULLER, 1999, p. 61).

Todas as pessoas podem colaborar na transformação da realidade, dos valores corrompidos, da desumanização das pessoas, pois as que assim são tratadas também são imagem e semelhança de Deus. Conforme Klaiber e Marquardt (2005, p. 96):

Todos os homens são imagem de Deus, não existem como seres sem relação, mas estão em comunhão com Deus e sua criação; sua dignidade é imperdível, embora não invulnerável; quem fere um homem na sua dignidade, fere, atinge, ao mesmo tempo, seu Criador. Simultaneamente, do conceito de imagem de Deus, segue-se que somente na percepção e aceitação desta semelhança e na relação com as outras criaturas, eles ocupam o lugar que lhes convêm na criação e na história.

As pessoas são únicas, com deficiências ou não, tem seu jeito de ser e suas formas de ensinar e aprender nas diferenças. E não é necessário que as limitações e diferenças deixem de existir para que se sintam pessoas, ou não sejam tratadas como tais. “As causas das deficiências precisam continuar sendo combatidas, mas a deficiência dada, instalada para sempre em um corpo humano não pode ser considerada como impossibilitadora de vida integral” (MULLER, 1999, p. 64).

Quando se espera apenas o milagre, a cura física, para se ter o direito a uma vida digna, tira a esperança de muitas pessoas de se viver com o corpo que têm, e serem amadas, valorizadas, sendo aceitas como seres humanos integrais, mesmo com o corpo real e não o ideal tão presente nos padrões culturais excludentes, conforme as Regras Gerais (CÂNONES, 2007, p. 47) “não praticar o mal, zelosamente, praticar o bem”.

Nesta relação com Deus e consigo próprio, o ser humano se volta a seu próximo. A fé, neste caso aqui, a fé cristã, não é apenas afirmar que Deus existe, e apenas afirmar que Jesus é o enviado de Deus, mas, esta fé precisa se voltar às necessidades das pessoas. Conforme Sung:

Cristianismo não é uma proposta de sair do mundo, das contradições e possibilidades inerentes à condição humana, mas, pelo contrário, é a de amar a nossa condição humana e a de viver a liberdade e o amor dentro dos limites do condicionamento humano. É a experiência do definitivo, do absoluto, no interior da provisoriedade da história humana. É proposta de fé em um Deus que se esvaziou da sua divindade e se fez humano, se fez servo (2002, P. 56).

Abre-se a possibilidade para que a igreja leia os sinais dos tempos e atue como presença libertadora no meio dos desafios, lutas, necessidades e deficiências físicas, emocionais, e outras mais.

A santificação pessoal na doutrina metodista deve demonstrar a relação renovada com Deus que se reflete na construção de pontes para amar ao próximo. Podemos dizer que a vida afetiva se desenvolve a partir do “encontro de um ser desamparado, em estado de necessidade física e psíquica, com alguém que o recebe e acolhe, atendendo às suas necessidades” (Colégio Episcopal, 1998, p. 52). E “envolvidos num processo de amadurecimento de relações, a santificação conforme Wesley não pode deixar de ser social, santificação da comunidade no encontro dos membros entre si, os quais caminham para a difusão de vida num mundo que ameaça transformar-se em deserto hostil à vida”, conforme Klaiber e Marquardt (2005, p. 309).

Jesus Cristo em sua relação com a humanidade em seu ministério, sempre ia a encontro das pessoas. “O que nos assombra reiteradamente é a inclusividade da missão de Jesus” (BOSCH, 2002, p. 48). Ele rejeitava a concepção de diferenças entre as pessoas e delas diante de Deus. A concepção do mundo antigo da existência de distinções, diferenciações, como exemplo santo e profano, ou puro e

impuro, digno e indigno e outras diferenciações que excluía as pessoas da vida em várias áreas. Ele trouxe uma nova visão do significado do amor de Deus por toda a criação. Klaiber e Marquardt (2005, p. 298) destacam que “tudo pertence ao Senhor e Criador; por isso é santo e pela Palavra de Deus é visto como dom de Deus e pode ser comido com oração de gratidão (I Tm. 4. 1s; Tt. 1.15)”. Quando o próprio ser humano não se apropria ou se compreende esta realidade de que tudo pertence ao Criador, que foram dotados da capacidade de administrar e de liberdade para amar e respeitar seus semelhantes, pois todos são parte da criação de Deus, pode ocorrer a corrupção tratando tudo e todas as pessoas como objeto de exploração, destruição, utilização para o bem próprio.

Jesus viveu de maneira totalmente nova a presença de Deus em sua santidade. Quando Ele com seu poder, faz milagres, cura doentes e perdoa pecados, os homens caem de joelhos diante Dele, porque sentem a presença de Deus Nele (ver Lc. 5.8; Mc. 5.33) Isto é característico da atividade “santa” de Jesus e da forma como Ele leva os homens à comunhão com Deus. Não suprime o saudável espante ante a mortal distância até Deus, mas, pela sua palavra e pela sua atuação, deixa claro que o amor redentor de Deus supera o abismo entre Deus e o homem (KLAIBER E MARQUARDT, 2005, p. 298).

Atuar em favor da vida, para o bem de todos (as), era um marco no ministério de Jesus o Cristo, este era um apelo urgente contra tudo o que ameaça à vida das pessoas quando esta atravessa situações frágeis, quando se deparava com tudo o que contradizia aos valores e dignidade da pessoa.

A relação com Deus e sua missão direciona-se a se relacionar com o próximo, reflete-se em sensibilidade frente as necessidades de cada pessoa, pois Klaiber e Marquardt (2005, p. 301) afirma que para Wesley “a santificação consiste na recuperação da imagem de Deus no homem; entretanto, esta imagem divina em nós é, por ele, identificada com a “mente de Cristo” e esta, por sua vez, com o amor. Assim o círculo se fecha”. Quando o amor de Deus se torna o centro da vida se é capacitado a amar o próximo. “Jesus vive este abrangente amor de Deus sem restrições e o revela naquilo que fala e naquilo que exige. Ele o vive, em todas as suas conseqüências e de forma igual, entre pobres, doentes, enfermos, pecadores, tal como entre ricos e saudáveis, fortes e piedosos” (MARQUARDT E KLAIBER, 2005, p. 299).

A santificação é amor no ser que se expressa de forma relacional com o outro. Ser diferente na aceitação do outro, na relação com o outro que por ser

considerado diferenciado e que não é aceito por preconceito. Klaiber e Marquardt (2005, p. 299):

O ser-diferente marca estrutural definidora da pessoa santa não só se orienta e caracteriza por aquilo que o cristão não é e não faz, mas sobretudo a partir daquilo que caracteriza positivamente o seu ser e o seu agir e fazer. É neste sentido positivo que é tomada a definição que Jesus faz dos discípulos como sendo “sal da terra” e “luz do mundo” (Mt. 5. 13-16). Sal e luz se distinguem de seu meio ambiente, do contrário, não poderiam agir sobre ele, mas que se distinguem não por separação do mesmo, o que impediria a sua influência; a diferença consiste no seu poder de salgar e iluminar; da mesma forma, o ser-diferente dos discípulos se baseia no poder do amor, que não corresponde à natureza deste mundo, mas que exerce influência sobre ele. Visto que santificação é amor, ela é necessariamente santificação social.

Na santificação na vida humana conforme doutrinas metodistas são desenvolvidos conceitos, valores, sentimentos diante do outro, diante do mundo, uma atitude arrependimento e uma transformação, não ignorando a realidade das barreiras, exclusões, preconceitos, egoísmos, indiferença ao sofrimento alheio, mas arrependendo e agindo diante de “não um chamado para renunciar a uma obra importante, mas para fazê-la diferentemente” (BOSCH, 2002, p. 439). Com Deus que criou todas as coisas inclusive as pessoas e suas singularidades, suas diferenças, tanto físicas como outras; uma vida de relações saudáveis consegue mesmo com limitações, que podem de alguma forma ser até deficiências, outras podem ser fortalezas quando se sobrevive com elas; relacionando com o próximo diariamente e sensivelmente; interagindo com o contexto não ignorando os sistemas que oprimem e destroem a vida, as relações, as oportunidades para que todos tenham vida com dignidade.

Como fez John Wesley, no seu tempo, seu pronunciamento em documento que chamou Regras Gerais, código de conduta cristã para as pessoas que o procuraram em busca de conforto espiritual, no desejo da salvação e santidade, assim a Igreja Metodista, adaptando a cada época a sua linguagem, conserva os mesmos princípios, os quais recomendam a todos os seus membros, como prática de vida, a saber: não praticar o mal; zelosamente praticar o bem; atender as ordenanças de Deus (CÂNONES, 2002, p.43).

Conforme doutrina metodista revelada nos documentos e literaturas metodistas expostas, os metodistas prezam por construir sempre novas relações, novas possibilidades, nova história. E mediante a declaração documental da fé metodista surge a possibilidade de que a religião contribua a uma práxis que revele

uma humanidade plena e presente nas relações vitais dentro e fora da comunidade eclesial valorizando o desenvolvimento da vida de cada ser humano e assim contribuindo com a melhoria da sociedade.

CAPÍTULO 4 - A IGREJA METODISTA: COMUNIDADE MISSIONÁRIA A SERVIÇO DO POVO E A PESSOA DEFICIENTE FÍSICA

Por muitas vezes as relações interpessoais são grande motivos de ansiedades emocionais, temores, culpas, sentimentos de inferioridade que influem em grande variedade de doenças. Para que haja cura a pessoa precisa ter suas relações múltiplas funcionando de forma harmoniosa. Têm extrema significação, neste mundo, as pessoas com as quais encontramos, em relações interpessoais (JONHSON, 1964, p. 243). Nenhum ser humano pode tornar-se mais pessoa sem a relação com o outro. Nas origens históricas do movimento metodista, o mesmo também direcionou-se mediante seus participantes ao tratamento dos desafios relacionados a dimensão social da vida dos seres humanos na sociedade da época.

Segundo Mondin (1980, p. 159) ao tratar do tema da dimensão social e política do ser humano se refere: “a sociabilidade é a propensão do homem para viver junto com os outros e comunicar-se com eles, torná-los participantes das próprias experiências e dos próprios desejos, conviver com eles e as mesmas emoções e os mesmos bens”. A participação igualitária de cada ser humano aos direitos e deveres fundamentais são assuntos defendidos pelos Direitos Humanos, e bem presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O compromisso e o cuidado com a vida é tema relevante na história inicial do movimento metodista, bem como nas declarações de fé e prática da Igreja Metodista presente em seus documentos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos recomendado nos documentos metodistas contribuem para o incentivo a este compromisso e cuidado. A comunidade metodista é um espaço aberto baseado na origem histórica e documentos oficiais da mesma, ao acesso de todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiências físicas. Conforme Baumann (2003, p. 7) “as pessoas precisam viver em associação e cooperação, em comunidade para a realização de suas potencialidades. “Comunidade”, sempre sugere algo bom, afirmando que as companhias e a sociedade podem até ser más, mas, a comunidade não, sempre nos remete ao prazer”. E ainda afirma Baumann:

É como a sensação de que lá fora tudo é perigoso, sendo o perigo sempre a espreita, mas, a comunidade é como um teto cálido, sendo um lugar aconchegante, onde se pode relaxar e estar seguro. Nela sempre todos nos querem bem, e nunca desejamos má sorte aos outros, e ainda podemos sempre contar com a boa vontade dos outros, com a certeza de que ninguém irá rir nem ridicularizar-nos, nem se alegrar com nossa desgraça. Sempre nos ouvirão com simpatia e nos perdoarão quando necessário.

Resumindo, comunidade é o tipo de mundo que não está ao nosso alcance, é nos dias de hoje o outro nome do Paraíso Perdido (2003 p. 7-8).

Na necessidade de viver em comunidade, o ser humano muitas vezes é motivado à procura religiosa. Esta busca poderá levá-lo ao encontro com a comunidade eclesial, onde relacionará com as demais pessoas com suas possibilidades e limitações, atitudes e vocações, alegrias e frustrações, num constante desafio da aceitação recíproca, ao crescimento mútuo e de atuação interna, na comunidade igreja e externa, ou seja, na sociedade.

A Igreja Metodista adotou o tema “Comunidade Missionária a Serviço do Povo”. Este tema foi provocado por uma profunda reflexão que essa Igreja viveu no ano de 1982, quando aprovou o (PVMI), e declarou o seu entendimento do que vem a ser participar da Missão de Deus. Uma comunidade que busca uma realidade de vivência comunitária. O desafio dessa pluralidade está em viver a comunhão na diversidade de ser e agir, fruto da criatividade de Deus. Pois, na comunidade existe uma pluralidade de pessoas, com culturas, costumes, fortalezas, fraquezas, com limites, dificuldades, especialidades, enfim a unidade da comunidade se dá na complementaridade da diversidade.

A igreja local é missionária quando ela mesma se torna o Corpo Vivo de Cristo no bairro e na cidade onde está. E, como Cristo, se encarna nesse contexto; nasce do povo; fala a língua do povo; estende as mãos para alimentar, curar e socorrer ao povo; ama o povo, mesmo sendo odiada por ele; e está disposta a dar a vida em favor do povo (RAMOS, 2003, p. 37).

Nesta diversidade da comunidade igreja, também podem estar presentes nos diversos contextos da mesma, pessoas com deficiências físicas. É necessário haja abertura, adaptação na acolhida de pessoas assim. Incluir é fazer parte tanto como agente, bem como sujeito. Incluir é oferecer recursos diante das necessidades de cada um, para que haja participação, respeito mútuo e assim cada pessoa desenvolva seus potenciais com a necessária autonomia.

“Deficiência”, segundo Rey (1999, p. 199) vista sob a perspectiva da saúde, “é termo geral englobando toda e qualquer perturbação ou limitação de uma estrutura anatômica ou de uma função fisiológica ou psicológica, podendo causar ou não mau funcionamento do organismo como um todo”. No presente caso, a ênfase é dada a estrutura anatômica, pois, se refere às pessoas com deficiência física. Esta limitação de estrutura anatômica precisa ser compensada com o oferecimento de medidas que possam sanar ou melhorar a vida de pessoas que possuem tal limitação. Instrumentos

e projetos que diminuam e até exterminem a existência de barreiras, as quais tornam a pessoa deficiente física incapaz de produzir e vivenciar de forma plena a vida em comunidade.

A palavra “deficiência” evoca ausência, anomalia ou insuficiência de um órgão, de uma função fisiológica, intelectual ou até social. Fala-se de uma deficiência respiratória, visual, auditiva ou cardíaca, em referência ao funcionamento do corpo humano. Fala-se de suprir as deficiências da educação básica ou do atendimento hospitalar no Brasil, referindo-se a uma questão social. A noção de deficiência é complexa e está associada à idéia de imperfeição, fraqueza, carência, perda de qualidade e quantidade. O termo vem do latim tardio *deficientia* e significa falta, enfraquecimento, abandono. Seu emprego exige cuidado e reflexão. A palavra deficiência não é negativa em si mesma e designa uma realidade. Alguns confundem a deficiência com o seu portador ou com o deficiente (CNBB, 2005, p. 32).

Há diversas deficiências as quais são divididas conforme a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (2005, 156-157) em auditivas⁴, físicas⁵, mental⁶, sensorial⁷, visual⁸, múltiplas⁹ e outras. Cada época introduziu termos para designar as pessoas com deficiência. Deficiência para a CNBB (2005, p. 156) é:

Toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de uma atividade, dentro do padrão considerado “normal” (dominante na maioria, podemos assim entender) para o ser humano.

Em se tratando mais especificamente da deficiência física, Fávero (2004, p. 30) define baseando-se nas limitações que caracterizam tal deficiência, afirma:

A deficiência física traduz-se como alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, tendo como conseqüência o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade

⁴ Perda parcial ou total da audição, da percepção dos sons. De acordo com o artigo 4º do Decreto 3298, de 20 de dezembro de 1999, considera-se deficiência auditiva a perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus.

⁵ Perda parcial ou total da capacidade ou funcionalidade de algum órgão do corpo.

⁶ A deficiência mental é um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, coexistindo com limitações relativas as habilidades de comunicação, cuidados consigo próprio, convívio social, participação familiar comunitária, autonomia, saúde, segurança, funcionalidade acadêmica, de lazer e de trabalho. Pode ser classificada em leve, moderada, severa e profunda, conforme o grau de manifestação.

⁷ Perda relacionada aos órgãos dos sentidos (visão, audição, tato e paladar).

⁸ A deficiência visual pode ser subdividida em baixa visão e cegueira. A baixa visão ocorre quando existe uma visão residual que permite distinguir apenas luzes ou vultos, mesmo utilizando óculos. A cegueira ocorre quando há ausência total de visão.

⁹ A associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva, física), com comprometimentos que acarretam conseqüências em seu desenvolvimento global e em sua capacidade adaptativa.

congenita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

O termo “pessoa com deficiência” é preferido por um número maior de pessoas, as quais se pautaram em alguns princípios para utilizarem este termo.

Dentre estes destacamos:

O termo não esconderia ou camuflaria a deficiência; não aceitar o consolo da falsa idéia de que todo mundo tem deficiência; mostrar com dignidade a realidade da deficiência; combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais” é desnecessário discutir a questão das diferenças porque todos são imperfeitos (CNBB, 2005, p. 160).

Segundo a CNBB (2005, p. 159), a escolha deste termo se deu após ouvir as próprias pessoas envolvidas:

A pessoa que traz consigo alguma deficiência, seja ela física, mental, auditiva, visual ou múltipla. Significado: “pessoas com deficiência” passa a ser a expressão preferida por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída por pessoas com deficiência que no maior evento (Encontro) das organizações de pessoas com deficiência, realizado em Recife (PE), em 2000, conclamaram o público a adotar este termo. Elas esclareceram que não são “portadoras de deficiências” e que não querem ser chamadas com tal nome.

As deficiências podem ser temporárias ou permanentes. “Incluir” segundo Michaelis (1998, p. 1141) “é 1. encerrar, fechar dentro de, 2. inserir, introduzir, 3. abranger e compreender”.

Tê-las presente e recebê-las, interagir, é estar com a outra pessoa, é compreender suas necessidades. Para Fávero (2004, p. 38) “incluir significa, antes de tudo, deixar de excluir. Pressupõe que todos fazem parte de uma mesma comunidade e não de grupos distintos”. Incluir é introduzi-las ao convívio como as demais pessoas, conviver e compartilhar abrangendo tudo o que for necessário a sua autonomia¹⁰, ao seu empoderamento¹¹ e não a dependência devido a uma limitação física. Ainda inclusão é:

Modelo de pertencimento ou forma de se sentir como parte integrante do meio social, com os acessos possíveis a todos, não discriminando ou separando as pessoas por deficiência, idade, sexo, ou qualquer condição

¹⁰ Segundo Michaelis (1998 p. 266): 1. Que não está sujeito a potência estranha, que se governa por leis próprias. 2. independente, livre. 3. Que professa as próprias opiniões.

¹¹ Conforme CNBB (2005, p. 158), “empoderamento é o uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um.

cultural. A sociedade é ajudada a modificar seus sistemas de lazer, turismo, trabalho etc., para todas as pessoas, com e sem deficiência, para que possam todos participar juntos e ativamente das atividades nos mesmos locais, indiferenciadamente (CNBB 2005, p. 158).

Deficiência física ou qualquer outra não é sinônimo de incapacidade para desenvolver-se como ser humano. A pessoa deficiente física no sentido de ser integrante de uma comunidade que ensina e aprende que oferece e recebe. Faz parte de um todo e possui sua individualidade mesmo na diversidade humana, e ao mesmo é útil para os demais integrantes da comunidade. A diversidade humana pode ser definida como a:

Composição da sociedade humana com seus mais variados segmentos populacionais, representando etnias, raças, cor, gêneros, deficiências, transtornos mentais, distúrbios orgânicos, nacionalidades, naturalidades, culturas, regiões sócio-econômicas, histórico infracional, histórico penitenciário etc. Trata-se hoje de conviver na diversidade humana, obrigatórias em todos os contextos sociais: escola, locais de trabalho, lazer, desporto, turismo, mídia etc. A diversidade humana e as diferenças individuais enriquecem a vida de todas as pessoas envolvidas, dada a contribuição singular de pessoas envolvidas, dada a contribuição singular de pessoas e grupos sociais a partir de seus respectivos prismas. A diversidade humana quando completamente representada é o retrato de uma sociedade inclusiva, isto é, para todos (CNBB (2005, p. 157).

4.1 O SER HUMANO E SEUS RELACIONAMENTOS: BUSCANDO AFIRMAÇÃO NA VIDA EM COMUNIDADE.

Segundo Muller (1999, p. 66), a necessidade de se “viver em grupo” tem sido pesquisado pela Psicologia Pessoal. A Teologia têm igualmente afirmado a importância da vida em comunidade, como forma de busca da vida plena:

Tanto a Psicologia quanto a Teologia querem libertar as pessoas para viverem de forma mais integral, por isso devem continuar o diálogo e estudar as suas contradições, não perdendo de vista o objetivo último que é o bem estar do ser humano. Teologia e Psicologia (bem como as outras ciências: Medicina, Filosofia, Engenharia... e outras que ainda poderão surgir) precisam compreender-se como parceiras que se complementam na busca de soluções para uma vida cheia de sentidos para os seres humanos, pois, são todos instrumentos de Deus na estruturação de seu Reino (MULLER, 1999, p. 67).

Muitas pessoas buscam em Deus o sentido da existência. “A vida pode ser reorientada e recriada, no encontro da realidade que ele denomina Deus (JOHNSON, 1964, p. 257)”. Muitos encontram Nele a força para impulsionar a ser o que se é,

tendo coragem de ser integralmente pessoa, amadurecendo como ser humano, descobrindo-se e abrindo portas através da fé para sua auto-aceitação, intimidade com Deus e seus semelhantes apesar das diferenças, sejam elas físicas ou não. Segundo Johnson, o motivo dominante em toda religião é a “procura de Deus, como supremo interesse, pelo significado e objetivo da vida” (JOHNSON, 1964, p. 166).

A renovação é uma das necessidades imprescindíveis à vida. Devido ao cansaço do dia a dia, a sensação de erro, as culpas, os conflitos, as muitas responsabilidades, as pressões por produção para garantir-se num mundo que tão rapidamente se globaliza, bem como as frustrações, as decepções, podem levar a um esgotamento, levando à necessidade de constante renovação.

Há de se considerar também que diante das experiências ásperas e cansativas do viver de cada ser humano, o mesmo busca em Deus sentido e forças para vencer e viver com esperança. Por muitas vezes as relações interpessoais são grande motivos de ansiedades emocionais, temores, culpas, sentimentos de inferioridade que influem em grande variedade de doenças, e para que haja cura a pessoa precisa ter suas relações múltiplas funcionando de forma harmoniosa. “Têm extrema significação, neste mundo, as pessoas com as quais encontramos, em relações interpessoais (JOHNSON, 1964, p. 243)”. Nenhum ser humano pode tornar-se mais pessoa sem a relação com o outro. As pessoas precisam viver em associação e cooperação, em comunidade para a realização de suas potencialidades, onde se possa relaxar e estar seguro. Mondin (1980, p. 159) afirma que:

O homem é sociável e, por isso, tende a entrar em contato com os seus semelhantes e a formar com eles certas associações estáveis; porém, começando a fazer parte de grupos organizados, torna-se um ser político, ou seja, membro de uma polis, de uma cidade, de um estado, e, como membro de tal organismo, adquire certos direitos e assume certos deveres.

Ao fazer parte de uma comunidade onde se é útil e valorizado como parte de um todo, cada um pode, independentemente de suas potencialidades e limites contribuir para o crescimento da comunidade, cuidar da vida, trazer dignidade à vida, fazendo cada um sentir-se aceito. Inclusive na oportunidade em fazer parte de uma comunidade é cultivada a sua integridade pessoal e coletiva, com devoção leal recíproca, agindo como organismo terapêutico. No presente caso, a comunidade “igreja”. Toda pessoa precisa tomar parte numa convivência em que seja bem conhecida e amada, e onde se espera que faça o que lhe for possível para o bem comum de todos, onde se cresça, aprenda e desenvolva suas capacidades.

Cada pessoa tem sua própria história, que a torna única. Ela pode ter sido aceita ou rejeitada, ter todo um passado de sofrimento interior e de relações difíceis com seus pais. Em todo ser humano, porém, há um desejo ardente, e, ao mesmo tempo, um certo medo da comunhão e de pertencer a alguém. O amor é aquilo que mais desejamos, e, ao mesmo tempo, o que mais tememos. Ele nos torna vulneráveis e nos abre, mas, cria condições para nos ferirmos pela rejeição e pela separação. Podemos temer o amor porque tememos perder nossa criatividade e nossa liberdade. Desejamos pertencer a um grupo, mas, também temos medo de encontrar nele uma certa sensação de morte, porque talvez não sejamos mais vistos como únicos. Desejamos o amor, entretanto temos medo da dependência e do envolvimento que ele implica. Temos medo de sermos usados, manipulados e destruídos. Somos todos ambivalentes em relação ao amor, à comunhão e ao pertencer (VANIER, 2006, p.31).

Segundo Miller (1999, p. 71), no trabalho em grupo, na comunidade, na vivência recíproca as pessoas poderão contribuir na construção não só de sua própria vida, mas também, de melhoria para seus semelhantes. A comunidade, então:

Objetiva capacitar às pessoas necessitadas a pôr em funcionamento os seus recursos na construção de uma situação melhor, de uma mudança, não só pessoal, mas, também de seu contexto, encarando este processo como uma oportunidade de crescimento e resposta ao que Deus fez por elas, instigadas pela sua fé evangélica que propõe uma sociedade humana, que aceita, ama, perdoa, tem compaixão, busca a cura dos seus males, para viver na integralidade. Esta saúde integral inclui todas as dimensões humanas de relacionamentos: consigo mesmo, com a sua comunidade eclesial local, com a sociedade, com o ambiente e com Deus (MULLER, 1999, p.71 e 72).

O ser humano é um ser relacional e precisa viver em comunidade para um desenvolvimento integral sadio.

A comunidade eclesial é, por excelência, um local onde pode ocorrer este acontecimento restaurador e nutricional. A comunidade é terapêutica quando leva em consideração que o mais importante de tudo são as necessidades profundas das pessoas, necessidade de saúde mental e física, necessidade de se saber amado e valorizado, de sua opinião ter crédito para as pessoas com quem convive, necessidade de um relacionamento com Deus, que confirma sua aceitação incondicional (MULLER, 1999, p. 72).

A pessoa com deficiência física também possui esta necessidade de relacionar-se, de ser aceito, de desenvolver suas potencialidades vivendo em grupo, em comunidade.

Para cada pessoa ou comunidade, o importante é saber como permanecer fiel à sua fé, à sua identidade e a sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, crescer, dar aos outros sua vida e receber a dos outros. Enquanto os membros de uma comunidade permanecem ao nível dos símbolos e dos elementos humanos, racionais, legais e ativos de sua fé, que trazem coesão, segurança e unidade, estão se arriscando a se fechar em si

mesmos e a morrer pouco a pouco. Mas se, por um lado, sua fé se abre à dimensão mística, quer dizer, à experiência do amor de Deus presente na comunidade e no coração de cada um, e, por outro lado, àquilo que unifica todos os seres humanos, sobretudo os pobres, fracos e os oprimidos, seu coração se abrirá cada vez mais (VANIER, 2006, p.21).

Fazer parte é ter o mesmo valor que as demais pessoas, é ter espaço de atuação como as demais, é aprender e ensinar, característica tão comum em um grupo que apresenta diversidade de pessoas.

Em nossas atitudes a ações para com os outros, o princípio a nos guiar deve ser, em todos os tempos, a convicção de que somos incompletos, somos menos que o todo, não temos os dons e talentos de todas as pessoas. Não conseguimos ser uma comunidade integral sem nos relacionarmos mutuamente. Incluir as pessoas com deficiências e envolver-se com elas não é mera opção as Igrejas de Cristo. É característica do ser da Igreja. (EDAN, 2005, p. 31).

A diversidade traz uma ampla variedade de interpretações do sentido da vida, formas de ver a vida, amplas experiências que devem ser compartilhadas, sendo que isto se refere tanto a diferenças de família, de educação, da própria personalidade de cada um, como também nas diferenças físicas.

Não se devem subestimar as possibilidades, nem as dificuldades. As pessoas com deficiência têm o direito, podem e querem tomar suas próprias decisões e assumir a responsabilidade por suas escolhas. Ter uma deficiência não faz com que uma pessoa seja melhor ou pior do que uma pessoa não deficiente (CNBB, 2005, p. 124).

Deficiência física não é sinônimo de incapacidade, ao contrário, é oportunidade de superação e crescimento nos valores realmente humanos, na compreensão da dignidade humana, caminho e de transformação. “Interdependência é a chave. Mesmo que o mundo secular enfatiza independência, nós somos chamados a viver como comunidade que depende de Deus e onde uns dependem dos outros” (EDAN, 2005, 31). Na comunidade se torna necessário diferenciar a questão do ser uma pessoa com deficiência física e o ser uma pessoa deficiente, incapaz.

Os preconceitos são atitudes injustificadas e injustas em relação às pessoas. O preconceito de cor, religião, raça, de cultura ou estética leva a encaixar as pessoas em determinados julgamentos e decisões, sem levar em conta a pessoa, enquanto tal. Os preconceitos em relação às pessoas com deficiência levam a excluir essas pessoas com facilidade, impondo-lhes pesados sofrimentos (CNBB, 2005, p. 100).

Muitas pessoas buscam a comunidade, se agrupam por necessitarem de conforto, segurança. Outras porque partilham do mesmo objetivo; em outros casos,

mediante a consciência da responsabilidade mútua, como resultado de uma aliança de compromisso com Deus. Neste caso, a comunidade igreja.

A Igreja é por definição, um lugar e um processo de comunhão aberto a todas as pessoas com deficiência; ela convida todas e não faz discriminação. É um lugar de hospitalidade e de boas-vindas, da forma como Abraão e Sara receberam os mensageiros de Deus, como relatado no Antigo Testamento (Gn. 18). Ela é um reflexo terreno da unidade divina, simultaneamente adorada como Trindade. É uma comunidade de pessoas com dons diferentes, que se complementam entre si. É uma imagem, ao mesmo tempo, de integridade, cura, cuidado e partilha (EDAN, 2005, p. 30).

Ser comunidade é ser espaço de participação igualitária para todos, de união, de consciência de que cada pessoa é importante para a missão.

O Metodismo afirma que a Igreja, antes de ser organização, instituição ou grupo social, é um corpo, um organismo vivo, uma comunidade de Cristo (Ef. 1.22-23; 2 Co. 12.27). Sua vivência deve ser expressa como uma comunidade de fé, adoração, crescimento, testemunho, amor, apoio e serviço (At. 2.42-47; Rm. 12.9-21). Nessa comunidade, metodistas são despertados, alimentados, crescem, compartilham, vivem juntos, expressam sua vivência e fé, edificam o Corpo de Cristo, são equipados para o serviço e o expressam junto das pessoas e das comunidades (I Co. 12.16-26; 2 Co. 9.12-14; Ef. 4.11-16) (CÂNONES, 2007, p. 79).

Cada pessoa deve ser amada como são crescendo e participando do projeto de Deus. “Viver a comunidade é destruir as barreiras para receber as diferenças” (VARNIER, 2006, p. 37). Na realidade a pessoa com deficiência física, também lhe deve ser oferecido por parte da comunidade aceitação integral e amor incondicional, pois, assim se desenvolve potenciais, com aceitação e oportunidade. “Além de possuírem dons, as pessoas com deficiência são chamadas a ser um dom, a doar-se ao serviço a Deus. Deus quer todo o nosso ser, que nos doemos integralmente, que não retenhamos nada. Isso inclui a deficiência (o impedimento)” (EDAN, 2005, p. 22).

No presente século grande parte da população que não possui condições de corresponder à demanda profissional, física e tantas outras que são requisitos de se produzir mais para gerar lucro, são desprezadas e rejeitadas.

E nesta grande parte da população encontram-se pessoas com deficiências tanto físicas, como outras deficiências. Muitas são desprezadas, vivem em profunda pobreza e sofrem humilhação, abusos, discriminações devido a sua deficiência. A comunidade igreja tem como uma parte de sua missão confrontar tal realidade preocupar-se com tamanho sofrimento, e atuar em prol destas. “Não precisamos de

pena ou compaixão, mas de compreensão solidária e oportunidades para desenvolver nossas vocações, possibilidades e habilidades” (EDAN, 2005, p. 25). Jesus Cristo considerava essencial a oportunidade igualitária para todas as pessoas no seu Reino.

Jesus não disse que o Reino de Deus seria um mundo no futuro; ele disse que “o reino de Deus está à mão”. É uma realidade presente; devemos posicionar-nos agora! Não é mais a elite que está sendo chamada; pelo contrário, requer-se a presença de todas as pessoas que foram ignoradas, esquecidas e deixadas à margem. Se todos são convidados a este banquete, a esta igreja, a lista deveria incluir pessoas com impedimentos físicos e mentais e com doenças crônicas. Como será que o nosso culto a Deus seria afetado se convidássemos todas as pessoas, não somente aquelas cujos padrões de comportamento, linguagem e preferências nos são conhecidos? Qual é a mensagem para nossas comunidades hoje? (EDAN, 2005, p. 25).

Existem muitos conceitos de comunidade. A conceituação de comunidade para a Igreja Metodista segundo Ramos (2003 p. 31):

A Igreja Metodista é um ramo da Igreja Universal de Cristo e tem as suas raízes na comunidade cristã dos primeiros séculos, cujo estilo de vida aprendeu dos ensinamentos de Jesus, dos apóstolos e das primeiras pessoas cristãs que praticaram e ensinaram essa vida comunitária às futuras gerações (cf. Atos 2. 42-47)

E ainda “em poucas palavras, a Igreja Metodista define sua missão como uma “Comunidade Missionária a Serviço do Povo” (Ramos, 2003, p. 31)”.

O profundo ardor missionário é marca essencial da Igreja Metodista em sua origem e documentos, “é uma comunidade que tem paixão pela missão de Deus” (Ramos, 2003, p. 33). Esta missão se revela no calor fraterno, compromisso em cuidar da vida, com amor, respeito, aceitação por todos os seres humanos como imagem de Deus, numa verdadeira paixão pela humanidade. Amor este que vai ao encontro dos mais necessitados, os que não são aceitos, nem respeitados, mas que também são alvo do amor e aceitação integral de Deus.

O que distingue uma comunidade de um grupo de amigos é que numa comunidade, verbalizamos nossa dependência mútua e nossos laços, anunciamos a finalidade e o espírito que nos une, reconhecemos juntos que somos responsáveis uns pelos outros e que nosso laço vem de Deus, que é um dom de Deus. Foi ele quem nos escolheu e nos uniu numa aliança de amor e numa solicitude mútua (VANIÉR, 2006, p. 35).

É necessário que haja uma relação recíproca, pois, na dinâmica dos dons e ministérios da Igreja Metodista ¹², há espaço para todas as pessoas. “Inclusão requer

¹² Conforme *Carta Pastoral sobre Dons e Ministérios* (COLÉGIO EPISCOPAL, 2001, p. 16),

que as pessoas com deficiência estejam convictas de que têm acesso à liderança, de acordo com suas possibilidades e limitações, atitudes e vocações (EDAN, 2005, p. 29)”. A Igreja Metodista é uma comunidade de vida e serviço, onde os múltiplos dons são colocados a serviço do Evangelho, isto, torna-se a realidade de todas as pessoas que fazem parte desta comunidade. Klaiber e Marquardt (2005, p.355) retratam de forma clara a incondicional aceitação de Deus em relação a todas as pessoas que desejarem experimentar Dele na vivência em comunidade, afirmando:

A nova comunidade de irmãos e irmãs se compõe de pessoas que experimentaram em si o poder de Deus; sabem que são incondicionalmente aceitos por Deus, libertados para uma nova vida em fé, esperança e amor; mas, sabem também que a nova vida apenas começou neles e que necessitam da comunhão com outros cristãos para a sua defesa e cuidado. Por isso, uma das tarefas mais importantes da comunidade é dedicar-se aos jovens, aos inseguros e aos fracos em seu meio, aceitá-los e abrir-lhes espaço, ao mesmo tempo espiritual e humano; em conjunto formam a nova “casa de Deus”, na qual Cristo continua a sua obra no mundo (I Pe. 2. 5,10).

Sendo assim, se houver pessoas com deficiências físicas pertencentes à Igreja Metodista, enquadram-se também nesta dinâmica de comunhão, proteção, respeito e cuidado.

Como Igreja, corpo de Jesus Cristo e comunidade missionária a serviço do povo, entende-se que a missão cristã consiste na dinâmica de uma participação ativa, visando o estabelecimento do Reino de Deus. Para tanto, todos nós, fiéis metodistas, precisamos estar bem conscientes de que somos agraciados com dons e ministérios que foram distribuídos, gratuitamente, por nosso Deus. Assim, pois, todos os metodistas são vocacionados e chamados para exercer seus dons e ministérios, numa prática consciente e refletida, onde o crescimento e a maturidade acontecem, de um modo palpável na vida de cada um, em ritmo simultâneo (PVMI, 1996, p. 6).

As pessoas deficientes físicas são capacitadas, vocacionadas, chamadas por Deus para exercerem ativamente seus dons e ministérios como as demais pessoas.

Nas comunidades cristãs, Deus parece chamar, para a mesma comunidade, pessoas humanamente muito diferentes, vindas de culturas, de classes ou de países diferentes. As comunidades mais belas são justamente o resultado dessa grande diversidade de pessoas e temperamentos. Isso obriga cada membro a ultrapassar suas simpatias e

“Wesley, diante dos que se apresentavam para receber a titulação de pregadores locais, lhes perguntava: 1) Tens a graça? (experiência com Cristo). 2) Tens os dons? (reconhecimento do chamado do Espírito). 3) Tens os frutos? (comprovação na prática da graça e dos dons). Os dons sempre existem em função do exercício do ministério, visando a glória de Deus, à edificação do Corpo de Cristo e seu serviço prestado às pessoas e sociedade. Não são instrumentos de vanglória, dominação ou poder.

antipatias para amar o outro, com suas diferenças (VARNIER, 2005, p. 64).

Na comunidade cristã, no caso, a comunidade metodista, a pessoa com deficiência física não deve ser alvo de caridade e piedade, mas, como mais uma pessoa que possui algum tipo de diferença, como as demais possuem, mas que juntas poderão crescer e serem úteis umas as outras e a Deus. Poderá também desempenhar a sua parte em relação ao sacerdócio universal que inclui todos os crentes:

O “sacerdócio universal de todos os crentes” se baseia na vocação de todos/as os/as discípulos/as para ouvir e seguir o Evangelho e dele dar testemunho, em palavras e atos. Esta “vocação universal” é o “encargo”, a função entregue a todos os cristãos, e que eles desempenharão segundo seus dons próprios. A graça de Deus convoca os dons e talentos pessoais, para que através deles o Reino de Deus seja construído no mundo (KLAIBER E MARQUARDT, 2006, p.358).

O sacerdócio universal de todos os crentes se refere a todas as pessoas, as quais recebem dons utilizados para o bem comum. E mediante estes dons e respectivamente os ministérios, Deus realiza o propósito Dele no mundo. Conforme o PVMI (CÂNONES, 2007, p. 78):

O Metodismo procura desenvolver de forma adequada a doutrina do sacerdócio universal de todos os crentes (I Pe. 2.9). Reconhece que todo o povo de Deus é chamado a desempenhar com eficácia na Igreja e no mundo, ministérios pelos quais Deus realiza o seu propósito, ministérios essenciais para a evangelização do mundo, para a assistência, nutrição e capacitação dos crentes, para o serviço e o testemunho no momento histórico em que Deus os vocaciona (I Co. 12. 7-11).

Neste reconhecimento de todo o povo como parte desta realização, ninguém pode ser excluído, mas, cada um tem uma utilidade na assistência, capacitação e sustentação comum. E nesta obra todos os metodistas de forma integral com dons e limites podem se comprometer na educação pela eliminação de toda a forma de discriminação e opressão.

Pôr em prática seu próprio dom é construir a comunidade. Não ser fiel a isso é prejudicar toda a comunidade e cada um dos seus membros. Por isso, é importante que cada um conheça os próprios dons, os ponha em prática e se sinta responsável pelo seu crescimento. É necessário que seu dom seja reconhecido pelos outros e que você lhes preste contas do como o faz frutificar. Os outros precisam deste dom e devem encorajar quem o possui a ser fiel a ele e a fazê-lo crescer. Cada um encontra seu lugar na comunidade, de acordo com o dom que possui. É assim que cada qual torna não só útil, mas, único e necessário aos outros. Só assim, as rivalidades e os ciúmes desaparecem (VARNIER, 2006, p. 68).

Este bem comum gera um sentido de pertença, de valor e de sentido da existência e ao mesmo tempo responsabilidade e dependência mútua, não havendo espaços para superioridade de uns sobre os outros.

Cada vez mais, as pessoas com deficiências emergem como protagonistas de suas vidas e destinos, deixando de ser meros objetos de ações de assistência individual e social. Elas fundam suas próprias organizações, lutam por seus direitos e questionam a sociedade e o papel marginalizado que muitos lhes atribuem. A luta pela inclusão familiar, escolar, eclesial, social e no mundo do trabalho e da cultura mobiliza hoje as pessoas com deficiência, seus movimentos e organizações, as comunidades eclesiais e deve transformar a sociedade, marcada por contravalores que ameaçam os princípios de humanidade (CNBB, 2005, p. 31).

O que distingue a comunidade cristã de outras instituições sociais comparáveis é, em última análise, não a sua estrutura, nem seus ritos sociais, nem outras marcas exteriormente reconhecíveis, mas, segundo Klaiber e Marquardt, (2006, p. 345) “é a sua origem no amor recriador de Deus”. A comunidade igreja é entendida como uma comunidade de colaboradores (as) de Deus em sua obra sendo sinal do Reino de Deus. “A comunidade terapêutica precisa ter uma visão global de seus membros, de cada pessoa como potencialmente detentora de uma sensibilidade, dramas, opressões e contribuições a dar” (Muller, 1999, p. 72). Contribuições estas relacionadas diretamente à experiência fundamental de terem sido aceitos por Deus e seu amor e entendem este incondicional e ilimitado amor como base de sua existência como indivíduos e como comunidade. “O amor de Deus os transforma e lhes possibilita uma obediência, transformadora do mundo inteiro” (KLAIBER E MARQUARDT, 2006, p. 346). O autor ainda afirma que “na vivência deste amor Deus vai ao encontro de todo ser humano sem distinção e possibilita também aos seres humanos a uma convivência mútua, respeitando e considerando os limites, tensões e diversidades, quebrando barreiras do preconceito e da aceitação de pessoas”.

É importante esclarecer que a comunidade terapêutica não se entende uma instituição para onde indivíduos são encaminhados para fazerem algum tipo de terapia. A comunidade terapêutica é eclesial e visa oferecer ajuda às pessoas que estão ao seu redor, através de relacionamentos interpessoais que lhes proporcionem bem-estar, ajustamento e integração com suas doenças e deficiências, além de estabelecer um relacionamento mais integral com Deus (MULLER, 1999, p. 72).

Ajustamento e integração são características importantes para uma vivência plena mútua. Pois ao procurar ajustamento, não se está ignorando as diferenças bem

como as necessidades de cada um que são diferentes de ser humano para cada ser humano. Ao compreender estas diferenças e buscar meios de ajustamento acontece a integração

“Tanto a mera coexistência sem tensões, como a oposição sem amor, devem ser superadas no espírito da diversidade reconciliada (KLAIBER E MARQUARDT, 2005, p. 348)”. A vida em comunidade é importante para o amadurecimento relacional de cada pessoa com Deus, consigo mesmo, com as pessoas, com o contexto. Conforme CS:

Deus criou os povos para constituir uma família universal. Seu amor reconciliador em Jesus Cristo vence barreiras entre irmãos e irmãs e destrói toda forma de discriminação entre homens e as mulheres. A Igreja é chamada a conduzir todos e todas a se receberem e a se afirmarem uns aos outros e umas às outras como pessoas em todas as suas relações na família, na comunidade, no trabalho, na educação, no lazer, na religião e no exercício dos direitos políticos (CÂNONES, 2007, p. 52).

A pessoa deficiente física também possui esta necessidade de relacionar-se, de ser aceito, de desenvolver suas potencialidades vivendo em grupo, em comunidade. Conforme Iara Muller (1999, p. 61):

O processo de curar-se significa restaurar as forças do corpo doente e com seqüelas, para poder reintegrar-se ao ambiente familiar e da sua comunidade. A cura completa no sentido da salvação de Deus, também ocorre sem o desaparecimento da deficiência. O corpo imperfeito integral, com seus limites e incapacidades, estão incluídos no projeto de Deus.

As relações na comunidade precisam ter qualidade, ser diferencial, serem voltadas para valores profundamente relacionados à dignidade humana. Acolher cada pessoa com suas particularidades torna-se um desafio de crescimento tanto pessoal como comunitário.

A comunidade é lugar da partilha, do amor e do acolhimento, da preocupação com o outro e do crescimento no amor. O individualismo e o materialismo conduzem à rivalidade, à competição e à rejeição do fraco; a comunidade, por sua vez, conduz à abertura e ao acolhimento. Se a comunidade não existe, os corações se fecham e morrem ((VANIER, 2006, p.23).

A comunidade eclesíastica deve ser espaço para conscientização da responsabilidade individual e em conjunto de promover-se a saúde integral de todas as pessoas.

Muitas vezes a cura se dá por causa do ato da partilha em grupo: partilhar problemas, sofrimentos, medos, raivas, angústias e segredos guardados no íntimo, que, aos poucos, vão se tornando emoções corrosivas. Partilhar sentimentos libera de grande pressão e torna as pessoas mais aliviadas e livres para decidir como continuar (MULLER, 1999, p. 74).

A comunidade eclesíastica deve ser espaço de ressignificação da vida e de cuidado integral, de cura de relações, de apoio, e de atuação libertadora em tudo que menospreze, ou contribua com o menosprezo das pessoas como seres humanos. Muller (1999, p. 73) ressalta que:

A comunidade relacional terapêutica está voltada para a saúde integral de seus participantes, para suas necessidades vitais, sejam elas quais forem: informações, visitação na doença e luto, esclarecimento e estudo de verdades bíblicas, discussão de temas, desabafos no sofrimento duradouro, apoio em crise e perdas de qualquer espécie, também nas questões sociais que oprimem (trabalho, direitos, liberdade política).

Reconhecer as diferenças significa reconhecer em si mesmo às limitações e as faltas, e isso nem sempre se aceita. Esta conscientização das próprias limitações pode ser despertada no encontro com o diferente. Muller (1999, p. 73) ressalta que:

Uma comunidade eclesial é terapêutica quando se vê sua missão no curar, no libertar, no ajudar a crescer e potencializar as pessoas que têm um pacto com Deus, que vivem como um corpo de Cristo com cuidados mútuos, no qual cada parte tem seus dons, capacidades e limites e no qual o Espírito Santo pode atuar de forma criativa. É muito mais do que um jeito de confessar sua fé, de realizar um rito ou de defender verdades: é uma forma de encarar a vida sob o aspecto do amor de si mesmas, aos outros, como resposta ao seu amor incondicional e libertador.

As pessoas são mais que seus corpos, pessoas são pessoas integralmente, alma, corpo, mente. O Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista afirma que:

A Igreja, antes de ser organização, instituição ou grupo social, é um corpo, um organismo vivo, uma comunidade de Cristo (Ef. 1. 22-23; I Co. 12.27). Sua vivência deve ser expressa como uma comunidade de fé, adoração, crescimento, testemunho, amor, apoio e serviço (Atos 2. 42-47; Rm. 12. 9-21). Nessa comunidade, metodistas são despertados alimentados, crescem, compartilham, vivem juntos, expressam sua vivência e fé, edificam o Corpo de Cristo, são equiparados para o serviço

e o expressam junto das pessoas e das comunidades (Cânones, 2007, p. 79).

Segundo Cerignoni (2005, p. 41), em todas as sociedades existe certa cultura de exclusão, manifestando-se num conjunto de atitudes, crenças, conceitos e hábitos que sustentam barreiras impedindo estas pessoas serem realmente incluídas na vida em comunidade. A comunidade eclesial vivendo respeitando as diferenças poderá atingir com esta vivência outros contextos:

Uma comunidade eclesial que convive com as pessoas que consideram integral um corpo com imperfeições, que exercita e estimula o crescimento, a libertação e o elacionamento com os outros e com Deus, desemboca necessariamente numa comunidade terapêutica, onde todos passam por um aprendizado que enriquece e amplia a criação de Deus, que se espalha até atingir outros contextos (Muller 1999, p. 75).

Cerignoni (2005, p. 45) destaca cinco tipos de atitudes em relação a pessoa com deficiência física, as quais são: paternalismo, moralismo, a padronização estética, a idealização e o fatalismo.

O paternalismo é um vínculo vertical, que se caracteriza pelo domínio de uma pessoa sobre a outra, tendo como base em benefícios que a primeira fez para a outra tornando esta devedora daquela. Ajuda esta que aumenta o poder do benfeitor sobre o beneficiário, impedindo o último de alcançar a sua autonomia. Já o moralismo, julga a pessoa a partir de sua deficiência, acreditando que a deficiência é a materialização de uma falha moral do indivíduo, seus genitores ou de seu grupo social, como se fosse um déficit com Deus.

Os padrões estéticos de cada época promovem uma ditadura do corpo ideal, levando a excluir as pessoas que não possuem o corpo perfeito (nos padrões do momento), despertando sentimentos de inadequação, vergonha, auto-depreciação, que nada mais é a causada pela exclusão sofrida pela sociedade.

Somente o estabelecimento de uma comunidade de vida entre paralíticos e não paralíticos, entre sãos e doentes, entre jovens e velhos, entre homens e mulheres, poderá superar o isolamento social da sociedade agregadora atual, porque com essa comunidade de vida não somente se curam os sintomas, mas se ataca o mal social pela sua própria raiz (MULLER, 1999, p. 74)

Existe também a idealização da pessoa com deficiência como se ela fosse heróica, superior, levando-a ao preconceito e até mesmo ao isolamento. Há também a concepção fatalista da existência, especialmente a de cunho religioso: “Foi Deus que

quis assim...”, exigindo da pessoa com deficiência atitude de submissão penitente. Atitudes estas que concorrem para a estigmatização.¹³

Segundo Cerignoni (2005, p. 45) “na tradição bíblica, tanto a benção ou a maldição eram herança de família”, pois a mesma respondia pelo pecado de um de seus membros, sendo que deficiência era vista como maldição, castigo, sendo sinal da desgraça familiar, culpa e de vergonha. Ainda Cerignoni (2005, p. 45) ressalta que “havia também a questão da pureza litúrgica, onde envolvia a possibilidade ou não de participação na convivência social e acesso ao culto”. Os corpos com deficiências eram rejeitados como impuros. O autor ressalta ainda (2005, p. 45) que no ‘Novo Testamento havia a interpretação da deficiência como possessão demoníaca, causada pela influência de espíritos impuros”, tendo no exorcismo o caminho de erradicação deste mal.

Nesse sentido, há que se destacar a atuação das comunidades cristãs primitivas que desde os primeiros séculos da Era Comum socorreram crianças expostas, criando assim a tradição dos orfanatos. Com isso assegurou-se a sobrevivência de uma parte dos recém-nascidos com deficiências; contudo, não houve uma mesma iniciativa no sentido de romper com a estigmatização de tais sobreviventes. Resgatados da morte, porém isolados da vida normal, sobreviviam numa espécie de limbo social, onde passaram a servir de matéria para atitudes paternalistas de elites “benfeitoras”, alimentando o poder e o status destes na sociedade cristã (CERIGNONI, 2005, p. 46).

Conforme a tradição bíblica na perspectiva metodista os seres humanos foram criados a imagem de Deus, com ou sem deficiência, e ao gênero humano foi destinado o governo da terra e a posse de seus bens. No CS (CÂNONES, 2007, p.50) como base bíblica de fé da Igreja Metodista encontramos a seguinte afirmação: “Cremos em Deus Pai, Criador de todas as coisas e Pai de toda a família humana, fonte de todo o amor, justiça e paz, autoridade sempre presente”. A existência de cada indivíduo e suas particularidades não deve ser critério de exclusão de ninguém. A igualdade fundamental deve ser mantida considerando a equiparação de oportunidades, pois as diferenças humanas conferem singularidades a cada indivíduo, e somos chamados a uma realização sempre maior, superando a exclusão das pessoas com deficiências.

O encantamento tão presente nas motivações de consumo das mercadorias

¹³ Estigma segundo Cerignoni, é uma marca simbólica cujo resultado é a segregação de um certo número de pessoas dentro de um contexto social mais amplo. p.42

tem interferido no relacionamento das pessoas. Muitas têm se deixado levar por estas influências do mercado, fazendo com que pessoas tenham este mesmo valor, o valor de mercadoria. Estas influências têm feito do corpo uma mercadoria que “necessita corresponder às expectativas do mercado: concorrência, lucro, qualidades técnica e estética (RIOS, 2003, p. 64)”. E ao invés de produtos e empresas concorrerem, quem concorre são as pessoas. Amor, carinho, honestidade e outros sentimentos ou atributos espirituais são secundários, o que vale “é quanto este corpo pode contribuir para o enriquecimento do mercado (RIOS, 2003, p. 66)”. Tãmanha é a concorrência que termina por resultar em exclusão daqueles que são considerados sem as qualidades para competir, sendo tratados como incompetentes descartados da realidade de produção e consumo, ainda que esta seja a condição para se participar da sociedade de mercado.

Dentro de cada cultura existem valores que indicam padrões, os quais acabam por definir o indivíduo que é normal ou não. São as definições estéticas voltadas para o corpo que é belo ou não, segundo o padrão normal de beleza. A realidade da pessoa com deficiência física remete as pessoas a compreenderem que pode deparar-se com a possibilidade de ficarem lesadas, ou terem alguém na família com deficiência física também. Não somente isto, mas também confronta as pessoas a encararem a si mesmas, seus valores, seus preconceitos, a realidade de seu interior revelada em sua forma de ver a vida e as pessoas. Assim, “se a imagem do deficiente perturba é porque ela devolve, em espelho, a imagem da deficiência, vivida por cada um, e que o corpo é testemunha (ANDRADE, 2006, p.86)”.

Deus criou a humanidade com muitas diferenças, não existindo sequer duas pessoas iguais. Todas as pessoas com suas diferenças possuem potenciais, talentos, criatividade para tornar o mundo melhor. E são nas diferenças, na diversidade que se encontra mais criatividade.

Sendo assim, uma comunidade eclesial que exercita a quebra de tabus e estereótipos e se propõe a mitigá-los, conhecendo mais de perto e de forma solidária as diferentes realidades que existem de membros para membros, e que quebra seus preconceitos estabelecidos por falta de contatos com os diferentes problemas e dificuldades das pessoas, está preparada para agir também fora de seus muros, informando, aceitando os que antes tratava com estranheza, enfim, transformando o contexto maior, baseada na sua experiência íntima e convincente, feita na comunidade, de aceitar-se mutuamente dentro da diversidade de Deus. Pois, sempre que uma comunidade resolve enfrentar de forma corajosa os problemas e conflitos acaba por transformar o mundo ao seu redor (MULLER, 1999, p. 74).

Reconhecer, aceitar e ainda procurar compreender as diferenças é um desafio para qualquer tipo de relacionamento, e a razão para isto está na própria natureza da diferença. O que vem a ser diferente? Diferente é aquilo que me é estranho, que se destaca e que não é igual a mim, criando tensão, às vezes insegurança. Pois, diante do outro diferente, surge a insegurança da confrontação com a própria incompletude. Esta diferença vai além do corpo ideal, mas, diferença de pessoa para pessoa. Muito mais além do ideal, mas, da pessoa real, com seu corpo, com seu ser integral. A diferença remete à consciência das limitações que cada um possui, mostrando que há diversidades no jeito de pensar, de ser, de agir de cada um.

Na aproximação se estabelece relacionamentos, não há real aproximação sem aceitação. O conhecimento nos enriquece como pessoas. “Tudo aquilo que sufoca e impede o desenvolvimento das possibilidades que Deus deseja para seus filhos e filhas reunidos em comunidade, precisa ser enfrentado numa participação comprometida e edificadora” (MULLER, 1999, p. 74). Ao compreender e aceitar uma nova situação os seres humanos são obrigados a repensarem seus conceitos, suas interpretações em nossos esquemas mentais e comportamentais. Segundo as doutrinas metodistas a igreja não é apenas uma organização, mas, sim um corpo terno, caloroso, dinâmico e possui membros. Assim como afirma Ramos (2003, p. 29):

Igreja de Jesus Cristo não é uma organização, mas, um organismo. A Igreja é o Corpo de Cristo que é formado de todos aqueles e aquelas que o confessam como Senhor e Salvador e buscam em primeiro lugar o Reino de Deus. Igreja (do grego ekklesia = congregação) é a comunidade dos/as fiéis convocados/as por Cristo para dar seguimento à sua missão de anunciar o Reino de Deus ao mundo. A Igreja é, portanto, o Corpo vivo de Cristo.

Todas as pessoas podem colaborar nesta comunidade para transformação da realidade, dos valores corrompidos, da desumanização das pessoas. As pessoas são únicas, com deficiências ou não, tem seu jeito de ser e suas formas de ensinar e aprender nas diferenças. E não é necessário que as limitações e diferenças deixem de existir para que se sintam pessoas ou possam fazer parte da comunidade igreja, o necessário é que tenham como objetivo buscar o Reino de Deus.

4.2 AS BARREIRAS ATITUDINAIS EXISTENTES: A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, COMO PARTE OU À PARTE?

As barreiras criadas em relação aos valores e conceitos que envolvem a pessoa deficiente física são de origem humana. Os seres humanos discriminam, evitam o encontro, os relacionamentos e muitas vezes disseminam opiniões a este respeito que mais desmoralizam, diminuem e impedem que outros experimentem a aproximação com a pessoa deficiente física.

A Igreja Metodista possui na essência de seus documentos a perspectiva de inclusão, de aproximação com os que estão vivendo de forma desfavorecida no suprimento de suas necessidades básicas supridas, nos seus direitos fundamentais. Não apenas isto, mas, são isoladas e impedidas de se relacionar e experimentar o crescimento em grupo, em comunidade. Mas, a Igreja Metodista, como igreja cristã é desafiada em seus documentos a ser uma comunidade inclusiva. Inclusão em meio às diferenças, conscientizando que as diferenças não necessitam ser anuladas para que se tenha unidade, mas, as diferenças remetem ao sentido de complementariedade. “Contudo há complementariedade, e as diferenças se mantêm, mas elas estão na reciprocidade. Entre as diferenças há diálogo e não redução à unidade (COMBLIN, 1985, p. 28)”. Mas, um dos maiores desafios de muitos cuidadores é manter viva a voz dos que não tem voz, uma vez que as pessoas das quais cuidam, muitas vezes, podem ter tão profundas e múltiplas deficiências que elas somente são compreendidas na profundidade da relação amorosa do cuidado (EDAN, 2005, p. 9).

A Igreja Metodista deve participar da construção desta realidade, tendo como exemplo a compaixão de Jesus Cristo e a essência em cuidar e comprometer-se com a vida presente desde as origens eclesiais, como em seus documentos de fé, de ação e missão. “No entanto, em alguns meios religiosos, há uma crescente consciência de que as pessoas com deficiência desafiam a igreja a explorar uma interpretação do Evangelho e da natureza da Igreja” (EDAN, 2005, p. 8).

O Credo Social (CÂNONES, 2007, p.49) da Igreja Metodista no Brasil, afirma que “é de responsabilidade cristã o bem estar integral do ser humano, o que é decorrente do compromisso com a Palavra de Deus, tanto no Antigo como no Novo Testamento”. Esta consciência de responsabilidade social é oriunda ao metodismo e suas origens históricas, mais especificamente no testemunho de John Wesley.

Sendo assim, quando a igreja tem consciência de sua responsabilidade social não deverá incorrer no erro de ter atitude paternalista em relação à pessoa deficiente física. No CS encontramos que, “o Reino de Deus e sua justiça envolvem toda a criação. Chama os seres humanos a se receberem como irmãos sem distinção

alguma” (CÂNONES, 2007, p. 50). Pois, não há diferenças entre fracos e fortes, mas, todos fazem parte da criação de Deus, no entanto irmãos. Conforme Comblin (1985, p. 25):

A comunidade é a verdadeira superação das relações de dominação do mais forte sobre o mais fraco, do senhor sobre o escravo. Em lugar da dominação existe a liberdade: todos tomam a iniciativa, ninguém é obrigado fazer a vontade do outro. A própria vontade liberdade vence a necessidade. Contudo na comunidade a liberdade não quer dizer que cada um faz a sua própria vontade, não quer dizer individualismo, nem anarquia. Pelo contrário, cada um faz voluntariamente as tarefas necessárias ao bem de todos.

A atitude paternalista não permite ou não promove a autonomia da pessoa com deficiência física, mas, busca sustentar o poder através da necessidade de ajuda. Esta atitude não deve estar presente na comunidade de fé, pois, uma de suas características cristãs é a realidade da interdependência que deve existir na mesma, a qual traz a consciência de que todas as pessoas podem contribuir e se ajudarem mutuamente e ao mesmo tempo respeitando o espaço e crescimento de cada um. “Deus deseja aceitação e inclusão de cada pessoa numa comunidade de interdependência, onde cada um dá amparo e apoio ao outro e onde cada um vive plenamente de acordo com suas circunstâncias e para a glória de Deus (EDAN, 2005, p. 20)”.

As raízes históricas do metodismo enfatizam a consciência cristã da responsabilidade social, sendo assim, não há espaços para mediante o exercício da solidariedade se tornar motivo de base de poder sobre alguém. Pois, o auxílio deve ser prestado como expressão de valores cristãos revelados em atos de solidariedade e compaixão com o próximo.

Nós acreditamos que a humanidade é criada “à imagem e semelhança de Deus” (Gênesis 1.26) e que cada ser humano tem aspectos da natureza divina, embora nenhum de nós espelhe Deus em sua inteireza. Ser parte da imagem de Deus não significa apenas ter esta semelhança, mas também a possibilidade de nos tornarmos o que Deus quer. Isto inclui todas as pessoas, sejam quais forem suas habilidades ou impedimentos. Isso significa que cada ser humano tem, por natureza, dons e, assim, algo a oferecer de que outros precisem. Isto significa que cada ser humano tem, por natureza, dons e, assim, algo a oferecer de que outros precisem (EDAN, 2005, p. 20).

As atitudes, os sistemas, as estruturas, e tudo que diferencia o valor das pessoas, menosprezando, contribuindo com a exclusão não denota a intenção de

Deus que foi de criar um mundo para todas as pessoas. Todas as pessoas foram criadas por Deus e são dádivas, e todas possuem dons podendo contribuir com vida, com outras pessoas, com as comunidades eclesiais, com a sociedade.

Quanto mais caminhamos pessoalmente em direção à cura e a unidade interior, mais o sentimento de pertencer cresce e se aprofunda. Não somente pertencer ao outro e à comunidade, mas ao universo, à terra, ao ar, à água, a todos os seres vivos, a toda a humanidade. Se a comunidade dá à pessoa um sentimento de pertença, também a está ajudando a assumir sua solidão, num encontro pessoal com Deus. A comunidade é ainda aberta ao universo e a todas as pessoas (VANIER, 2006, p.34).

Todas as pessoas são necessárias independentemente de suas condições físicas. Há dons que se despertam na caminhada da vida, outros desde tenra idade, mas, há dons que são impedidos de desenvolvimento, porque não foi dada a oportunidade de despertar e crescer, devido a diversas circunstâncias. Uma destas a deficiência física. Isto é, quando se precisa do apoio da interação com o ambiente, e este não fornece condições de desenvolvimento de autonomia necessária.

Necessitamos uns dos outros para que nossos dons sejam manifestados. Uma pessoa que foi rejeitada ou desprezada talvez não demonstre nem compartilhe muitos dos seus dons nem dê sua contribuição à humanidade, a não ser que lhe sejam dados aceitação integral e amor incondicional. Em nossos relacionamentos, temos a tarefa de fazer brotar os dons de cada um, a fim de que o potencial de cada pessoa se realize e Deus seja glorificado (EDAN, 2005, p. 21).

Por muitas vezes a deficiência é vista como uma perda. E também são vistas por muitos como fracas, carentes, que precisam desesperadamente de cuidados, e este quando é oferecido é por caridade e superioridade, sendo que estas pessoas devem aceitar qualquer forma de ajuda oferecida. Acabam por ser encaradas como inferiores.

Nossa percepção da realidade é sempre finita porque somos seres finitos. Quando desenvolvemos interpretação teológica a respeito da deficiência humana, temos que reconhecer que a história mudou e que está mudando também a forma de como interpretamos a deficiência. Com história nós queremos dizer, a história de um indivíduo ou as percepções emergentes da comunidade na qual as pessoas com deficiência vivem (2005, p. 12).

Já a atitude moralista considera a deficiência fosse à materialização de uma falha moral do indivíduo, de seus genitores ou de seu grupo social. Torna-se necessário a missão da igreja dissociar deficiência e falha moral, culpa e pecado.

Cada um de nós nasceu com dons e também com fraquezas, a fim de que a obra de Deus seja em nós revelada. Quando pensamos em perdão, geralmente pensamos em culpa e redenção. Mas, em grego contemporâneo, a palavra “perdão” é *synchoreosis*, que significa literalmente “caber juntos” (*synchore-sis*), “dividir o mesmo espaço” “ou abrir espaço para todos” (EDAN, 2005, p. 24).

Como se ter uma deficiência fosse à confissão involuntária de algum déficit com Deus. A relação deficiência e pecado é uma atitude desumana e, segundo o autor citado acima, os sistemas sociais é que são excludentes: são os sistemas sociais excludentes que levam pessoas com lesões à experiência da deficiência, ou seja, “deficiência é a inadequação da sociedade para a inclusão de todos sem exceção” (CERIGNONI, 2005, p.34).

O Credo Social, (2007. p. 60), afirma que a Igreja Metodista “tanto deplora os problemas sociais como procura orientar seus membros no tratamento de tais problemas, amando as pessoas vitimadas, buscando promover a libertação de tais problemas e a autopromoção integral”. Além de eliminar as barreiras arquitetônicas, como por exemplo, as escadas, espaços para que as pessoas deficientes físicas estejam presentes nos cultos, mas, “junto aos seus familiares ou amigos; até mesmo iluminação adequada a deficiências visuais e outras. Tornam-se necessários materiais apropriados para participação na liturgia, como por exemplo, na eliminação das barreiras comunicacionais torna-se necessário a utilização de Libras¹⁴; hinários, livros e Bíblias no sistema Braille¹⁵, ou com os caracteres ampliados, ou até mesmo a utilização de softwares para leituras¹⁶. E ainda além destas barreiras arquitetônicas: a igreja se enquadra legalmente na parte “das edificações e uso coletivo”¹⁷, as quais precisam respeitar as regras de acessibilidade.

Em geral a pessoa com deficiência não é reconhecida, e menos ainda procurada para tornar-se membro de quaisquer organizações, religiosas ou não. A arquitetura de templos e outros espaços públicos refletem esta costumeira falta de consideração. Mesmo considerando que a

¹⁴ Segundo Fávero (2004, p. 177) “Libras é a Língua Brasileira de Sinais, utilizada por pessoas surdas. Essa língua, bem como outros recursos a ela associados, foi reconhecida pela Lei nº 10.436/02, como meio legal de comunicação e expressão.

¹⁵ Sistema Braille é o conjunto de caracteres que possibilita a percepção da escrita pelas pessoas com deficiência visual. Louis Braille (1809-1852) foi o criador deste sistema de escrita e impressão para cegos. Quando nos referimos ao sistema, escrevemos “braille”. (CNBB, 2005, p. 161 e 159)

¹⁶ Segundo Fávero (2004, p.97) “os programas mais conhecidos que podem auxiliar tanto pessoas com cegueira ou baixa visão são o DOS VOX e o Virtual Vision”.

¹⁷ Para Fávero (2004, p. 158) “edificações de uso coletivo são aquelas destinadas a atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, turística, recreativa, social, religiosa, educacional e de saúde, inclusive as edificações de prestações de serviços de atividades da mesma natureza”.

acessibilidade é prevista pela legislação brasileira como obrigatória em construções dessa natureza, novas construções são erguidas diariamente sem essa preocupação. Também a adaptação de espaços já construídos permanece longe das prioridades da maior parte dos espaços públicos (CERIGNONI, 2005, p. 43).

Também existem as barreiras atitudinais:

A nosso ver, é chamada barreira de atitude. Aquela que faz com que as pessoas com deficiência não sejam vistas como titulares dos mesmos direitos que qualquer pessoa. A que faz com que os programas de acessibilidade sejam destinados apenas a locais que outros consideram bons para quem tem deficiência, mas esquecendo que esses cidadãos também querem ir a boates, hotéis, praticar esportes, entre outros (FÁVERO, 2004, p. 182).

A inclusão das pessoas com deficiências físicas direciona a igreja à eliminação de barreiras, como testemunho do amor de Deus expresso na aceitação e no ajustamento entre pessoas diferentes para que todas façam parte e não fiquem à parte. Esta inclusão, “pode ser exemplo e inspiração naquelas sociedades em que pessoas com deficiências sofrem sob marginalização humilhante (EDAN, 2005, p. 29)”.

Com respeito à padronização estética, Cerignoni (CERIGNONI, 2005, p. 42), afirma que: “os padrões estéticos de cada época promovem uma ditadura do corpo ideal, conforme testemunham as artes plásticas desde a Antiguidade”. A valorização excessiva da estética corporal leva a excluir aquelas pessoas que não possuem o corpo “perfeito”. O corpo do ser humano é essencial ao ser alguém no mundo, ao estar no mundo. Com o corpo é que o ser humano se relaciona.

O corpo é extensão do ser da pessoa. O ser de cada pessoa se expressa desde o nascimento através do corpo, independente de ser ideal, perfeito, ou deficiente. É através do corpo que se expressa a necessidade da presença do outro. Podemos dizer que a vida afetiva se desenvolve a partir do encontro de um ser desamparado, em estado de necessidade física e psíquica, com alguém que o recebe e acolhe, atendendo às suas necessidades (COLÉGIO EPISCOPAL, 1998, p. 52).

O corpo é componente fundamental da existência humana. Conforme Battista Mondin (1980, p. 32), sem o corpo o ser humano “não pode alimentar-se, não pode reproduzir-se, não pode aprender, não pode comunicar-se, não pode divertir-se. É mediante o corpo que o homem é um ser social”. Por isso, qualquer discriminação, preconceito e exclusão em relação ao corpo poderão levar também à exclusão social,

e acarretar o não suprimento das necessidades básicas e fundamentais das quais o corpo precisa para desenvolver, nutrir. O valor da pessoa humana está além do tipo de corpo que ela possui. Quando se limita o valor do ser humano apenas ao seu corpo, poderão ocorrer barreiras, discriminações, preconceitos nas relações humanas, pois, quando o corpo por algum motivo não corresponde aos padrões pré concebidos de perfeição, este poderá ser excluído das mesmas chances de sobrevivências de outras pessoas que correspondam a este padrão. Pelo corpo os seres humanos se relacionam, mas, pelo corpo também os seres humanos excluem outros a sua imagem. Conforme Mondin (1980, p. 41):

Nós sabemos que o homem pode esconder-se atrás do próprio rosto, pode pôr uma máscara e representar um papel que não lhe é próprio: com as suas palavras ele pode não só manifestar, mas, também ocultar as próprias idéias e intenções. A corporeidade do homem atesta-nos que ele pode distanciar-se de si mesmo, fechar-se, recusar-se ao outro.

O destaque que tem se dado à manipulação do que se é padrão, ou aquilo que se é conhecido, igual e aceito, tem desvalorizado a importância dos afetos e da dignidade da pessoa como ser humano. Exemplo disso é o excesso de valorização do externo é o culto ao corpo. O corpo é a forma de ser de cada ser humano no mundo, mas, as pessoas são mais que seus corpos. Cada pessoa possui sua singularidade.

As diferenças humanas conferem singularidade a cada indivíduo. Dentre as características diferenciadoras, temos as deficiências, que fazem parte da condição humana como tantas outras características particulares, a partir das quais somos todos igualmente chamados a uma realização sempre maior (CERIGNONI, 2004, p. 48).

Quando os seres humanos se relacionam não se relacionam apenas com a aparência, mas, vai muito, além disso. Por muitas vezes, corpo e imagem têm ocupado lugar de destaque acima dos afetos e das reflexões sobre o valor real do ser humano. Em um nível “humano eu não utilizo outro ser humano, mas, eu me encontro com ele, além do reconhecimento de sua qualidade humana; e se dou mais um passo, além do reconhecimento de sua qualidade humana de ser humano, reconhecendo plenamente sua unicidade como pessoa, trata-se de algo mais que um encontro. O que ocorre então é amor” (COLÉGIO EPISCOPAL, 1998, p.34).

Segundo o Credo Social (CANONES, 2007, p.60), a Igreja Metodista orienta seus membros no tratamento dos problemas sociais bem como os desafios que surgem, os quais chamam a mesma a uma ação em prol destes. A adaptação dos

templos, acesso aos cultos e demais atividades das igrejas metodistas para as pessoas deficientes físicas é uma forma de atuação social, ou seja, forma de tratamento com amor. “É o amor que suaviza as ondulações do caminho. As limitações da vida humana são na verdade, oportunidades para a vivência do amor, da justiça e da solidariedade” (CERIGNONI, 2005, p. 51). Para tratar os problemas sociais, a Igreja Metodista orienta seus membros baseando-se em normas e critérios. Dentre estes se destaca: “oferecer as pessoas vitimadas pelos problemas sociais à necessária compreensão, o apoio econômico e o estímulo espiritual para a sua libertação, a orientação individualizada, respeitando a sua autodeterminação” (CÂNONES, 2007, p. 60). E ainda: Pautar-se em normas técnicas atualizadas e específicas a cada situação-problema, no tratamento da mesma, utilizando os recursos comunitários especializados (CÂNONES, 2007, p. 60).

A Igreja Metodista do Brasil em seus documentos então preza por dar à oportunidade de todos (as) experimentarem da vida as mesmas chances de forma igualitária, mesmo com seus corpos diferentes do padrão estético imposto pela sociedade, para se desenvolverem como cidadãos plenos e ao mesmo tempo, a sociedade ou a igreja podem participar da criação destas possibilidades. A pessoa deficiente física ouvirá diferente, conversará diferente, verá diferente, andarás diferente, mas de alguma forma ouvirá, conversará, verá, andarás, inclusive está forma refletirá na cura integral como ser humano.

Já atitude de idealização da pessoa com deficiência, acaba conduzindo-a ao “isolamento e ao preconceito” (CERIGNONI, 2005, p. 42). O Credo Social reconhece (CÂNONES, 2007, p.52) que a natureza social do homem só encontra realização na vida em comunidade e no intuito de que todos os seres humanos possam viver em comunidade, a Igreja Metodista reconhece, conhecendo a responsabilidade social e discernindo sua realidade é chamada a compreensão de que Deus criou os povos para constituírem uma família universal. Seu amor reconciliador em Jesus Cristo vence barreiras entre irmãos e destrói toda forma de discriminação entre os homens. “A Igreja é chamada a conduzir todos a se receberem e a se afirmarem uns aos outros, como pessoas em todas as suas relações: na educação, no lazer, na religião, e no exercício dos direitos políticos” (2007 p. 52-53).

Muitas vezes as pessoas com deficiências não encontram lugar nas igrejas cristãs e muitas vezes são objetos de piedade ou de caridade, expressas através de ações assistencialistas por parte dos membros, fora até mesmo do ambiente religioso,

pois, os mesmos não se encontram adaptados para a possibilidade de engajamento normal. O Credo Social possui várias afirmações visando promover o bem estar integral de cada ser humano sem distinção, tendo-o como a realidade para a qual devem convergir todos os valores e recursos da sociedade. E ainda afirma que a Igreja Metodista em demonstração de fidelidade à Palavra de Deus, afirma a responsabilidade cristã pelo bem estar integral do ser humano, e esta responsabilidade não se restringe a uns e outros, mas, a cada ser humano sem exceção, como parte da criação de Deus, seja quem for como parte e não à parte.

Segundo doutrina metodista é conhecido o “ministério da reconciliação do amor de Deus que vence barreiras e sem discriminação faz de todas as pessoas irmãos e irmãs” declarado no Credo Social da Igreja Metodista (CÂNONES, 2007, p.52). E ainda nesta mesma parte do documento observa-se a seguinte declaração:

A reconciliação em Jesus Cristo torna claro que a pobreza escravizadora em um mundo de abundância é uma grave violação da ordem de Deus; a identificação de Jesus Cristo com os necessitados e oprimidos, bem como a prioridade da justiça nas Escrituras proclamam que a causa dos pobres do mundo é a causa de seus discípulos (CÂNONES, 2007, p.53).

Baseado nas declarações do valor da dignidade humana, da responsabilidade com cada ser humano, responsabilidade com a realidade dos desafios da sociedade presente nas declarações de fé da Igreja Metodista, frente a existência de pessoas com deficiências físicas, a Igreja Metodista é convocada a exercer reconciliação em Jesus Cristo experimentada por sua igreja, como expressão da conversão, e conversão é ver além do mundo individualizado de cada um, é ver diferente, é aceitar o diferente. A Igreja Metodista possui subsídios teóricos que contribuem para o acolhimento da pessoa deficiente física, e ao mesmo tempo possui declarações em seus documentos que proporcionam a uma ação inclusiva mais eficaz no contexto onde cada comunidade esteja inserida. Em seus documentos a Igreja Metodista é conscientizada de sua responsabilidade social, ressaltando a importância de uma práxis religiosa frente à realidade de exclusão da pessoa deficiente física.

Quando há o encontro com a pessoa com deficiência física ocorre uma indignação ética, a qual leva a atuação contra a redução das pessoas a situações constringedoras, desumanas. “Esta na hora de entender e aprofundar a existência da diversidade humana” (CERIGNONI, 2005, p. 61). A Igreja Metodista em seus documentos apresenta subsídios para uma práxis que busca restaurar a pessoa através

da aceitação, expressando amor, ou seja, amando a pessoa do jeito que se é, e ao mesmo tempo criando condições para que a mesma em suas necessidades possa desenvolver-se integralmente na vida. Uma comunidade com espaço para que todas as pessoas sintam-se como parte e não a parte.

4.3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E O REINO DE DEUS: HÁ LUGAR PARA TODOS NESTA COMUNIDADE.

Nos documentos oficiais da Igreja Metodista é enfatizado, mais especificamente no Credo Social (CÂNONES, 2007, p. 50) que o “Reino de Deus envolve toda a criação”. Neste envolvimento abre-se a possibilidade para que todas as pessoas possam se acolher, se aceitar. Conforme PVMI (CÂNONES, 2007, p. 80), “a missão de Deus no mundo é estabelecer o seu Reino. Participar da construção do Reino de Deus em nosso mundo, pelo Espírito Santo, constitui-se na tarefa evangelizante da igreja”. Nesta tarefa busca-se o surgimento de um novo mundo, o qual segundo o PVMI (CÂNONES, 2007, p. 80) foi iniciado no mundo por Jesus, com o propósito de reconciliar com Deus o ser humano, “libertando-o de todas as coisas que o escraviza, concedendo-lhe uma nova vida à imagem de Jesus Cristo, através da ação e poder do Espírito Santo, a fim de que, como Igreja, constitua neste mundo e neste momento histórico, sinais concretos do Reino de Deus”. A missão nasce em Deus objetivando a construção do Reino de Deus. De acordo com o PVMI (CÂNONES, 2007, p. 81), a construção do Reino de Deus ocorre mediante

A criação das pessoas e comunidades, dando-lhes condições para viver, trabalhar e construir suas vidas como pessoas e como comunidades (Gn. 1.26-31; Gn. 2; 2 Co. 5.17); ajudando as pessoas e comunidades a superar seus conflitos e pecados, trabalhando juntos e participando da vida abundante, concedida em Cristo por meio da reconciliação (Gn. 3.8-21; Gn. 12. 1-13; Jo. 10.10; 2 Co. 5.19); possibilitando as pessoas e comunidades a se encontrarem como irmãos e irmãs, reconhecendo e aceitando como Pai (Mt. 6.8-10); abrindo pela ação do Espírito Santo, novas possibilidades e fontes de vida (At. 2.17-21; 1 Co. 12.4-11; Rm. 12. 6-8); sarando as pessoas e as instituições, podando delas o que não convém, por meio de seu juízo e graça (Ef. 2.11-21; Fp. 4.2-9; Jo. 15); envolvendo todas as pessoas e comunidades e todas as coisas neste trabalho.

A Igreja sai de si mesma como comunidade cristã envolve-se com a comunidade exterior como instrumento de novidade do Reino de Deus. Ramos (2003, p. 24) conceitua o Reino de Deus conforme doutrina metodista da seguinte forma:

O Reino de Deus é essencialmente, a experiência de vida plena e abundante anunciada por Jesus Cristo. Enquanto esperamos a consumação final, já podemos experimentar os sinais do Reino, mesmo vivendo num mundo violento, injusto e cruel. Antecipamos a experiência do Reino de Deus toda vez que promovemos os seus sinais, que são paz, justiça e amor.

Promover a justiça significa não ser indiferente, mas enxergar a realidade de opressão, humilhação e rejeição que muitas pessoas enfrentam em suas vidas e procurar de alguma forma atuar para transformar tal realidade com amor. “É o amor que rompe limites (RAMOS, 2003, p. 28)”. A Igreja Metodista preza por expressar em sua missão o respeito à vida como sinal de esperança num mundo opressor que oferece mais possibilidades de crescimento e aceitação para alguns enquanto outros não. “Além do todo da criação a mensagem do reino inclui a totalidade da pessoa” (SATHLER, 2004, p. 82). A missão da igreja na sociedade é resultado da fidelidade e compromisso com Jesus Cristo. “A Igreja Local é a célula básica da Igreja Metodista mundial. É nessa célula básica que experimentamos o Reino de Deus como comunidade de fé, comunidade litúrgica e comunidade missionária, no exercício dos dons e ministérios que Deus concede à Igreja” (RAMOS, 2003, p. 35). Para isto, são utilizados recursos atuais e específicos para cada realidade em cada contexto onde se desenvolve a missão da igreja. Esta diferenciação de contexto possibilita novas experiências em relação à expansão do Reino de Deus e sua mensagem. Em relação a soberania do Reino de Deus sobre toda a criação, Sathler (2004, p. 70) afirma que:

A soberania de Deus não é o mesmo que autoritarismo ou opressão sobre homens e mulheres. Soberania implica em afirmar que Deus é o Criador de todo o mundo e que os seres humanos encontram sentido existencial supremo mediante a participação na contínua ação divina em favor da humanidade e da totalidade da Criação.

Deus criou todos os seres humanos e todos podem participar da ação de Deus em direção a toda a humanidade para o crescimento do seu Reino. O Reino de Deus é inclusivo, e a igreja cumpre a sua missão quando compreende e atua nesta perspectiva do Reino. “Os níveis pessoal e social são, igualmente, aspectos considerados na inclusiva tarefa de fazer discípulos de todas as nações (Mateus 28.19)” (SATHLER, 2004, p. 83).

A atuação da igreja em relação ao Reino de Deus deve abranger a perspectiva de amor, de esperança, de aceitação, solidariedade entre as pessoas. “Enquanto a Igreja se deixa determinar por esse Espírito, ela é representante do senhorio de Deus no mundo. Ela o é também, pela sua receptividade, aberta a todos os homens e a toda a criação, sobretudo pela defesa dos fracos e pobres, em favor da justiça e da paz entre os homens” (KLAIBER E MARQUARDT, 2006, p. 392). Principalmente com aquelas pessoas das quais a sociedade lhes furta a esperança de ter uma vida mais justa, mais digna. “A mensagem do reino de Deus é realista: reconhece tanto as ambigüidades da história e da existência como também a busca por um viver em plenitude” (SATHLER, 2004, p. 79).

A Igreja Metodista (CÂNONES, 2007, p. 85) afirma que :

A missão da igreja cresce quando se cultua a Deus: Recebemos de Deus a vida e a ofertamos novamente a Deus. A celebração da vida por meio de Jesus Cristo se torna visível no seu início, pelo Batismo, e sua continuidade, pela proclamação da Palavra e da Ceia do Senhor, que são atos centrais do culto, e “nele celebramos a vitória do Reino de Deus sobre as forças do mal e da morte”.

A cultura que criou modos para se excluir as pessoas da pertença e dos benefícios, com base na raça, cor, no credo, gênero, deficiências físicas, contraria aos valores do Reino de Deus, pois, as portas deste Reino estão abertas. “A Igreja é lugar e espaço do Reino de Deus, também, porque os colaboradores da *Basiléia* do governo real de Deus (Cl. 4.11) nele se encontram para receber a missão e ser encaminhados ao mundo” (KLAIBER E MARQUARDT, 2006, p. 394). Todas as pessoas que fazem parte deste espaço do Reino de Deus, que segundo os autores é a Igreja, sem distinção alguma recebem igualmente esta missão de poder contribuir no mundo, na sociedade. “A vocação ao serviço e à mordomia dos bens terrenos entrega ao cuidado amoroso dos cristãos todos aqueles homens com que entram em contato, durante a sua vida” (KLAIBER E MARQUARDT, 2006, p. 395). Deve haver espaço para todas as pessoas e todas devem ser cuidadas. “Participar do Reino de Deus e fazer a sua vontade significa e inclui a promoção da justiça e do amor entre os homens do mundo inteiro (KLAIBER E MARQUARDT, 2006, p. 399)”. Os direitos fundamentais à vida precisam ser preservados, dentre estes o direito à liberdade. No Reino de Deus não existe diferenciação do forte e do fraco, do senhor e do escravo, nem dominação, mas, respeita-se a vontade e a individualidade e o ser diferente.

Jesus Cristo em sua missão era o próprio Reino de Deus em ação, conforme Castro (1986, p. 77):

Ele é sim o Messias-Cristo, mas, não de tipo político. Seu Reino não pode ser privatizado e reduzido a uma parte da realidade, como seja a política. Ele veio para sanar toda a realidade em todas as suas dimensões, cósmica, humana e social. O grande drama da vida de Cristo foi tentar tirar o conteúdo ideológico contido na palavra “Reino de Deus” e fazer o povo e os discípulos compreenderem que ele significa algo de muito mais profundo: que exige conversão da pessoa, no sentido do amor a amigos e inimigos é da superação de todos os elementos inimigos do homem e de Deus.

No Reino de Deus deve existir a possibilidade da hospitalidade oposto a hostilidade, abraço em oposição à exclusão, da vida em abundância em oposição à negação a vida. Conforme Castro (1986, p. 87) “na perspectiva do Reino, a Igreja é chamada a ser e a ir. Ser uma antecipação do Reino; mostrar em sua vida interna os valores da justiça e do amor que sustenta”. Justiça, amor e vida. Vida abundante, a vida que Deus quer para todos, num compromisso de respeito, aceitação em vez de exclusão, mas vida em toda a plenitude. “Não é por acaso que uma forma mais freqüente de serviço feito em amor, que vemos na vida de Jesus, é a comida em comum à mesa, à qual ele convida os homens, e que é celebrado na Igreja em memória da entrega de seu Senhor” (KLAIBER E MARQUARDT, 2006, p. 400). É justiça, igualdade de participação de aceitação, de cooperação comum em amor. Tillich (2004, p. 69) expõe que:

O amor não faz mais do que a justiça exige, todavia, o amor é o princípio máximo de justiça. O amor reúne, a justiça preserva o que está para ser unido. Esta é a forma na qual e através da qual o amor realiza sua obra. A justiça, em seu significado máximo, é justiça criativa, e justiça criativa é a forma de reunião de amor.

O Reino de Deus leva à compreensão de que se é um lugar onde há aceitação, compreensão com o objetivo de cuidar da vida em todas as dimensões, ou seja, a vida plena.

O Espírito Santo atua de forma misteriosa para nos chamar à reconciliação, apontando para o objetivo do Reino, que é a vida em toda a sua plenitude. Em Jesus, discernimos Deus como um Deus missionário, estendendo a mão para resgatar e salvar, criando em liberdade uma relação de amor. O Reino histórico de Deus toma forma, quando o Espírito de Deus chama a humanidade a uma nova relação (CASTRO, 1986, p. 91-92).

O Reino de Deus abre a possibilidade da reconciliação, de relacionar-se, mesmo com o diferente. Tanto que na celebração da Ceia, “todos estão unidos, os que oferecem e os que tomam, os ricos e os pobres, os sadios e os enfermos, os influentes e os marginalizados da sociedade” (KLAIBER E MARQUARDT, 2006, p. 400). Diferenças estas que não devem ser motivos de barreiras, de exclusão, e sim de aprendizado e crescimento em amor.

A Ceia do Senhor foi instituída por Jesus. João Wesley, por sua vez, recomendou a Ceia do Senhor como parte fundamental do culto cristão. Deve ser celebrada com a devida frequência, sobretudo pelo que ela representa, ou seja, a recordação e a atualização da presença e da Palavra de Jesus, bem como da Missão da Igreja (COLÉGIO EPISCOPAL DA IGREJA METODISTA, 2001, p. 35).

Na oportunidade da participação da Ceia são denunciadas desigualdades de todos os tipos, bem como injustiças, por isso deve ser tomada com consciência e arrependimento. Demonstra que diferenças, dons e os ministérios se convergem completando-se como parte do corpo de Cristo, da comunidade. Os cristãos e cristãs são alimentados no culto pela oração comunitária, partilha da Palavra e pela comunhão do pão e do vinho e fortalecendo os dons e suas práticas e sendo enviados. “Sem a visão da Mesa do Senhor, a igreja torna seu testemunho ineficaz e sem unidade. A sua espiritualidade tende a secar-se no interior dos templos (IGREJA METODISTA, 2001, p. 36)”.

A Ceia é um sacramento que vai além da lembrança, pois envolve a compreensão dos valores do Reino de Deus, despertando o senso pela presença de Deus na comunidade, mediante a obra de Cristo para a redenção de toda a sua criação. Viver que vá além dos empregos, mas abrange uma responsabilidade em servir com vida a toda a sociedade onde houver necessidade de recuperação, de igualdade, de valorização, de redenção, para salvação de vidas, respeitando as diferenças.

O poder de Deus aparece na preservação da natureza, no movimento das estrelas, na mudança das estações, e no amor de Deus pelas pessoas. O amor de Deus pelas pessoas deve realizar-se através delas. Deus nos chama ao amor e à justiça, mas não é um agente fora da história, que intervenha sempre de forma milagrosa. O milagre do amor de Deus acontece através de seres humanos livres, que são chamados a colaborar na realização dos propósitos de Deus (CASTRO, 1986, p. 91-92).

Diferenças estas que podem ser físicas, no caso, da pessoa deficiente física também, pois sendo físicas ou não, quanto mais diferença, mais criatividade na

comunidade, pois, pessoas diferentes contribuirão de formas diferenciadas. “Nos ensinamentos de Jesus, o Reino de Deus compreende todos os anseios e os gritos de angústia do povo de Israel. Responde à mensagem fundamental do Antigo Testamento e revela o propósito, o caráter e o poder do futuro domínio de Deus (CASTRO, 1986, 67)”. O Reino de Deus é um exemplo de comunidade onde se há lugar para todos sem distinção.

A Igreja Metodista declara no PVMI que o trabalho de Deus no mundo mediante a missão da igreja se expressa:

Na descoberta do novo relacionamento com Deus e com os outros (Mt. 22. 36-40); na descoberta contínua do sentido pleno da vida em nosso compromisso com a vontade de Deus na História ((Mt. 6.10; Mc. 3.35; Jô. 4.34; 6.40); no crescimento em nós, entre nós e no mundo da presença do Reino e de suas manifestações de amor, justiça, paz, respeito, sustento mútuo, liberdade e alegria (CÂNONES, 2007, p. 88).

Falar de deficiência como fator de humanização em um mundo pautado por padrões culturais que atribuem normalidade a uma série de características e a outras não, não é uma tarefa tão fácil. Pois em nosso contexto o ser humano é o indivíduo que possui em si as características consideradas normais, partilhada por uma suposta maioria populacional, sendo que os que assim não se encaixam são considerados de segunda categoria, representantes defeituosos, criando assim a lógica da exclusão com toda a sua crueldade. Reconhecer e aceitar a pessoa com deficiência é respeitar os seus direitos. Reconhecer o valor da diversidade, e da singularidade, é de grande relevância, porque é isso que faz cada ser humano ser único.

Cerignoni (2005, p. 49) afirma que “o evangelho é a ideologia inclusiva por excelência. Jesus pratica e ensina uma renovação das relações comunitárias, e Ele não cria dependência em função da cura e nem exige retribuição pelo bem realizado”. A Encarnação do Verbo Divino revela em forma humana a realidade divina da qual somos parte, pois nos reconhecemos imagem de Deus. Jesus Cristo teve “como missão revelar o Pai e resgatar o seu reconhecimento em cada ser no mundo (CERIGNONI, 2005, p. 49)”.

A diversidade humana é um fato bem presente na sociedade plural, em etnias, nacionalidades, naturalidades, culturas, regiões socioeconômicas, fatores

históricos e políticos, deficiências de todas as formas. As diferenças permeiam toda a criação de Deus, assim como o Reino de Deus abrange a criação.

Nossa compreensão do Reino, como plano de Deus, desde o começo dos tempos, e como parte integrante da existência missionária de Deus, expressa na criação, libertação e redenção, culminando no ministério de Jesus, enche-nos de admiração e só podemos responder com adoração. Somos transportados para uma realidade que permeia toda a criação (CASTRO, 1986, p.102).

Há uma cultura que rejeita a diferença. É inquestionável a urgência em cuidar, educar, conviver, ouvir, abrir espaços de participação. Pois no Reino de Deus há espaço para todas as pessoas. Klaiber e Marquardt (2006, p. 400) afirmam que “Wesley sempre insistiu, fortemente e continuamente lembrava que era preciso, dispensar toda a atenção aos outros, mesmo os mais pobres e desprezados, os quais tinham os mesmos direitos, em vista do amor com que Deus as amava, como as pessoas de alta posição, direitos que ninguém pode lhes contestar sem se tornar culpado perante Deus”. O problema não está na deficiência, mas pode estar nas pessoas que recusam a aceitar a pessoa com deficiência, tratando-as de forma desumana, subestimando suas capacidades, considerando por muitas vezes a deficiência como sinal de pecado, maldição, castigo e não aceitação por parte de Deus. Referindo-se ao amor de Deus, Klaiber e Marquardt (2006, p. 403) afirmam que “a seus olhos não existe homem que não seja digno de amor. A diaconia cristã é a prontidão e a capacidade de olhar os homens com os olhos de Deus e aproximar-se deles como Cristo sempre o fez e faz”.

As pessoas deficientes físicas fazem parte da criação de Deus e o Reino de Deus, conforme os documentos de fé e prática da Igreja Metodista abrangem toda a criação de forma integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja Metodista desde quando ainda era movimento metodista na Inglaterra do século XVIII, já demonstrava, da parte de seus seguidores, um profundo respeito pela vida, desenvolvendo projetos que revelavam consciência de sua responsabilidade social. Os primeiros metodistas davam ênfase a uma vida ética que demonstrasse características de uma moral cristã.

A relação íntima com Deus que se iniciava na conversão era expressa no crescente compromisso e cuidado com a vida das pessoas, principalmente com aquelas que possuíam escassez de recursos mínimos necessários à sobrevivência. Investiram na educação das crianças para que tivessem a oportunidade futura de uma vida melhor que seus pais; lutavam pelos direitos dos trabalhadores que eram explorados e conduzidos a situações desumanas de vida, acarretando doenças e muita miséria; importava-se com a vida daqueles que se encontravam presos, os quais muitas vezes estavam assim devido a falta de condições de pagarem suas dívidas. Os primeiros metodistas lutaram até contra o sistema penitenciário que reduzia a vida humana a nada, fato este demonstrado no tratamento que os presos recebiam.

Pessoas, seres humanos, famílias não tinham oportunidade de desenvolverem-se, de terem um futuro melhor. E neste contexto de exclusão social, de vícios, de grande violência, os primeiros metodistas se aproximavam destas pessoas, o que demonstrava a aceitação e o amor à vida sem discriminação. Ao contrário além de serem acolhidas, apresentavam-lhe esperança de uma vida melhor.

Aqueles que se agregavam aos metodistas desde o início já aprendiam a voltarem-se às necessidades de seus semelhantes, inclusive eram atendidos primeiramente aqueles que também faziam parte do movimento metodista. No desenvolvimento do início da história do movimento metodista fica claro que a vida cristã se revelava além das obras de piedade também na compaixão, misericórdia com as pessoas, com a vida de cada pessoa, com a situação de cada família, com o contexto o qual estavam inseridas.

O movimento deixa claro que a fé, a prática desta fé, não pode ser separada da vida. Por isso, foi uma reflexão crítica da realidade da sociedade da época e seus desvios desumanos no tratar da vida. E mediante esta crítica os primeiros metodistas eram anunciadores de esperança e dos desígnios libertadores de Deus para a vida humana sem discriminações, sem exclusões, de igualdade de oportunidades de viver-se melhor.

Neste contexto do século XVIII na Inglaterra onde muitas pessoas não possuíam as condições mínimas de vida, o que demonstrava a violação dos direitos fundamentais da vida humana, a violência contra a vida só crescia. E é assim também nos dias atuais. Muitos são excluídos de usufruírem de seus direitos fundamentais como seres humanos, de dignidade de vida. Aquelas pessoas que não correspondam aos padrões de normalidade dominantes na sociedade são excluídas e consideradas, muitas vezes, objetos de caridade. Mas, não são estes os valores encontrados nas declarações de fé presentes nos documentos oficiais da Igreja Metodista. Tanto que fortalecendo seus valores em relação à vida, as pessoas, a Igreja Metodista recomenda a Declaração Universal dos Direitos Humanos e reconhece o trabalho da Organização das Nações Unidas.

Nos documentos oficiais da Igreja Metodista encontram-se subsídios necessários ao incentivo de educar as pessoas conscientizando-as a desenvolverem seu papel de cidadãos e cidadãs frente à violência da exclusão que muitas pessoas com deficiências físicas são submetidas. Esta consciência está bem definida em seus documentos oficiais.

Portanto, a Igreja Metodista no Brasil, possui subsídios para atuação na defesa da vida da pessoa com deficiência física, como imagem e semelhança de Deus e como parte da comunidade eclesial, bem como da sociedade. E como pessoa humana, também possui Direitos Fundamentais os quais precisam ser assegurados para uma vida digna e plena.

A missão da igreja Metodista abrange a luta para que mude valores, situações das quais muitas pessoas vivem. Inclusive a Igreja Metodista recomenda seus participantes à consciência de que ela é uma comunidade que deve estar a serviço do povo, das pessoas. E que cada desafio surgido deverá ser analisado,

enfrentado e, mediante a utilização de meios específicos, de atuação que se busque transformar realidades desafiantes. Incentiva ainda seus participantes a atuarem em projetos que visem à libertação da sociedade e dos seres humanos.

Promover a liberdade e o direito à vida é um dos temas bem presentes na história e nos documentos da Igreja Metodista. No caso da pessoa com deficiência física, liberdade também envolve expressar e vivenciar sua religião, o que também está presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Portanto, defende a participação livre e ativa da pessoa com deficiência física em uma comunidade metodista. A comunidade deverá ter em vistas a busca pela solução de possíveis barreiras que existirem mediante meios específicos para que esta participação livre e ativa aconteça.

A Igreja Metodista à luz de sua história e de seus documentos é confrontada a prover acessibilidade para a pessoa com deficiência física de sua comunidade e a desempenhar sua missão atuando em prol desta causa na atualidade.

Esta missão pode ser desenvolvida na educação em busca de eliminação de preconceitos, revelados em atitudes. Também através da adaptação de seus edifícios e eliminando as barreiras de comunicação. O que poderá ser realizado através do fornecimento de preparo adequado mediante capacitações em Libras, Braile, sinalizações necessárias, na utilização de *softwares* leitores, para seus participantes.

Esta missão não se limita apenas à comunidade eclesial, mas, tanto nela como também na sociedade os metodistas podem mediante seus subsídios teóricos presentes em seus documentos, responder este desafio de ser uma comunidade a serviço da luta pela participação igualitária da pessoa com deficiência física.

Missão esta que pode ser desenvolvida mediante uma práxis religiosa tanto na sociedade como em suas comunidades metodistas, com seus dons e seus ministérios, em suas escolas dominicais, em suas atividades, em seus cultos e em seus templos, possibilitando, assim, o fazer parte de uma comunidade metodista e não à parte da mesma. Isto é ser humano, é ser cristão, é ser metodista.

Esta pesquisa abre a possibilidade para um futuro estudo de campo sobre as atitudes das pessoas nas Igrejas Metodistas em relação à pessoa com deficiência física. E possibilita o levantamento de ações pedagógicas que levem as pessoas a apreciarem a convivência com as pessoas com deficiência física. E criar condições de surgimento para uma nova arquitetura que seja coerente com a proclamação da Igreja Metodista e com os direitos humanos universais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Nilo. *Ética e evangelização: dinâmica da alteridade na recriação da moral*. A. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARIAS, Mortimer. De Lutero a Wesley e de Wesley a nós. IN: RIBEIRO, Cláudio de Oliveira ET alli. (Orgs.). *Prática e Teologia na Tradição Wesleyana: John Wesley 300 anos*. São Bernardo do Campo: Editeo, 2008.

BAEZ-CAMARGO, Gonzalo. *Gênio e espírito do metodismo wesleyano*. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1985.

BASTOS, Levy da Costa. Para além de Aldersgate: Considerações para uma Teologia da Experiência em John Wesley. IN: RIBEIRO, Cláudio de Oliveira ET alli. (Orgs.). *Prática e Teologia na Tradição Wesleyana: John Wesley 300 anos*. São Bernardo do Campo: Editeo, 2008.

BAUMANN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOBBIO, Norberto. *A era dos Direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, apres. Celso Lafer. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

BOISSET, Jean. *História do protestantismo*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

BOFF, Clodovis. *Como trabalhar com os excluídos*. São Paulo: Paulinas, 1997.

BOSCH, David J. *Missão transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão*. Tradução de Geraldo Korndorfer, Luis Marcos Sander. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

BURTNER, R. W. e CHILES, R. E. compiladores. *Coletânea da teologia de John Wesley*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Igreja Metodista, Colégio Episcopal, 1995.

BUYERS, Paul Eugene. *João Wesley: Avivador do cristianismo na Inglaterra*. Publicação da Junta Geral de Educação Cristã da Igreja Metodista do Brasil. São Paulo, 1944.

CASTRO, Emilio E. *Servos livres: missão e unidade na perspectiva do reino*. Rio de Janeiro: CEDI, 1986.

CERIGNONI, Francisco Núncio. *Deficiência: uma questão política?* São Paulo: Paulus, 2005.

CESE, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 6ª ed. Fast Design, 2003.

COMBLIN, José. *Antropologia cristã*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COLÉGIO EPISCOPAL DA IGREJA METODISTA. *Cânones da Igreja Metodista*.

São Paulo, Cedro, 2007.

_____. *Afetividade e sexualidade*, Biblioteca Vida e Missão. Imprensa Metodista. São Paulo, 1998.

_____. *Dons e Ministérios*. Biblioteca Vida e Missão. Imprensa Metodista. São Paulo, 2001.

COLLINS, Michael; PRICE, Matthew A. *Historia do cristianismo*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Loyola, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Levanta-te, vem para o meio: campanha da fraternidade 2006 - fraternidade e pessoa com deficiência*. São Paulo: Salesiana, 2005.

ENSLEY, Gerald Francis. *João Wesley, o evangelista*. Coleção Metodismo. Imprensa Metodista. 2ª ed. São Paulo, 1992.

FARRIS, James. *O evangelho e as questões emocionais: A auto-estima*. / organização de Nelson Luiz Campos Leite. São Paulo: Cedro, 2004.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. *Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade*. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. *O livro das religiões*. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HEITZENRATER, Richard. *Wesley e o povo chamado metodista*. Trad. Cleide Zerlotti Wolf. 2ª ed. São Bernardo do Campo: Editeo, São Paulo: Editora Cedro, 2006.

IGREJA METODISTA. *Credo Social*, Biblioteca Vida e Missão, Editora Cedro: São Paulo, 1999.

JOHNSON, Paul E. *Psicologia da Religião*. ASTE, São Paulo, 1964.

JOY, James Richard. *O despertar religioso de John Wesley*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Pastoral Bennett, 1996

KAPPAUN, Marciano. *A práxis social da Igreja: inserção pública transformadora*. Campinas: Ed. Batista Independente, 2008.

KLAIBER, Walter e MARQUARDT, Manfred. *Viver a graça de Deus: um compêndio de teologia wesleyana*. Trad. Helmuth A. Simon. 2ª ed. São Bernardo do Campo: Editeo, 2006.

JOSGRILBERG, Rui de Souza. *A motivação originária da teologia da salvação: o*

caminho da salvação. In: RIBEIRO, Cláudio de Oliveira; RENDERS, Helmut; SOUZA, José Carlos de; MATTOS, Paulo Ayres JOSGRILBERG, Rui de Souza (orgs.). **Prática e Teologia na tradição wesleyana**: John Wesley 300 anos. São Bernardo do Campo, Editeo, 2008.

LELIÉVRE, Mateo. *João Wesley: vida e obra*. São Paulo. Editora Vida, 1997.

LOCKMANN, Paulo Tarso de Oliveira. Wesley e os Pobres. In: RIBEIRO, Cláudio de Oliveira; RENDERS, Helmut; SOUZA, José Carlos de; MATTOS, Paulo Ayres JOSGRILBERG, Rui de Souza (orgs.). **Prática e Teologia na tradição wesleyana**: John Wesley 300 anos. São Bernardo do Campo, Editeo, 2008.

LUCCOCK, Halford E. *Linha de esplendor sem fim*. Tradução de Oswaldo Ramos. São Paulo: Junta Geral de Educacao Crista Igreja Metodista do Brasil, S.D..

MICHAELIS: *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MONDIN, Battista. *O homem, quem é ele?*: elementos de antropologia filosófica. Tradução de Roberto Leal Ferreira, M.A.S. Ferrari. 10. ed. São Paulo: Paulus - SP, 2001.

MORAES, Alexandre. *Direitos Fundamentais*: teoria Geral, comentários aos artigos 1º ao 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MULLER, Iara, EWALD, Werner (Trads.). *Uma Igreja de todos e para todos*: uma declaração teológica provisória. São Paulo: Aste: Oikoumene, 2005.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. *Direitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

PEREIRA, Josias. *A fé como fenômeno psicológico*. São Paulo: Escrituras Editora, 2003.

RAMOS, Luiz Carlos; PEREIRA, Efraim Sanches. *O que uma pessoa metodista é, sabe e faz? Revisão por Helmut Renders*. São Paulo: Editora Agentes da Missão, 3ª Ed., 2003.

REILY, Duncan Alexander. *Momentos decisivos do metodismo*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1991.

REILY, Duncan Alexander. João Wesley e as crianças. IN: RIBEIRO, Cláudio de Oliveira ET alli. (Orgs.). *Prática e Teologia na Tradição Wesleyana*: John Wesley 300 anos. São Bernardo do Campo: Editeo, 2008.

REY, Luis. *Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1999.

RUNYON, Theodore. *A nova criação*: teologia de João Wesley hoje. Trad. Cristina

Paixão Lopes. São Bernardo do Campo, São Paulo: Editeo, 2002.

SAINT-ARNAUD, Yves. *A pessoa humana: introdução ao estudo da pessoa e das relações interpessoais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1984.

SATHLER - ROSA, Ronaldo. *Cuidado Pastoral em Tempos de Insegurança: Uma hermenêutica teológico-pastoral*. São Paulo: Editora ASTE, 2004.

SILVA, Marcio Bolda da. *Rosto e alteridade: pressupostos da ética comunitária*. São Paulo: Paulus - SP, 1995.

SOUZA, José Carlos de. O caminho para a cabeça precisa ser aberto pelo coração. IN: RIBEIRO, Cláudio de Oliveira ET alli. (Orgs.). *Prática e Teologia na Tradição Wesleyana: John Wesley 300 anos*. São Bernardo do Campo: Editeo, 2008.

STOKES, Mack B. *As crenças fundamentais dos metodistas*. São Bernardo do Campo, SP: Imprensa Metodista, s.d.

SUNG, Jung Mo. *Sementes de Esperança: a fé em um mundo em crise* – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. *Sujeito e sociedades complexas: Para repensar os horizontes utópicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TILLICH, Paul. *A Coragem de ser*. 3ªed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1976.

_____. *Amor, poder e justiça: análises ontológica e aplicações éticas*. Tradução de Sergio Paulo de Oliveira. São Paulo: Novo Século, 2004.

VANIER, Jean. *Comunidade, lugar do perdão e da festa*. Tradução de Denise P. Lotito. São Paulo: Paulinas, 2006.

WESLEY, John. *Trechos do diário de João Wesley*. São Paulo: Junta Geral de Educação Crista Igreja Metodista do Brasil, 1965.

_____. *Obras de Wesley*. Edição de Justo L. Gonzalez. Franklin: Providence House Publishers, 1996. v. 5.

RIOS, Hélio Sales. O corpo na relação produção-consumo. In: ALMEIDA, Danilo Di Manno de (org.). **Corpo em ética: perspectivas de uma educação cidadã**. 2ª edição. São Bernardo do Campo: UMESP, 2003.

PERIÓDICOS

ANDRADE, Maria Lucia de Araujo; SOLÉRA, Marcia Oliva. A deficiência como um "espelho perturbador": uma contribuição psicanalítica à questão da inclusão de pessoas com deficiência. In **Mudanças: Psicologia da Saúde**, v. 14, n. 1, p.85-93, jan./jun. 2006.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ÁVILA, Antonio. *Para conhecer a psicologia da religião*. Tradução de Maria José Rosado Nunes, Thiago F.R. Gambi. São Paulo: Loyola, 2007.

BHOGAL, Inderjit. *Pluralismo e a missão da Igreja na atualidade*. Trad. Magali do Nascimento Cunha, Paulo Bessa, Ronaldo Sathler-Rosa. São Bernardo do Campo, Editeo, 2007.

BOFF, Clodovis. *Uma igreja para o próximo milênio*. São Paulo: Paulus - SP, 1998.

BUYERS, Paul Eugene. *História do Metodismo*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1945.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, Clovis Pinto; CUNHA, Magali do Nascimento. *Forjando uma Nova Igreja: Dons e Ministérios em Debate*. São Bernardo do Campo. Editora EDITEO, 2001.

CHAVES, Odilon Massolar. *Avivamento e compromisso social Metodista, na Inglaterra, no século XVIII: uma busca de subsídios para a identidade do metodismo brasileiro*. 410p. Doutorado em Pós-Ciências da Religião, São Bernardo do Campo, 2003.

COLETÂNEA CERIS. *Direitos humanos no Brasil: diagnóstico e perspectivas*. Organização de Cláudio Moser, Daniel Rech. 2. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004.

DUTRA, Luiz Carlos. *Pastoral da inclusão: pessoas com deficiência na comunidade cristã*. São Paulo: Loyola, 2005.

FITCHETT, W. H. *Wesley e seu século: um estudo de forças espirituais*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1927.

FLORISTAN, C. *Teologia de La Acción Pastoral*. Madri: B.A.C., 1968.

FOWLER, James W. *Estágios da fé: psicologia do desenvolvimento e a busca de sentido*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

FRAAS, Hans-Jurgen. *A religiosidade humana: compêndio de psicologia da religião*. São Leopoldo: Sinodal, 1997.

IGREJA METODISTA. *Para um Diaconato Metodista Hoje: Memória do Fórum Sobre Ministério Diaconal*. São Bernardo do Campo, Editora EDITEO, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTGOMERY, Dr. Dan. *Deus na formação da personalidade*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2000.

PIXLEY, George V. *O Reino de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1986.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira; RENDERS, Helmut; SOUZA, José Carlos de; JOSGRILBERG, Rui de Souza (orgs.). *Teologia e Prática na tradição wesleyana: uma leitura a partir da América Latina e Caribe*. São Bernardo do Campo, Editeo, 2005.

SCHUTZ, Paulo Pena. *História, metodismo e libertações*. São Bernardo do Campo: Editeo, 1990.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SUNG, Jung Mo; SANTA ANA, Julio de; HINKELAMMERT, Franz; SAMPAIO, Plínio Arruda. *Como Proclamar Deus num mundo sem coração: Seminários de Teologia e Economia*. São Paulo: Terra, 2ª ed. 1994.

ZENKNER, Elza Maria Robin. *Um pouco de metodismo*. Porto Alegre: Inst. Teológico João Wesley, 1997.

RENDERS, Elizabete Cristina Costa. **Por falar em ausência...**: as pessoas com deficiência. 145p. Mestrado em POS-CIÊNCIAS DA RELIGIÃO, São Bernardo do Campo, 2006.

<http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/alema1919.htm>

http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php

<http://www.ulbra.br/acessibilidade/leiacess.htm>

http://www.cnbb.org.br/documento_geral/RomeuSasakiComoChamarasPessoas.doc

<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=45>

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)